

Ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPE

Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social – CIMOS

**Att.:** Dr. Paulo César Vicente de Lima / Dr. Luiz Tarcísio Gonzaga de Oliveira

Ao Ministério Público do Federal

Procuradoria da República em Minas Gerais

**Att.:** Dra Silmara Goulart

**Assunto:** Denúncia das violações de Direitos Humanos nas Áreas pelo empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) – Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro – Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG – DNPM Nº: 830.359/2004 – PA/Nº. 00472/2007/004/2009 – Classe 06 com recomendações para garantir e preservar os direitos humanos dos atingidos bem como solucionar os problemas, principalmente os de ordem socioambiental detectada pelas entidades:

Movimento pelas Serras e Águas de Minas - MOVSAM

Unidos por Conceição - UNICON

Associação Mato Dentro – AMD

Associação Comunitária do Bairro do Rosário- ASCOR

Laboratório de Cenários Socioambientais em Municípios com Mineração – Labcen/ PUC Minas

Comissão Pastoral da Terra – CPT-MG

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – Gesta/UFMG

Associação Comunitária São Sebastião do Bom Sucesso e Região

**Conceição do Mato Dentro, abril de 2012.**

## 1 – Introdução

O Brasil se desenvolveu de forma desigual mantendo excluída parte expressiva da população como os povos indígenas, negros e outros grupos étnicos que vieram formar a nação. Paradoxalmente, a exclusão e o confinamento territorial desses grupos vieram preservar o modo de vida tradicional e os recursos naturais por eles explorados de forma razoavelmente sustentável durante séculos. Dessa forma, as populações tradicionais<sup>1</sup> apresentam características socioambientais que no contexto do paradigma da sustentabilidade (WECD, 1987), as tornam um trunfo, mas também um desafio para o Estado promover um novo modelo de desenvolvimento capaz de gerar inclusão social, superação da desigualdade regional e preservação do meio ambiente.

Em meio a diversas atividades econômicas e diante da demanda internacional, o Estado passou a considerar a mineração como um dos principais vetores capazes de alavancar o desenvolvimento de territórios ricos em recursos naturais, mas ocupados por populações cujo modo de vida está intrinsicamente a eles ligado. A implantação de grandes projetos minerários no país – com impactos socioambientais ampliados, considerada a sua cadeia produtiva, com a construção de hidrelétricas para fornecimento de energia, com o crescimento da monocultura do eucalipto para produção de carvão etc. – tem resultado na sistemática retirada dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de milhares de comunidades rurais e tradicionais em todo o Brasil. A violação de direitos crescerá à medida que a fronteira minerária se expanda em direção a esses territórios tradicionais.

A finalização de Mapeamento Geológico do Território mineiro em 2003<sup>2</sup> e o desempenho econômico do setor (BARROSO: 2009) levou o governo de Minas Gerais a buscar novos investimentos e a atuar como facilitador no processo de implementação da atividade, em específico, de quatro grandes projetos: Espinhaço, Leste, São Francisco e Sul de Minas.

---

<sup>1</sup> As populações tradicionais indígenas e não-indígenas apresentam características que as diferenciam das sociedades modernas dentre as quais se destacam: simbiose com a natureza; relação fraca com o mercado; pouca acumulação de capital; importância da unidade familiar, dos mitos e da religião; tecnologia simples de baixo impacto ambiental; noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; fraco poder político e cultura distinta (DIEGUES, 2000).

<sup>2</sup> Além do estudo aerogeofísico finalizado pela COMIG/SEDE-MG, disponível em [http://www.comig.com.br/site/content/parcerias/levantamento\\_aerogeofisico.asp?id=30&idSubPrj=50&fileId=51](http://www.comig.com.br/site/content/parcerias/levantamento_aerogeofisico.asp?id=30&idSubPrj=50&fileId=51), o governo anunciou a continuação dos estudos entre os anos de 2010 e 2011, para completar o mapeamento geológico do estado de MG, abrangendo mais de 100 municípios das regiões Noroeste, Leste, Sul e Sudeste, totalizando 140,6 mil km quadrados (PESQUISA, 2010).

No que concerne ao Projeto Espinhaço (um conjunto de 23 municípios com seus respectivos mapas geológicos) e, em específico, às serras da borda leste do Espinhaço Meridional, o governo promoveu a parceria com a empresa MMX<sup>3</sup> para instalação do projeto mineral Minas-Rio, composto de três estruturas: mina, mineroduto e porto. A área de implantação da mina e parte do mineroduto compreende cerca de 3.880 hectares, afetando diretamente os municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim e Serro. O mineroduto, com extensão de 525 km, passará por 32 municípios, sendo 25 no estado de Minas Gerais e 7 no estado do Rio de Janeiro, onde se instalará a terceira estrutura do projeto: o porto de Açú em São João da Barra<sup>4</sup>.

Para garantir os investimentos e a implantação desse projeto, os governos estaduais e federal tomaram várias medidas e criaram uma série de incentivos fiscais. No caso de Minas Gerais, declarou-se de utilidade pública para desapropriação, em favor da empresa Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A., as faixas de terras necessárias à construção das instalações complementares ao empreendimento mineroduto Minas-Rio e à implantação das minas de minério de ferro e da usina de beneficiamento, localizadas nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas respectivamente. Desapropriou também 752 propriedades nos 25 municípios por onde passará o mineroduto. Para instalação das obras e demais atividades de infraestrutura, decretou serem de utilidade pública as áreas para intervenção e supressão de vegetação primária ou secundária, em qualquer estágio de regeneração, localizadas no Bioma Mata Atlântica, áreas de preservação permanente ou em outros espaços especialmente protegidos (MINAS GERAIS, 2009). No que concerne ao estado do Rio de Janeiro, o governo decretou a desapropriação de 369 propriedades nos sete municípios fluminenses (RIO DE JANEIRO, 2009). A empresa sul africana receberá ainda incentivos fiscais do governo federal, tendo sido enquadrada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que prevê isenção de alguns tributos federais durante cinco anos (TOMAZ, 2011).

---

<sup>3</sup> No ano de 2008 a Anglo Ferrous do Brasil adquiriu parte do empreendimento da MMX. Em 2010 a empresa procedeu à sua reestruturação organizacional e reassumiu a marca oficial Anglo American que substituiu a Anglo Ferrous Brazil, criada em 2008, formalizando o órgão gestor como Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil (BECKER; PEREIRA, 2010).

<sup>4</sup> O projeto Minas-Rio está parcialmente descrito nos EIA-RIMAs do mineroduto; do porto do Açú e das minas, entregues respectivamente ao IBAMA; à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro – FEEMA e à Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais – FEAM para análise e liberação dos licenciamentos ambientais necessários à instalação dos empreendimentos, considerados de alto impacto ambiental. Na escala, cuja variação vai do nível 1 mais baixo para o nível 6 mais alto, todas as estruturas do projeto foram caracterizadas como nível 6.

Enquanto o Estado se destaca nas ações para garantir a implementação do projeto Minas-Rio, deixa a desejar na defesa dos direitos fundamentais e no atendimento às demandas dos atingidos pela implantação das suas estruturas, em específico, das infraestruturas da mina em processo de licenciamento e instalação em área rural do município de Conceição do Mato Dentro (CMD), onde um número expressivo de comunidades rurais e tradicionais vivem da economia de subsistência<sup>5</sup>.

Há obviamente, um conflito estabelecido na região foco de instalação do projeto Minas-Rio que decorre da usurpação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das comunidades pelas empresas responsáveis pela implantação da mina e de parte do mineroduto com suporte do Estado. Apesar da atuação do Ministério Público, observa-se uma clara “incapacidade” do Estado, do Poder Executivo, dos órgãos licenciadores e da Justiça em garantir estes direitos para as famílias das comunidades atingidas.

Diante do conflito, ao invés de resolver os problemas que o geraram, ou ainda, ao invés de garantir os direitos das comunidades atingidas direta, indireta e simbolicamente<sup>6</sup> pelo empreendimento (Becker; Pereira, 2011), o Estado (governo de Minas Gerais, particularmente) legitima um estado de desordem, desrespeito às leis, discricionariedade no trato com os atores sociais e descumprimento sistemático de compromissos assumidos perante os atingidos pelo empreendimento Minas-Rio. Pela presença ostensiva do aparato policial, sob o discurso de manutenção da ordem, ou via postergação das demandas proferidas nas reuniões públicas do licenciamento ambiental, assumiu a posição de arauto da injustiça social e legal, incidindo, outrossim, na intimidação da atuação de militantes e defensores de direitos humanos, integrantes de Ongs e outras instituições ligadas ao processo; bem como pela não investigação,

---

<sup>5</sup> No universo da população direta e indiretamente atingida pelo empreendimento destacam-se onze comunidades pertencentes ao município de Conceição do Mato Dentro (São Sebastião do Bom Sucesso; Serra da Ferrugem; Água Santa; Cabeceira do Turco; Turco; Beco; Córrego do Peão; Córrego Palmital; Córregos; Estrada do Sapo – Jassém; Gondó); nove comunidades pertencentes ao município de Alvorada de Minas (São José do Jassém; Água Quente; Passa Sete; Gramichá; Teodoro; Quatis; São José do Arruda; Serra do São José e Taporôco) e uma comunidade pertencente ao município de Dom Joaquim (São José da Ilha). (DIVERSUS, 2011)

<sup>6</sup> O termo atingido simbolicamente não foi inserido ainda nos Estudos de Impactos Ambientais, mas vai se tornando evidente, que a mudança estrutural de um lugar impulsionada por um novo e impactante vetor de desenvolvimento territorial, implica, para diversos grupos de interesse na e fora da cidade, em perda de identidade no planejamento do espaço habitacional e da vida futura destes. No caso de Conceição do Mato Dentro, muda-se o horizonte de expectativa daqueles que ao invés de vislumbrarem uma cidade turística, idealizada pelas diretivas do Plano Diretor elaborado de forma endógena, passam a vislumbrar uma cidade minerária, idealizada pelas diretivas de um plano condutor centralizado elaborado de forma exógena.

apuração e repressão de forças paralelas que, desde 2008, atuaram abertamente por meio de ameaças e controle a militantes e atingidos pelo empreendimento.

Sabe-se que a negligência tanto do Estado quanto da empresa em atender às reivindicações das comunidades passa pelo não cumprimento efetivo das condicionantes, ou seja, pelas importantes medidas para minimizar os impactos socioambientais da implantação da mina, estipuladas pelo próprio Estado. Nestes termos, a reparação e superação das violações dos direitos humanos, bem como a solução dos diversos problemas encontrados, certamente, irão passar também pelo real cumprimento das condicionantes.

Com esse entendimento, apresentaremos informações de como a violação dos direitos humanos das comunidades atingidas direta, indireta e simbolicamente no período de seis anos (2006 a 2012), vem ocorrendo na região de instalação da mina e ainda, dados acerca dos problemas gerados e dos processos judiciais instaurados. Mais do que denunciar as violações de Direitos Humanos na Área Diretamente Afetada e na Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG, o objetivo desse documento é fazer algumas recomendações para garantir os direitos humanos dos atingidos bem como sugerir medidas para solucionar os problemas gerados principalmente os de ordem socioambiental e de interesse público para assim, subsidiar a tomada de decisão e encaminhamentos por parte do Ministério Público.

## **2 - Estudos de caso: violações de direitos humanos nos processos de licenciamento ambiental de grandes minas em todo território nacional**

A violação de Direitos Humanos foi caracterizada no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais realizado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG):

"Alguns proprietários da região afirmam que, apesar das pressões e problemas, têm vontade de ficar no local onde sempre viveram, onde foram criados seus pais, e que nenhum dinheiro pode pagar pelo lugar onde moram. Em abril de 2011, **foi realizada uma reunião especial da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, onde o presidente da comissão fez o seguinte relato:**

‘Há pouco tempo, seis meses atrás, houve o choro, um desespero grande de lideranças quilombolas de Conceição de Mato Dentro. No mesmo dia, a

Defensoria-Geral do Estado entrou com uma ação em Conceição do Mato Dentro para garantir o direito dos quilombolas. **Foi dito claramente que, se não saíssem, as máquinas passariam por cima das casas deles. Uma atitude dessas em relação a uma comunidade ancestral. Disseram mais: se resistissem mesmo assim, poderiam “amanhecer com a boca cheia de formiga”. Veja que isso dito por uma mineradora como a Anglo”. (ALMG, 2011)". (GESTA, 2012).**

O Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL) identificou alguns dos prolemas relacionados ao empreendimento, listando os seguintes:

- “- A remoção de 2.500 metros cúbicos de água por hora e os novos custos à população;
- Destruição de reservatórios naturais de água, que comprovadamente coabitam com as jazidas de ferro na região central de minas, em favor da política de produção e exportação de minério;
- Processo de aquisição das propriedades nas áreas das jazidas sondadas em Conceição;
- Perdas de patrimônio histórico-cultural
- Reducionismo analítico embasado em uma lógica de licenciamento isolado por empreendimento, desconsiderando a relação entre todos os existentes na mesma unidade natural, fisiográfica, hídrica ou biológica.
- Impactos sobre os povos e comunidades tradicionais.” (OCMAL, 2012).

Recentemente foi lançado o livro intitulado “Recursos minerais e sustentabilidade territorial” (2011), resultado dos estudos realizados no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Grandes Minas e APLs de Base Mineral x Comunidade Local”, patrocinado pela Secretaria de Geologia e Mineração do Ministério das Minas e Energia (SGM/MME) e pelo CETEM/MCTI, com a participação ativa de pesquisadores pertencentes a diferentes instituições de pesquisa e a universidades ao longo do território nacional. O projeto relata estudos de casos de grandes minas e arranjos produtivos locais de base mineral e sua influência nos municípios e comunidades locais.

Sem a pretensão de esgotar a vasta experiência brasileira das cidades que abrigam grandes minas, a coletânea de estudos de caso é uma amostra bastante representativa da complexidade que permeia a questão mineral. Ressaltam-se algumas questões inquietantes que estiveram bem presentes na maior parte dos estudos:

2.1. Ação de responsabilidade social corporativa versus desenvolvimento regional integrado e sustentável. O Estado não pode delegar seu papel de condutor das políticas públicas e as empresas não substituem a ação do Estado. Os casos revelaram que sem uma coordenação pública as ações em prol da sustentabilidade são fragilizadas.

2.2. Desconhecimento, por parte das comunidades e de dirigentes locais, sobre as instituições e os instrumentos de política mineral e ambiental. Isso revela a necessidade de melhorar as estratégias de comunicação.

2.3. Desconhecimento por parte das comunidades afetadas dos tipos de impactos – tipo de minas e escala do impacto. Traz uma clara orientação da necessidade de aprimorar esse canal entre a sociedade e as empresas.

2.4. Os benefícios são concentrados e os ganhos apropriados privadamente, as externalidades são mais sentidas por parte dos atores mais frágeis, isto é, socialmente mais vulneráveis. Alerta para a necessidade de mudança dos marcos legais e bom uso dos benefícios econômicos gerados pela mineração (FERNANDES; ENRÍQUEZ; ALAMINO, 2011, p.14).

A partir dos estudos de caso, pode-se concluir que, o padrão vigente no licenciamento ambiental e implantação de empreendimentos minerários apresentam de maneira recorrente com graves violações de Direitos Humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de desestruturação social, familiar e individual. No caso de Conceição do Mato Dentro, objeto dessa denúncia, tal fato é explicitado também no Diagnóstico socioeconômico da área diretamente afetada e da área de influência direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. da Diversus<sup>7</sup> (2011, p. 308):

“(...) argumentou-se que os impactos antrópicos do empreendimento eram mínimos, posto que representavam apenas 1,4% da área ocupada com lavouras e pastagens em toda a Área de Influência Direta. Não se importou em saber, algo básico em um Estudo de Impacto Ambiental, **quem eram, como viviam e como poderiam ser impactados pelo projeto as pessoas que viviam, produziam ou possuíam outras relações com ou nestes “irrisórios” 1,4% de área “produtiva” dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, nem tampouco como estes impactos poderiam ser evitados, minimizados ou compensados.** Ao se optar, por pressa, imperícia ou má fé, fazer uma descrição genérica sobre a área, que com mínimas adaptações numéricas valeria para qualquer empreendimento em qualquer lugar de Minas Gerais, os verdadeiros e principais impactos quanto ao meio antrópico foram subsumidos junto com a população existente na área e se transformaram em uma mínima “redução da área produtiva” acarretando na redução da produção leiteira para fabricação de queijo e na redução da produção para subsistência. Portanto, **o EIA não foi capaz de entender e avaliar a importância fundamental das roças e dos quintais para a reprodução social destas famílias, assim como da produção**

---

<sup>7</sup> Esse documento – a partir de agora denominado Diagnóstico da Diversus (2011) – será amplamente utilizado na fundamentação dessa denúncia, dado que apresenta com riqueza de detalhes a real situação das comunidades atingidas pela mineração na região de Conceição do Mato Dentro.

**de quitandas, doces e farinha de mandioca, fonte de renda tão ou ainda mais importante que o queijo.** (...) Tendo em vista uma “falha” de tal monta, fica muito difícil entender como um EIA genérico, válido, sob este aspecto, para quase que qualquer área rural do estado de Minas Gerais, pôde servir de base para a concessão de licenças que permitiram, e permitem, a implantação do empreendimento, pois todas as demais informações relativas ao Meio Antrópico, em que pese sua importância, não podem substituir ao verdadeiro e completamente desconsiderado impacto que o empreendimento gerou, e está gerando, para a vida de todas as pessoas que possuem nome, sobrenome, dignidade e mereciam um mínimo de respeito de todas as partes envolvidas neste processo, desde antes do EIA.” (grifos nossos).

Noutro trecho, o Diagnóstico da Diversus apresenta, de forma exemplificativa, a violação de diversos direitos e garantias:

“(...) foram relatados problemas de comunicação e transparência nas ações do empreendedor; processos de negociações diferentes ou insuficientes para os atingidos por não levar em consideração as decisões da SUPRAM Jequitinhonha no que diz respeito ao TAC de Irapé; ausência de acompanhamento psicossocial para as famílias atingidas; desconsideração das formas tradicionais de posse da terra e de produção como hortas, quintais, pomares e fabricação de quitandas; não cumprimento dos prazos acordados nas negociações e/ou desinformação geral sobre os encaminhamentos a esse respeito; problemas com interdição dos acessos; incômodos decorrentes da detonação de explosivos, transtorno decorrentes da diminuição e contaminação das águas; não consideração dos diferentes usos dos córregos e rios para o lazer, a dessedentação de animais e outros costumes domésticos. (...). A região vivencia uma situação de notória intranquilidade e insegurança com a velocidade das transformações em curso. Tal percepção foi detectada durante a convivência com as pessoas no transcorrer da Pesquisa Censitária e posteriormente confirmada na realização dos Grupos Focais.” (DIVERSUS: 2011, p. 302).

Alguns dos fatores que contribuíram para a ocorrência das violações dos direitos dos atingidos direta, indireta e simbolicamente pela mineração na região de Conceição do Mato Dentro reproduzem ainda os padrões já identificados nos casos dos atingidos por barragens, como demonstra o Relatório da CDDPH (2010, p. 13-15):

- Falta de informação, essencial para a garantia do direito à participação democrática. Entre as muitas razões que acabam impedindo que as informações pertinentes cheguem, de fato, aos principais interessados, pode-se mencionar:

- A omissão ou recusa de fornecer aos interessados informações relevantes, como por exemplo, resultados de levantamentos cadastrais ou, até mesmo, a lista de famílias e/ou propriedades consideradas pela empresa como atingidas;
- Falta de assessoria jurídica;
- Uso de linguagem inacessível ao público de não especialistas;



- Fornecimento de informações contraditórias ou, mesmo, falsas;
  - Precariedade e insuficiência dos estudos ambientais, além da falta de oportunidade efetiva para participação, como a não-ocorrência de audiências públicas ou realização de audiências e outros fóruns cujo formato não favorece a participação popular efetiva;
- Definição restritiva e limitada do conceito de atingido, ou seja, do que sejam os prejuízos e os prejudicados pelo planejamento, implantação e operação das barragens, o que leva ao desconhecimento de uma série de direitos, bem como à desqualificação de famílias e grupos sociais enquanto elegíveis para algum tipo de reparação<sup>8</sup>.
- Omissão das especificidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas, decorrente das deficiências dos estudos ambientais<sup>9</sup>, com o sistemático desconhecimento da singularidade das populações atingidas, assim como suas relações com as bases físicas e bióticas que constituem seu meio ambiente.
- Omissão diante das necessidades particulares de grupos sociais mais vulneráveis, sobretudo em situações de bruscas mudanças sociais, como, por exemplo, idosos e pessoas com deficiência.
- Lacunas, má-aplicação da legislação ou ambos, a despeito das garantias legais dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais asseguradas aos atingidos pela implantação de barragens.

### **III - Direitos Humanos violados na implantação da mina em CMD**

Identificamos, nesses seis anos do processo de licenciamento ambiental da mina a céu aberto da MMX e depois da Anglo American em CMD, a violação sistemática aos

---

<sup>8</sup> O caso da mina em Conceição do Mato Dentro também revela que “o conceito de atingido adotado tem propiciado e justificado a violação de direitos a uma justa reparação, entre outros, de ocupantes e posseiros, pequenos comerciantes, garimpeiros artesanais, pescadores e outros grupos cuja sobrevivência depende do acesso a determinados recursos naturais” (CDDPH, 2010, p. 14).

<sup>9</sup> Como demonstra o relatório da CDDPH (2010, p. 14), “Recentemente, o Banco Mundial, em relatório de estudo sobre o licenciamento ambiental no Brasil, apontou que os aspectos sociais não têm sido adequadamente considerados, atribuindo o fato à carência de profissionais especializados nos órgãos de licenciamento (Banco Mundial, 2008)”.

seguintes direitos humanos, descritos abaixo de forma exemplificativa, sem, contudo, esgotar a análise dos inúmeros documentos e registros públicos existentes bem como a averiguação *in loco* por parte do Ministério Público.

### **1. Direito à informação e à participação;**

O Projeto mineral Minas-Rio foi apresentado pelo Estado à comunidade de Conceição do Mato Dentro no ano de 2006 e durante os anos de 2007 e 2008, a empresa MMX se preocupou mais em garantir a anuência do poder público municipal, seguida da Licença Prévia do poder público estadual do que em garantir e propiciar às comunidades que viriam a ser afetadas pelo empreendimento, a transparência, o direito à informação e à participação no processo de licenciamento ambiental (BECKER; PEREIRA, 2010).

Um dos canais criados para promover a participação da sociedade bem como democratizar as informações no processo foi o Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Conceição do Mato Dentro – ForumCmd<sup>10</sup>. Dentre as atividades do grupo, destacou-se a análise do EIA/RIMA com o objetivo de avaliar, considerando o pressuposto da Licença Prévia, a viabilidade do projeto Minas-Rio para a região, o que requereria a participação da comunidade em um amplo e livre debate sobre os impactos socioeconômicos e ambientais do empreendimento e, caso fosse comprovada a viabilidade, a proposição das medidas e ações que viessem minimizar tais impactos.

A violação do direito se delineou no momento em que os analistas/questionadores do EIA-Rima e defensores dos direitos das comunidades – especialmente dos grupos diretamente atingidos pelo empreendimento – passaram a ser tratados pela empresa e por funcionários públicos municipais e estaduais responsáveis pela mediação dos interesses – em específico, nas reuniões da URC-Jequitinhonha – como sendo os “contras” o empreendimento. Ao invés de atender às demandas por informações e diálogo, passaram a dificultar o acesso a elas e ainda a tentar neutralizar as pessoas que denotassem alguma crítica às posturas da empresa e do Estado no início do processo de licenciamento.

---

<sup>10</sup> Instituição criada no dia 08 de dezembro de 2006 no município de Conceição do Mato Dentro com o objetivo de mobilizar a comunidade para conhecer os empreendimentos que chegavam à região. Posteriormente, no dia 31 de março de 2007, criou-se o grupo virtual para ampliar a participação de alguns integrantes que não poderiam participar pessoalmente das discussões e ações locais. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/ForumDesenvolvimentoCMD/message/15>

Na audiência pública da mina, realizada no dia 05 de março de 2008, o ForumCmd, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra – CPT, denunciaram a falta de informação e a falta de expediente do poder público municipal e estadual em promover a participação das comunidades rurais no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Neste dia, um documento – contendo questionamentos, sugestões, solicitações e condicionantes (no caso da viabilidade do empreendimento), elaborado pelo grupo (anexo a essa Denúncia), foi entregue ao órgão ambiental do Estado. Posteriormente, o documentário feito pela Camarela Studios (anexo a essa Denúncia), mostra a angústia dos moradores da área diretamente atingida quanto à falta de informação da empresa no que se refere à extensão do empreendimento e em que medida ele iria afetar as plantações, a criação de gado, enfim, a rotina de suas vidas.

Em outubro de 2008, o Parecer Único do SISEMA reconhece a violação do direito à informação e à participação das comunidades afetadas pelo empreendimento:

“os contatos realizados pela equipe do SISEMA em visita à região do empreendimento e as manifestações registradas nas audiências públicas atestavam que os grupos de interesse, principalmente aqueles diretamente impactados pelo empreendimento (moradores, proprietários de terras, usuários dos cursos hídricos situados em áreas requeridas para instalação do empreendimento) desconheciam a magnitude em que serão afetados e não estavam participando de qualquer processo de definição das medidas a eles destinadas” (MINAS GERAIS, 2008, p. 102).

Nas Atas das reuniões da URC-Jequitinhonha identificamos alguns relatos dos problemas gerados e de denúncia à violação do “direito à informação e à participação” no início do processo. Na 28ª Reunião da URC-Jequitinhonha para análise do pedido Licença Prévia do empreendimento, ocorrida no dia 24 de outubro de 2008, no município de Gouveia/MG, relata o Sgt. Valmir de Menezes Costa – PMMG que “a empresa está mais voltada em defender a sua imagem do que com os interesses da própria população local e que há conflito de opiniões da equipe técnica, não havendo subsídio e suporte suficiente para votação [da LP]. (Ata da 28ª RO URC-Jequitinhonha, p. 2). O pedido de vistas pela maioria dos conselheiros revelou a insuficiência das informações apresentadas pela empresa e a necessidade de apresentar mais dados sobre os impactos socioambientais do empreendimento, juntamente com a necessidade de ampliar a participação da comunidade local.

No dia 11 de dezembro de 2008, ocorre no município de Diamantina, a 29ª Reunião da URC-Jequitinhonha para tratar da concessão da Licença Prévia. Conforme

descrição da Ata da reunião, Dr. Enéias Xavier Gomes – PGJ apresenta seu relatório e afirma que:

“como Promotor de Justiça utilizou o corpo técnico do Ministério Público. Alega que as perdas ambientais podem superar os ganhos econômicos do empreendimento. Sugere a concessão da licença somente com a comprovação dos estudos dos impactos ambientais e após apresentação das informações complementares, as quais, muitas estão sendo colocadas como condicionantes, havendo, neste sentido, impedimento legal. Relata que o Ministério Público elaborou recomendação para o processo de votação do licenciamento ambiental do empreendimento em questão. Solicita que a preliminar seja analisada antes do mérito, caso não acatada, poderia dar prosseguimento à votação. O Promotor de Justiça de Conceição do Mato Dentro, André Arantes: enfatiza a seriedade da recomendação elaborada por um corpo técnico altamente capacitado do Ministério Público, onde a ausência de informações é indispensável para o próprio conhecimento de formação do juízo acerca da viabilidade ambiental do empreendimento.” (ATA 29ª Reunião URC-jequitinhonha, p. 7).

Mesmo com o parecer contrário do Ministério Público – que teve o seu pedido de análise de baixa de diligência como uma questão preliminar do processo negada pelo Presidente da URC, a Licença Prévia do empreendimento foi concedida.

Dois anos depois da determinação do SISEMA (2008) para que a empresa elaborasse um Programa de Comunicação com a comunidade, a violação do “direito à informação e à participação” se mantém. No âmbito do Programa de Comunicação Social determinou-se que se deveria observar as orientações da equipe analista repassadas ao empreendedor quando da solicitação de informações complementares ao EIA; e que o projeto a ser apresentado deve ter o caráter executivo para as ações pertinentes à fase de implantação do empreendimento, mas abranger, também, a fase de operação do empreendimento. Dele, deve constar, ainda, a especificação de todas as ações de suporte aos outros programas (SISEMA: PARECER ÚNICO 001/2008, p. 142).

O Programa de Comunicação da empresa pressupõe o esclarecimento sobre os valores e ações empresariais, os programas componentes do Programa de Controle Ambiental – PCA, educação ambiental etc. Os textos pesquisados, impressos ou disponíveis no *site* da empresa, dão ênfase à projeção positiva do empreendimento, à defesa de sua reputação e ao discurso sobre o bom relacionamento social que a empresa afirma ter com a sociedade local. Por outro lado, as críticas locais sobre tal programa de comunicação envolvem a simplificação das informações, a parcialidade das mesmas e a omissão sobre aspectos que interessariam às comunidades locais urbanas e rurais, como, por exemplo, o

não cumprimento de prazos e condições efetivas de encaminhamento de acordos e soluções mitigadoras de impactos socioambientais, de (não) efetivação do processo de reestruturação fundiária etc. O depoimento abaixo revela, em síntese, como os cidadãos (em especial os atingidos pelo empreendimento) interpretam o discurso empresarial:

"o empreendedor está fazendo uma publicidade na rádio local falando que a comunidade da Água Quente agora tem água tratada para atender as suas necessidades. A propaganda fala que 20 famílias que residem no local terão banheiro e água em casa e que isso foi possível porque a Anglo assumiu o compromisso de levar água e fazer banheiro na casa destas pessoas, e ainda fala que a comunidade não precisa mais usar a água do rio.... para deslegitimar a nossa preocupação com a manutenção da água do rio... É exatamente o que a atingida da Mumbuca, com sua simplicidade e clareza de pensamento enxergou antecipadamente: a empresa está bancando de boazinha como se a comunidade precisasse disso. É a PATROCINADORA DA COMUNIDADE. Não dizem QUE ISSO FOI NECESSÁRIO EM RAZÃO DO USO IRREGULAR, ABUSIVO, que fizeram da nossa água. Provavelmente os cegos de Conceição continuarão pensando que a empresa é boa demais... faz até banheiro para comunidade. (...) queria saber se é possível direito de resposta. Queria que o Ministério Público obrigasse que a empresa falasse o que ocorreu antes desta obrigação de colocar água tratada]. " (Depoimento via email, Atingida, CMD, 2011). (Realces do texto original).

O Diagnóstico da Diversus (2011, p. 315) identifica a deficiência das Ações de Comunicação Social. As ações de comunicação social desenvolvidas pelo empreendedor não têm se mostrado eficientes, tendo em vista o nível de desinformação e incertezas expressos pelos entrevistados. Este é um aspecto fundamental para garantir um bom nível de informação sobre os projetos e suas características, inclusive deixando bastante explícito para todos os moradores da região, com destaque para aqueles diretamente atingidos, quais são efetivamente os impactos diretos e indiretos que sofrerão e quais medidas estão sendo adotadas pela empresa e seus prestadores de serviços, a este respeito.

Apesar de todas as evidências de violação de direitos detectadas e encaminhadas aos órgãos ambientais do Estado e à empresa, pouco se está fazendo para repará-la. O relato do conselheiro Lúcio Guerra Júnior sobre a reunião da URC-Jequitinhonha realizada no dia 15 de março de 2012, revela que a violação do direito prossegue:

“Ao final da reunião, o Sr. José Pepino fez um resumo de tudo que já tinha ocorrido com ele, desde o início da chegada do empreendimento. Destacou as várias vezes que, por iniciativa da empresa, foi levado para baixo e para cima com o objetivo de procurar um "novo lugar", sem nenhuma definição concreta. Diga-se de passagem que a empresa continua excluindo o Sr. José Pepino em sua lista de atingidos e, mesmo publicamente, não reconhece que ele se trate de um atingido. Sr. José Pepino relatou as dificuldades que sua família vem enfrentando nestes anos todos, descrevendo-se como um dos primeiros atingidos, desde 2007, em razão da sua dependência com a água - os três córregos que passam em sua propriedade, estão contaminados pela empresa . Em seguida, eu disse que o depoimento do Sr. José Pepino serviria para relatar as dificuldades de praticamente

todos os atingidos. Disse que os atingidos não estão mais participando da reunião porque já haviam sido impedidos de falar perante o conselho em outras ocasiões (vários não puderam manifestar-se na LP e nas outras ocasiões que compareceram). Noutras vezes, manifestaram e não viram nenhum resultado ou compromisso dos conselheiros em buscar soluções para os problemas que foram apresentados. Destaquei que para o processo continuar não pode ser passando por cima das pessoas como está sendo feito. Que as condicionantes devem ser cumpridas e que as alterações quando feitas têm grande repercussão na vida das pessoas atingidas pelo empreendimento. Portanto, pedi atenção da Supram e dos conselheiros para que mantenham a regularidade do processo. O que claramente, não tem ocorrido.”

### **1.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados**

Considerando que estamos diante de uma realidade de pleno conflito ambiental e social, o objetivo do programa de comunicação social deverá ser o de proporcionar que o cidadão comum tenha acesso à informação e aos conhecimentos que lhe permitam se reconhecer no contexto presente e se preparar para o futuro, com isso exercendo plenamente seus direitos e sua cidadania.

Para tanto, indispensável a definição de um plano de trabalho de comunicação pela comunidade dos atingidos, com garantia de disponibilização pública de informações, documentos e estudos pela empresa e pelos órgãos públicos, e seu cumprimento por organização de comunicação comunitária, indicada pelos atingidos, mas custeada pela empresa, segundo plano de trabalho plurianual. O modelo a ser utilizado para a contratação da empresa ou entidade responsável pela realização do programa de comunicação deverá seguir o da lista tríplice, feita pelos atingidos com a participação do Ministério Público, devendo a Anglo escolher uma das organizações.

## **2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão**

Para fundamentar a violação desse direito, é preciso considerar o clientelismo político<sup>11</sup> que orienta grande parte da população do município de Conceição do Mato

---

<sup>11</sup> O clientelismo político caracteriza-se por um tipo de troca de favores entre político e eleitor que enfraquece o capital social de uma localidade. Ao se privilegiar a obtenção de benefícios, ocorre o enfraquecimento das relações horizontais, homem a homem; cidadão a cidadão, diminuindo a capacidade de colaboração destes indivíduos e ampliando a competição por recursos, e que não geram riquezas locais. Este processo gera um círculo vicioso que ao longo do tempo é capaz de desmobilizar completamente uma comunidade. Por isso, e segundo Augusto de Franco, o clientelismo busca manter a verticalização da esfera pública e "modos de regulação autocráticos", dificultando a democratização da

Dentro, reproduzindo uma lógica nociva à formação de consenso em torno de propostas coletivas. As principais filiações partidárias do município são provenientes da arregimentação de famílias tradicionais que dominam o cenário político local. Aqui se a pessoa e/ou família tiver ligação com o partido contrário ao da situação ou se forem contestadores do *modus operandi* da política local, seus argumentos, projetos e proposições são negligenciados pelo partido/família no poder. Também as ações iniciadas por um partido não tem continuidade pela outra que toma o poder, salvo aquelas que, por determinação de lei (constam no Plano Plurianual), devem ser implementadas. Destaca-se ainda as ações ligadas ao desenvolvimento local pela via turística que teve uma certa continuidade.

No contexto de implementação do Projeto Estrada Real, criado em 1999 pelo governo do estado de Minas Gerais com o objetivo de promover o desenvolvimento dos municípios situados na área de influência da rota turística, Conceição do Mato Dentro (município integrante do Caminho dos Diamantes) passou a envidar esforços para preservar o seu patrimônio histórico-cultural e natural. Para tanto, o gestor público criou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) em 2000, ampliando a rede institucional de participação com a criação dos conselhos municipais de Desenvolvimento Ambiental, o CODEMA (1991), de Patrimônio Cultural (1997), de Turismo (1997), de Desenvolvimento da Atividade Rural (2001), entre outros. Consolidou áreas de proteção ambiental, criando unidades de conservação ambiental: Parque Municipal Ribeirão do Campo (1998), APA Serra do Intendente (1998) e Parque Municipal Salão de Pedras (1999). Formulou normativas de planejamento territorial como o Plano Diretor (2003) e a Política Municipal de Turismo Responsável (2005). Nesse período, surgiram várias organizações da sociedade civil com o objetivo de defenderem os interesses dos diversos grupos sociais e de participar do processo de desenvolvimento local pela atividade turística. Um pequeno histórico da criação de algumas das organizações revelará o teor político deste processo.

---

sociedade. (Franco, Augusto de. *Pobreza & Desenvolvimento Local*. Agência de Educação para o Desenvolvimento. 2002). José Murilo de Carvalho apresenta um estudo sobre o clientelismo político na cidade de Barbacena. De acordo com o autor, na década de 60, esta cidade era dominada por duas famílias, cujo poder se baseava simplesmente na capacidade de barganhar empregos e benefícios públicos em troca de votos. As famílias não tinham recursos próprios, como os coronéis, e o fenômeno não era sistêmico, embora houvesse vínculos estaduais e federais. Por vários anos as duas famílias mantiveram o controle político da cidade, alternando-se no poder. Os resultados eleitorais eram previstos de antemão com precisão quase matemática. Os votos tinham dono, eram de uma ou de outra família. Mas, na visão do autor, não era coronelismo e sim clientelismo político exercido num meio predominantemente urbano (CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 20: 153-194, 1966.)

No ano de 1997, surge a Sociedade Amigos do Tabuleiro – SAT (1997) com objetivo de promover ações de proteção ao meio ambiente. A parceria estabelecida entre a SAT e o poder público local implicou em diversas ações que se por um lado, fizeram avançar o processo de criação e consolidação das Unidades de Conservação locais, por outro, passou a centralizar a tomada de decisão junto a SEMAT. Nesta perspectiva, *no ano de 2000*, criou-se a Associação Comunitária do Tabuleiro (ASCOTA) no distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, quando alguns dos moradores do lugar percebem que o poder público e parceiros estavam priorizando a preservação da natureza em detrimento da população local na implementação do Parque Temático Municipal Ribeirão do Campo.

*Em 2002*, na sede, cria-se a Associação Mato Dentro (AMD) com o objetivo de articular projetos para a valorização da cultura popular, o resgate das tradições regionais, a preservação e conservação do patrimônio histórico, defesa do meio ambiente e construção de um desenvolvimento sustentável, dentre outros. *Em 2003*, no distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, a Associação Ambientalista e Social do Alto da Serra do Cipó, surge com o objetivo de promover a defesa dos direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, dentre outros. Também em 2003, na sede, surge a Associação Regional de Proteção Ambiental de CMD (ARPA) com o objetivo de proteger o meio ambiente, de promover a educação ambiental, dentre outros. *Em 2004*, na sede, cria-se a Associação de Brigadistas de CMD – Curupira com o objetivo de combater incêndios florestais nas Unidades de conservação do município, defender o meio ambiente, apoiar a capacitação da comunidade local para o desenvolvimento sustentável do município etc. *Em 2005*, surge a Associação dos Produtores Rurais da Região do Gondó com o objetivo de promover a inversão do êxodo rural da população oriunda do Gondó, reunindo esforços para executar programas agropecuários e sociais etc. Finalmente, *em 2006*, a Associação Comunitária de Preservação das Nascentes do Rio Santo Antônio (ASPRENARSA) é criada com o objetivo de realizar anualmente um encontro ecológico para divulgar a atividade ecoturística do lugar, visando a preservação do meio ambiente e um desenvolvimento sustentável com a participação da comunidade local, além de representá-la no que diz respeito à sua participação na Estrada Real, dentre outros (BECKER, 2009).



Também as associações de grupos culturais, na busca de relações mais horizontais de poder, se multiplicaram no município como um todo. Na sede, a Banda Lyra da Paz e a Marujada, sem o apoio do poder público local, transformam-se em associações para acessar diretamente os recursos privados e aqueles advindos de órgãos governamentais estadual e federal ligados à cultura, tão necessários ao seu desenvolvimento e preservação. Há ainda as associações de bairro, como a do Bairro Rosário, consideradas inovações na história das organizações civis do município. Toda essa efervescência cívica, advinda da politização das demandas econômicas, ambientais e culturais dos grupos de interesse da cidade ocorreu em um período em que a comunidade entendeu que o turismo poderia se tornar um real vetor de desenvolvimento territorial. Contudo, o diálogo entre poder público local e sociedade civil institucionalizada, que poderia ocorrer nos vários conselhos municipais em específico no Conselho de Turismo, não ocorre devido a centralização política alimentada pela cultura do clientelismo político (BECKER, 2009).

Foi neste contexto, ou seja, de preservação do meio ambiente, de desenvolvimento do município pela via turística e de criação de diversas associações de interesse público que argumentamos, a chegada da mineração no ano de 2006 fez otimizar os conflitos entre os grupos partidários e entre estes e os seus diversos críticos na sociedade civil organizada.

Assim, desde outubro de 2006, quando começou a ser veiculada nos jornais de grande circulação no estado de Minas Gerais a notícia do retorno da mineração na região de CMD, juntamente com as críticas ao clientelismo político que não abria real espaço para a participação social, tornou-se o foco das discussões públicas na cidade. Como dito anteriormente, criou-se o ForumCmd (2006) cujos integrantes passaram a se reunir com o objetivo de mobilizar a comunidade para conhecer os empreendimentos que chegavam.

No intuito de ampliar o conhecimento sobre a nova realidade do município e da região, o ForumCmd realizou nos dias 7 e 8 de junho de 2007 o I Seminário sobre desenvolvimento sustentável local e regional no qual os temas mineração e turismo foram o foco das reflexões. Não participaram do evento, contudo, o secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo e o ambientalista diretor da Sociedade Amigos do Tabuleiro que, a convite do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (SINDIEXTRA), viajaram em comitiva para conhecer a região onde se

desenvolveu o projeto de reconversão econômica pós-mineração, na Alemanha, conforme nota divulgada pela imprensa na época. (BECKER; PEREIRA, 2011).

Ao retornar da viagem, o secretário de Meio Ambiente e Turismo de CMD, ao invés de se reunir com os integrantes do ForumCmd para repassar o aprendizado da viagem, sugeriu que se acabasse com o ForumCmd, passando a defender a inevitabilidade da aprovação do empreendimento. Mais tarde, no dia 17 de novembro de 2007, criou-se uma comissão para trabalhar objetivamente nas propostas de compensação ambiental, descartando assim a análise da viabilidade do empreendimento para a região<sup>12</sup>.

Configurou-se, neste momento, o conflito entre os integrantes do ForumCmd, que ainda buscavam informações sobre as implicações territoriais do projeto Minas-Rio e, portanto, sobre a sua viabilidade para a região e os integrantes de tal comissão que não falava mais em viabilidade do projeto, mas sim em negociação das compensações ambientais com os seus proponentes. O direito à liberdade de reunião, associação e expressão passou a ser violado neste contexto. Essa comissão além de alinhada aos objetivos da empresa de mineração, qual seja, avançar com o processo de licenciamento ambiental de forma a garantir a concessão da Licença Prévia – assumiu uma postura maniqueísta, classificando todos aqueles que contestavam e/ou questionavam a positividade de um projeto minerário para a região (postura legal e cabível no momento em que se estava analisando a viabilidade do empreendimento) como sendo “contra” a mineração e, portanto, contra o progresso do lugar. Essa estratégia perversa criou um clima de “caça às bruxas” que impediu e ainda vem impedindo/intimidando as pessoas de produzirem argumentos críticos e de contestação às injustiças socioambientais geradas na implantação do empreendimento na região de CMD.

Desgastados no processo, após a concessão da Licença Prévia, os atores do ForumCmd se reposicionaram nos diversos outros grupos criados ao longo da história dos seis anos do licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio.

Nas várias reuniões organizadas pelos grupos mais críticos ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento, identificaram-se pessoas ligadas a

---

<sup>12</sup> No documento de criação da comissão intitulada Comitê Conceição Sustentável, justifica-se que ele é um espaço aberto a toda comunidade e apartidário. No entanto, o ato de fundação foi marcado pela presença de lideranças apenas do Partido Verde ao qual o secretário de Meio Ambiente e Turismo era afiliado e do PSDB, ao qual o prefeito Sebastião Soares dos Santos era afiliado, além de lideranças locais selecionadas, visto que nenhum integrante do ForumCmd com visão diferenciada do processo, foi convidado. Em específico, a secretaria executiva do grupo, Flávia Costa, que reside na cidade (BECKER: 2009, p. 350)

consultores da empresa, muitos deles antigos funcionários da prefeitura de CMD, que claramente estavam no local para denunciar aqueles que apresentassem qualquer tipo de crítica ao empreendimento. Este foi o caso da reunião e do evento “Mumbuca Afro Festival” realizados na Comunidade da Mumbuca no dia 20 de novembro de 2009, na qual um funcionário da empresa – que passou a ser chamado pelos participantes da reunião de “capitão do mato” – permaneceu todo o tempo anotando as placas dos carros estacionados e supostamente comunicando à empresa por telefone/rádio quem estava presente e o que falavam na reunião. Parte das tensões vivenciadas neste dia podem ser conferidas no vídeo Conceição: Guarde nos Olhos III – Mumbuca (2009) produzido pela Camarela Studios (<http://www.youtube.com/watch?v=DRCoxLCEovc>).

Considerando o mesmo evento, Maria Auxiliadora Afonso Alvarenga e Gustavo Tostes Gazzinelli, em carta denúncia encaminhada em 17/12/2009 ao então Secretário Estadual do Meio Ambiente, Ilmo Sr o José Carlos Carvalho, denunciaram:

“Dissemos ao senhor que no dia em que estivemos no Mumbuca Afro Festival, na localidade de Água Santa, fomos impedidos de circular em uma via de uso comum, por seguranças da empresa Anglo Ferrous, um dos quais acompanhado por um sargento aposentado da Polícia Militar, que ao que parece agora presta serviços para a empresa. Nenhuma oposição quanto à opção de trabalho de um policial aposentado. Nossa reclamação diz respeito ao impedimento do direito de ir-e-vir. E temos registrados, inclusive em vídeo, declarações de pessoas que afirmaram que quando chamavam a polícia local para resolver algum caso, esta polícia antes passava na empresa para então chegar à ocorrência, mas quando chamada pela empresa, o atendimento era quase imediato. Relações promíscuas estariam se estabelecendo entre a empresa e a polícia, que neste caso parece desconhecer a Constituição e os costumes do lugar onde atua – como, por exemplo, os logradouros de uso público?

Relatamos ao senhor que durante o Mumbuca Afro Festival presenciamos a atuação de pessoas apontadas como a serviço da Anglo Ferrous, inclusive portando rádios de comunicação, anotando placas dos veículos que lá estavam.

Poucos dias depois, houve uma reunião de integrantes da Comunidade na cidade do Serro, à qual se dirigiram para estar com o professor Matheus de Mendonça Gonçalves Leite, Coordenador do Serviço de Assistência Jurídica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (SAJ-PUC).

As pessoas da comunidade dirigiram para a PUC-Serro, indignados com os danos ambientais (como assoreamento de rios e lagos) que vêm sendo causados, desde que a MMX/Anglo Ferrous começou a atuar na região, e pela permanente solicitação de identificação abordagem por seguranças contratados pela empresa, como se policiais fossem, e as pessoas do lugar assim tratadas como marginais.

Eis que, um carro Ford/Eco-Sport, aproximando-se do local da faculdade onde se encontrava a comunidade, “parou e começou a tirar fotos onde se encontravam as pessoas prejudicadas” e “a pessoa que estava tirando as fotos encontrava-se em atitude ameaçadora e isso os fizeram suspeitar que poderia ser alguém da empresa Anglo Ferrous tentando intimidar os moradores”. [Boletim de Ocorrência nº 2969/09, fl.2, colhido em 25/11/2009, pelo soldado PM João Robson Passos e recebido pela Delegada de Polícia Iara França Camargos. ]

Poucos dias antes, em 18/11/2009, o professor Matheus havia comparecido à comunidade denominada Água Santa, zona rural do município de Alvorada de Minas, “a fim de conversar com os moradores locais acerca de eventuais práticas coercitivas adotadas pela empresa mineradora Anglo Ferrous”. O professor Matheus esclareceu os moradores da comunidade sobre seus direitos e disponibilizou a assistência jurídica do SAJ.

Eis que, conforme registraria junto ao Ministério Público Federal,

“... após ter saído da MG 10 (estrada Serro/Conceição do Mato Dentro) para entrar numa estrada vicinal a fim de chegar na comunidade Água Santa, [foi] surpreendido pela atuação de seguranças da empresa mineradora (que mais pareciam jagunços) que interceptaram meu veículo com o intuito de impedir [a] passagem em direção à referida comunidade. Durante a abordagem, os seguranças (jagunços) da empresa mineradora pediram explicações e justificativas para minha ida à comunidade Água Santa e tentaram de todos os modos me dissuadir de (...) a visita à referida comunidade. Somente após ter me apresentado como advogado e ter dito que chamaria a polícia militar na hipótese de continuar sendo impedido de me dirigir à comunidade Água Santa, os seguranças da empresa mineradora permitiram minha passagem pela estrada de terra que dá acesso à comunidade...”

Em meio a esse contexto de perseguição e intimidação, no dia 19 de março de 2010 foi criada a Comissão dos Atingidos com o objetivo de acompanhar o cumprimento das condicionantes determinadas pelo Estado, cobrando deste uma postura mais exigente com a empresa. Conforme estudo realizado pelo Laboratório de Cenários Ambientais da PUC-Minas e artigo publicado a respeito do assunto (BECKER; PEREIRA: 2011), considerando principalmente o processo de negociação fundiária, evidenciou-se um gradativo cansaço e desapontamento das pessoas com a postura da empresa e do Estado que não apresentavam soluções para os diversos problemas colocados por elas.

No que concerne ao processo de negociação fundiária, verificou-se que a forte pressão [da empresa] sobre alguns dos membros da Comissão levou a diversas discordâncias a respeito de quem era direta ou indiretamente atingido, de quem era ou não atingido emergencial e, por fim, à fragmentação do grupo. O resultado foi a fragilização do processo de negociação bem como o enfraquecimento da participação organizada visto que cada comunidade passou a atuar separadamente com diferentes estratégias e interesses:

“A gente conseguiu reunir todas as comunidades, aí a empresa articulou com essas pessoas daqui que elas eram mais prejudicadas do que essas aqui, que então tinha que criar uma situação emergencial pra ela. E essa outra comunidade não tinha água pra beber, pra lavar roupa, porque só usam a água do rio. Então esse povo daqui começou a falar: 'não, vocês não são emergenciais, nós é que somos', e o outro falou: 'como não somos?'. Eles colocaram comunidade contra comunidade. A gente formou uma comissão de atingidos que tinha representantes de todas as comunidades, aí a empresa veio, através de algumas lideranças e quebrou isso.” (Entrevista, Atingida, 1, 01/11/2010).

É clara a coação moral, discriminação e marginalização de atingidos, denotando a tensão entre empreendedor e atingidos. Muitas vezes, o empreendedor [consultores]

chega a apontar algumas pessoas como inimigas da empresa, incitando a exclusão social e o isolamento. Nas Atas das reuniões da URC-Jequitinhonha, encontram-se relatos da violação do direito. A atingida “Rita Rodrigues de Souza: Relata sua indignação em se sentir coagida com os empreendedores, pois não pode sair de sua própria residência e quanto aos ruídos dos explosivos.” (Ata da 38ª Reunião da URC-Jequitinhonha, 17/12/2009). O relato de Mauro Lucio e Lúcio Pimenta, ambos lideranças comunitárias de São Sebastião do Bom Sucesso (SAPO) e da Serra da Ferrugem no vídeo “Comunidades quilombolas ameaçadas - Conceição do Mato Dentro/MG” produzido pelo CEDEFES (<http://www.youtube.com/watch?v=c8D5wXogj1s>) descrevem a pressão local sofrida pela comunidade que se define como “esmagada” pelo empreendimento:

**" (...) Eu sinto prejudicado e afetado... eu me sinto ESMAGADO como se tivesse esmagando as pessoas, sem respeito nenhum ... "**

"(...) Estamos em fase de instalação... com o andar do processo, o empreendimento que está localizado, vai se espalhar para a comunidade... Rede elétrica, bombeamento.. e aí? Todo este povo vai ser esmagado?"

Segundo a Diversus (2011, p. 312), no contexto do licenciamento de empreendimentos com a dimensão do projeto Minas-Rio é comum se observar a marginalização dos atingidos, considerados culpados por uma parcela da sociedade local ou regional por eventuais “atrasos” em sua efetivação, pois esta parcela da sociedade tende a ver no projeto apenas oportunidades econômicas para os municípios envolvidos. Vítimas desta situação, os diretamente atingidos por tal empreendimento passaram a ser vistos enquanto “entrave do progresso” e a ser estigmatizados por parte da sociedade local, inclusive por parte daqueles que costumeiramente adquiriam itens produzidos pelos mesmos, o que fez com que passassem a enfrentar situações de constrangimento, seja público ou privado, diretos ou indiretos. Esse aspecto contribuiu para a diminuição da auto-estima dos afetados, que em muitos casos efetivamente passaram a sentir um grande “peso nas costas” e a nutrir um sentimento de culpa, que somado aos graves incômodos decorrentes das ações de implantação de algumas estruturas relacionadas ao mineroduto (licenciado pelo IBAMA), se viram em uma situação em que o maior anseio de grande parte deles, senão todos, passou a ser justamente mudar do local no qual sempre viveram. Ressalte-se que o discurso que prega que as comunidades são o entrave para o “progresso” é uma constante na região, mas não somente nela.

No contexto da cultura clientelista local, algumas lideranças políticas e econômicas do município enxergam a militância social como contestação direta aos seus eventuais cargos públicos e à cultura autoritária a que se habituaram. Dos gabinetes de órgãos públicos, decidem o futuro do município sem terem que enfrentar argumentos críticos, não raramente científica e legalmente bem fundamentados. De certa forma, essa tradição política ajudou na desestruturação das instituições da sociedade civil retratada anteriormente. Todo esse processo foi agravado pela crise política no município durante os anos seguintes à concessão da LP em 2008 – ano das eleições municipais. Os agentes públicos que centralizavam o processo de negociação do Projeto Minas-Rio se viram impedidos de seguir com as suas ações no âmbito do Executivo local. No ano de 2009, prefeito eleito (oposição) foi cassado por rejeição de contas públicas, o que gerou a eleição extemporânea em setembro de 2009. O candidato vencedor, mais uma vez, foi impedido de assumir o cargo por ser filho do ex-prefeito cassado. Outra eleição ocorreu em fevereiro de 2010. Dessa vez, com a posse do corpo administrativo. Contudo, a crise seguiu e, desta vez, por improbidade administrativa, a prefeita eleita foi cassada em janeiro de 2012, assumindo o vice-prefeito (situação) a administração do município.

Em meio à rearticulação da sociedade civil com a criação de novas Associações (em específico a Associação Unidos por Conceição do Mato Dentro – Unicon) e a organização de grupos de discussão nas redes sociais (em específico nas Comunidades virtuais Concepcionenses Unidos na Web e Conceição Pede Socorro) e no dia a dia dos processos de licenciamento do empreendimento, a nova administração do município tem o desafio de absorver todas as denúncias e se abrir para um caminho de diálogo de forma a que as próximas eleições não venham se tornar em mais um campo de batalha e de “caça às bruxas” aguçando o comportamento maniqueísta com viés do progresso trazido pela mineração que vem encobrindo os problemas e a violação do direito à liberdade de reunião, associação e expressão por definir os “críticos” do processo de licenciamento e/ou “defensores dos direitos fundamentais do povo concepcionense” como sendo “pessoas” contra a mineração/empresa e, portanto, contra o “progresso”.

Há que se destacar ainda que o volume de recursos econômicos advindos da mineração (arrecadação do município irá aumentar em mais de 100% devido aos *royalties* e Cefem) tem atraído ainda mais o interesse político dos partidos tradicionais “atrelados” à empresa que busca garantir a representação de seus interesses, gerando aqui grande preocupação com a mudança de domicílio eleitoral de novo contingente que

poderá implicar ainda mais na desagregação e caos social em razão do grande número de empregados migrantes, desenraizados e descomprometidos com os problemas locais.

## **2.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados**

### ***Empreendedor e Estado (poder público estadual e municipal):***

- “Adotar uma postura mais próxima e mais transparente para com as comunidades e seus representantes. O tratamento diferenciado que vem se dispensando entre aqueles que são aparentemente favoráveis ou contrários ao “Projeto Minas-Rio” tem demonstrado uma postura revanchista por parte de representantes do empreendedor, numa visão maniqueísta do contexto regional, acirrando os ânimos entre as partes e dificultando decisivamente as possibilidades de diálogo, com o objetivo de conhecimento e enfrentamento dos problemas de forma justa e transparente”. (DIVERSUS, 2011: p 325).
- Promover o diálogo com e entre os diversos grupos virtuais (ForumCmd, Concepcionenses Unidos na Web, Conceição Pede Socorro etc.) e instituições formais do município (ONGs, sindicatos, fundações e associações) para conhecer mais de perto os problemas gerados pela mineração e assim poder solucioná-los efetivamente.
- Promover o “construtivismo social” (BECKER; PEREIRA, 2011) de forma a estabelecer no município uma rede de atuação crítica fundamentada nos valores democráticos, mas também propositiva e voltada para o desenvolvimento da região seja ele alavancado pela mineração, turismo ou por outras atividades econômicas.
- Fazer eventos públicos permanentes de debates, seminários e oficinas de conscientização de direitos, com as comunidades mais afetadas etc. [parte deste trabalho pode ser associado à proposta inserida no item anterior]

### ***Promotores da Justiça***

- que o Conselho Nacional de Justiça recomende aos juízes, nas situações em que se configure um potencial conflito jurídico entre o direito de livre manifestação e o direito de propriedade, que, antes de apreciar o pedido de concessão de liminar ouçam o

Ministério Público, realizem vistoria judicial no local do protesto e designem audiência de conciliação entre as partes;

- que o Programa Nacional de Defensores de Direitos Humanos apóie e assista os perseguidos injustamente;
- que a Defensoria Pública, nos marcos de suas atribuições, assuma a defesa judicial dos processados pela sua atuação como defensores de direitos das populações atingidas por empreendimentos minerários.
- que seja criada uma comissão especial de promotores de justiça para, após vista de todos os processos judiciais em curso perante a Comarca de Conceição do Mato Dentro e Serro, identificarem a necessidade de medidas de acompanhamento para a defesa dos direitos dos atingidos em grau de vulnerabilidade. O acompanhamento será realizado pela Defensoria Pública, com a participação do Ministério Público em razão do interesse público na defesa dos direitos humanos.

#### ***Promotores da Justiça Eleitoral***

- que seja dispensada especial atenção com o processo eleitoral do Município de Conceição do Mato Dentro, buscando aplicar a legislação (especialmente a lei da Ficha Limpa – Lei Complementar nº. 135/2010) e/ou orientar os candidatos sobre os impedimentos de uma candidatura para evitar os processos de cassações que vieram prejudicar a sociedade por quatro anos.
- que haja um controle rigoroso com as transferências dos títulos eleitorais dos emigrados para trabalhar na atividade minerária, ressaltando a máxima atenção ao comportamento clientelista dos políticos locais – em grande parte incorporado pelas lideranças da empresa – em cercear o direito do cidadão ao livre voto.
- que haja o controle sobre as empresas de mineração financiarem campanhas eleitorais mantendo com isso, os dirigentes políticos comprometidos mais com a defesa dos seus interesses do que com a defesa dos interesses públicos da sociedade concepcionense.
- agir com rigor em relação às regras de campanha eleitoral tendo em visto a exacerbação dos conflitos nas últimas eleições entre os grupos políticos da cidade cuja rivalidade e desejo pelo poder foram otimizados diante do aumento da arrecadação que



projeta o município do ponto de vista da aplicação da riqueza gerada pela mineração para promover o desenvolvimento local, mas também do ponto de vista das vantagens pessoais sabendo que muitas lideranças se orientam por valores da cultura clientelista.

### **3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida**

Logo no início do processo de licenciamento ambiental do projeto Minas-Rio, a comunidade concepcionense destacou os possíveis efeitos em cadeia no ecossistema da Serra do Espinhaço e da Mata Atlântica. Naquela ocasião, descreveu-se a necessidade de se atentar para os direitos das populações tradicionais do lugar, bem como para os planos de desenvolvimento que vinham agregando valor ao modo de vida dessas populações.

“O projeto Minas-Rio poderá trazer consequências nefastas e incomensuráveis à identidade dos grupos sociais afetados direta e indiretamente, pela mineração, se não forem consideradas todas as variáveis do processo. O fato do RIMA (...) não diagnosticar com clareza o uso tradicional da área do empreendimento pela população tradicional de CMD, demonstra pouca sensibilidade com a questão e pelo fato do empreendimento apresentar baixa permeabilidade junto a diversas minorias, sempre excluídas de programas desenvolvimentistas, clamamos aqui para que sejam observados os dispositivos legais de proteção a essas comunidades!” (FORUMCMD, 2008, p. 61).

Anos depois, são evidentes os impactos socioambientais no modo de vida das comunidades que vivem nos municípios de Conceição do Mato, Alvorada de Minas e Dom Joaquim sendo que o último foi incluído pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais – SISEMA, como AID (Área de Influência Direta) devido aos impactos causados pela quantidade de água a ser captada na região.

A implantação das estruturas da mina afeta diretamente a porção rural de CMD e Alvorada de Minas onde se encontra a comunidade Mumbuca, localizada na região onde está sendo instalada a usina para o beneficiamento do minério e a comunidade Ferrugem que se localiza na região da jazida mineral. Para ambas foi previsto programa de reassentamento o qual, como visto anteriormente, ainda não foi totalmente implantado. Com isso, as famílias continuam sofrendo os impactos socioambientais do empreendimento, tendo seu modo de vida completamente desestruturado, denotando violação do direito ao trabalho e a um padrão de vida digno.

Três vídeos produzidos pela Camarela Studios<sup>13</sup> mostram três momentos do processo em que os problemas e a violação dos direitos dessas comunidades ficam claramente evidenciados. Conforme se pôde observar, as comunidades vivem de economia de subsistência e vendem no mercado municipal de Conceição do Mato Dentro o excedente. Segundo D. Eva Emília, a empresa invadiu sua propriedade destruindo sua plantação de mandiocas causando-lhe, além da indignação, a insegurança quanto ao futuro já que a empresa/Estado não havia ainda implantado o programa de reassentamento das famílias, ainda que estas já estivessem sofrendo os impactos socioambientais da implantação do empreendimento.

Mais de um ano depois, o vídeo produzido em novembro de 2009, mostra que a violação do direito ao trabalho e a vida digna se mantém. Na verdade, essas comunidades não foram consideradas “efetivamente” na tomada de decisão sobre a construção do cenário de exploração mineral. Há que se considerar que tivesse a ausência de reassentamento inviabilizado o desenvolvimento do empreendimento, medidas mais sérias teriam sido tomadas pela empresa. Ocorre que a empresa avança com os trabalhos, visto que além de conseguir os licenciamentos ambientais com a anuência do Estado, há ainda o protelamento no cumprimento das condicionantes. Assim, o programa de reassentamento das comunidades atingidas que deveria ser uma condição *sine qua non* para desenvolver o empreendimento, segue não efetivado na sua totalidade.

Por outro lado, há comunidades como a Água Quente e o Distrito de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) que não inviabilizam o desenvolvimento do empreendimento e, portanto, para essas não foi previsto programa de reassentamento. A comunidade de Água Quente está localizada a jusante da barragem de rejeitos do empreendimento e enfrenta as incertezas e a insegurança de continuar vivendo na região, ao mesmo tempo em que convive com impactos diretos das obras para a construção da barragem, como, diminuição da vazão de cursos d’água, poluição atmosférica, visual, sonora e sob os recursos hídricos (MMX/BRANDT, 2006; SISEMA, 2008).

---

<sup>13</sup> Conceição: guarde nos olhos (2008), ver link <http://www.youtube.com/watch?v=kLxQjBsvQdo>; Conceição: guarde nos olhos II (30/04/2009), ver link <http://www.youtube.com/watch?v=oysDR7sf5RU&feature=relmfu> e Conceição: guarde nos olhos III (25/11/2009), ver link <http://www.youtube.com/watch?v=DRCoxLCEovc&feature=relmfu>

O distrito do Sapo vem sofrendo com diversos impactos socioambientais do processo de instalação do empreendimento minerário como a migração de famílias reassentadas da comunidade Mumbuca, poluição atmosférica, aumento do preço de serviços e mercadorias, insegurança e incertezas sobre o futuro, diminuição das atividades agrícolas etc. A comunidade do Sapo situa-se próxima da cava da mina, da pilha de estéril, do mineroduto e sofrerá ainda impactos com a interdição da estrada MG-10, após um período de 10 a 15 anos de exploração, conforme previsto pelo EIA:

“Esta cava está projetada para ocupar o local denominado como serra do Sapo situado a oeste do distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, também conhecido como Sapo, estendendo ainda para sul e noroeste deste povoamento.” (MMX/BRANDT, 2006, p. 495).

O EIA estabelece que na distância de 1.000 metros de entorno da comunidade não deve haver intervenção (MMX/BRANDT, 2006, p. 118). Como os moradores da região, o EIA também afirma que a água utilizada pelos moradores é proveniente das nascentes da Serra do Sapo, que serão extintas quando o processo extrativista avançar. O povoado de São Sebastião do Bom Sucesso possui uma taxa de urbanização de 25%. O EIA estimou cerca de 765 pessoas vivendo em áreas rurais, que dependem diretamente das águas das nascentes. Sem coleta pública, o lixo neste distrito é incinerado pelos moradores.

Em relato da Comunidade virtual Conceição Pede Socorro contido na Web, integrantes do grupo descreveram os esclarecimentos prestados pelo Sr. Mauricio Martins sobre a Comunidade do Sapo:

“Estiveram presentes na reunião, ocorrida na sede da Anglo American, às 18:30 do dia 17 de janeiro de 2012, os membros do grupo Conceição pede Socorro: Ana Paula Utsch, Rejane Ottoni, Guilherme Matos e Wesliane Lima, e os representantes da Anglo American: Maurício Martins, Sérgio Charneca, Fernanda Lima, Tatiana e Dulce. Seguindo pauta pré-definida pelo grupo, foram tratados diversos assuntos de interesse da comunidade, entre eles:

“(…) Na questão específica do Sapo, Maurício ressaltou que a empresa ainda tem 5 anos de prazo antes de tornar o vilarejo uma região impactada, pela norma que define que isto se dá a 2 km de distância ou menos da região minerada. Ou seja, a questão do reassentamento local será conversada de 2016 pra frente. No caso da região da Água Santa, existe atualmente um problema com a água, que – com o agravo das chuvas – tornou-se barrenta e imprópria para o consumo. A solução apontada pela empresa foi a construção de um poço no local e a disponibilização de água mineral diariamente para a comunidade. E quando a bomba d’água pifa, a empresa disponibiliza um caminhão pipa para suprir as necessidades essenciais da comunidade. Os moradores também são indenizados caso haja morte de animais, comprovadamente por razões ligadas à exploração no local. (...)”.

Conforme relato dos moradores da comunidade de Gondó, que também faz fronteira com o empreendimento, os moradores afirmaram em reunião no Ministério Público Federal dia 28/03/2012, que já se identificam impactos como: escassez de água, nascentes secas no mês de agosto de 2011 e ruídos excessivos. Uma condição preocupante segundo o depoimento é a incerteza com relação às proporções que tais impactos poderão causar às suas atividades produtivas e à cultura local.

O relato de Mauro Lucio, liderança comunitária de São Sebastião do Bom Sucesso (SAPO), no vídeo “Comunidades quilombolas ameaçadas - Conceição do Mato Dentro/MG”, produzido pelo CEDEFES e disponível no Youtube <http://www.youtube.com/watch?v=c8D5wXogj1s> destaca:

“[...] o processo da mineração vai engolindo a fonte de renda das pessoas que estão aqui a 300 anos. E outra coisa que devemos externar aqui é que a gente sabe que a mineração não vai solucionar os problemas.

“[...] É um extermínio da forma de viver de toda a comunidade que está acontecendo aqui no decorrer do processo de implantação do empreendimento.”

A desarticulação econômica dos atingidos foi identificada pelo Relatório da Diversus (2010, p. 312):

“Outro exemplo observado com grande frequência são as desarticulações econômicas acarretadas pelo desânimo enfrentado pelas famílias frente ao futuro, o que faz com que reduzam suas áreas produtivas ou a fabricação de produtos agroindustriais, reduzindo significativamente seu nível de renda.”

Há um risco desta situação ser replicada para outras comunidades atingidas pelo empreendimento diante da insuficiência de informações e da ausência de transparência do empreendedor em identificar os atingidos.

### **3.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados**

**No que diz respeito à redução da vazão e poluição dos cursos de água, recomendamos:**

- Enquadrar e, sobretudo, classificar os demais cursos d'água da região e propor as medidas para garantir os usos desses na mesma forma como se fazia antes da empresa chegar ao local.

- Cobrar solução dos problemas apresentados nas fossas sépticas como infestação de pernilongo, mau cheiro, transbordo (inclusive para não criar resistência de utilização nos demais moradores).
- Atentar para as mudanças no uso da terra que levam à redução das atividades agrícolas, com reflexos no custo de vida local, criando, cada vez mais, uma dependência com a atividade extrativa que se esgotará. A ameaça evidente é de se criar uma dependência cada vez maior com a atividade mineradora que se esgotará sem deixar alternativas para a população local. Determinar que seja instituído um programa de diversificação de atividades: artesanato, produção de queijo enquanto tradição; bem como prover a destinação de recursos econômicos para a sua implementação imediata.

**No que diz respeito ao desenvolvimento econômico e a reparações de caráter social e coletivo, recomendamos:**

- Que sejam formuladas políticas públicas integradas que estabeleçam um conjunto de ações a serem implementadas na região de influência do empreendimento, como por exemplo, o incentivo ao turismo e à diversificação de atividades econômicas;
- Que, sem prejuízo das reparações individuais ou coletivas devidas, o poder concedente determine, e os órgãos responsáveis pelo licenciamento assegurem, que todos os projetos devem contemplar planos de recuperação e desenvolvimento econômico e social, com o objetivo essencial de recompor, ou, ali onde isso for impossível, instaurar, arranjos e cadeias produtivas locais e regionais que assegurem ocupação produtiva ao conjunto dos atingidos, compatíveis com seus níveis de qualificação e experiência profissionais, e capazes de oferecer a manutenção e melhoria contínua das condições de vida, ou seja, fazer com que o Programa de Reestruturação Produtiva e Econômica (componente do Plano de Controle Ambiental) seja efetivamente implantado, com medidas que fomentem a reestruturação dos atingidos, tais como o incentivo às atividades de fabricação de doces, farinhas, polvilhos e quitandas já tradicionalmente realizadas.
- Que o programa de Reestruturação Produtiva de Atividades Econômicas Diretamente Afetadas (PRP) seja monitorado na sua efetividade pelo Ministério Público.

**No que diz respeito às indenizações e outras reparações:**

- Que as formas de reparação – restituição, reposição, indenização e compensação – sejam objeto de negociação com os atingidos, garantindo-lhes o efetivo suporte e orientação técnica e jurídica;
- Que as negociações acerca dos critérios, padrões e valores sejam coletivas, contando os atingidos com assessoria técnica independente, às custas do requerente da licença ou empreendedor, conforme o caso;
- Que as indenizações em dinheiro pelas perdas materiais contemplem:
  - a) o valor das propriedades e benfeitorias;
  - b) os lucros cessantes, quando for o caso;
  - c) recursos monetários que assegurem a manutenção dos níveis de vida até que famílias e indivíduos alcancem condições de vida pelo menos equivalentes às precedentes;
  - d) critérios para que sejam monetarizadas, para fins de indenização, as alterações relativas à disponibilidade de transporte público do atingido até que seja estabelecido um transporte público regular em igualdade de condições com o antes usufruído pelo atingido. A medida tem como justificativa o fato de que diversos reassentamentos foram realizados em locais que não dispõem de transporte público em igualdade de condições com a antiga moradia, situação que resulta em perda patrimonial dos atingidos, uma vez que são obrigados à contratação de táxi para o transporte antes realizado por meio de ônibus.
- Que o Poder Concedente, as Agências Reguladoras, os órgãos de licenciamento ambiental e o empreendedor considerem que a plena reparação daqueles que exploram a terra em regime de economia familiar, como proprietário, meeiro, posseiro etc., assim como daqueles que, não se enquadrando em uma dessas categorias, têm vínculo de dependência com a terra, dela dependendo para sua reprodução física e cultural. A reparação deve se dar em 3 níveis:
  - a) indenização em dinheiro pelas perdas materiais, composta pelo valor da terra, benfeitorias, safra, prejuízos pela interrupção de contratos (meeiros, arrendatários, parceiros, empregados etc.);

b) compensação pelo deslocamento compulsório, traduzida no direito ao reassentamento, individual ou coletivo;

c) compensação pelas perdas imateriais, com o estabelecimento de programas de assistência nas diversas áreas técnicas necessárias à plena reconstituição dos modos de vida, redes sociais e econômicas etc., como de natureza psicológica, assistencial, agronômica, sem prejuízo das garantias e direitos já assegurados nas condicionantes já estabelecidas;

- que sejam reconhecidos os mesmos direitos explicitados nos dois itens anteriores, a todo detentor, proprietário ou não, de imóvel, rural ou urbano, cujo imóvel tenha sido parcialmente desapropriado.

- Que o Ministério Público acompanhe e fiscalize os processos de negociação das reparações, por envolver relações de poder assimétricas entre empreendedores e atingidos.

#### **No que diz respeito a reparações por perdas de caráter social e coletivo:**

- Que toda e qualquer perda decorrente da destruição, eliminação ou inviabilização de infra-estruturas, equipamentos, recursos e espaços de uso e fruição coletivos seja restituída e/ou compensada pelo empreendedor;

- Que custos relativos a infra-estruturas e equipamentos implantados para repor ou compensar perdas decorrentes da implantação e operação do empreendimento (mina, barragem etc.) sejam encargos do empreendedor, como, por exemplo, a energia elétrica para captação e distribuição de água potável à população atingida pela modificação do recurso hídrico antes disponível;

- Que as despesas acrescidas com custeio de ações de educação, saúde, cultura e outras decorrentes da implantação e operação da mina sejam encargos do empreendedor, por prazo a ser negociado com os governos locais e as populações interessadas.

### **No que diz respeito aos reassentamentos rurais:**

- Que, em todos os casos, sejam oferecidas ao deslocado compulsório alternativas de reparação, por meio da reposição, indenização e compensação, que deverão contemplar, necessariamente, a possibilidade de reassentamento coletivo, de modo a favorecer a preservação dos laços culturais e de vizinhança preexistentes na situação original;
- Que a licença de instalação e finalização das obras estejam condicionados à efetiva implementação do Programa de Controle Ambiental e outros planos discutidos e negociados de reassentamento;
- Que o reassentamento de deslocados, em analogia ao disposto na Lei 8.629/93, Art. 17, caput e incisos I e II, seja feito em “terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada”, após avaliação de sua viabilidade agro-econômica e ambiental, em comum acordo com os interessados;
- Que planos de reassentamento, incluindo localização, identificação de glebas, projetos de infra-estrutura e equipamentos de uso coletivo, assim como a escolha e formas de distribuição de lotes, sejam previamente discutidos e aprovados pelos reassentados, através de suas organizações e representações;
- Que a concessão de licenças ambientais seja condicionada à realização de avaliações dos resultados dos reassentamentos implantados, levando em consideração parâmetros socioambientais, cabendo os custos ao empreendedor; sendo a avaliação aferida, ainda que por amostragem, por equipe técnica do Ministério Público ou empresa por ele indicada.
- Que os custos relativos à implantação e ocupação dos reassentamentos sejam efetivamente cobertos pelo empreendedor, pelo menos até que os reassentados estejam em condições de levar adiante seus estabelecimentos agrícolas, considerados os prazos estabelecidos pelas experiências nacionais e as particularidades regionais e locais.

### **4. Direito à moradia adequada**

Conforme os dados de diagnósticos elaborados em função do licenciamento, como os já citados, elaborados pelas empresas Energy Choice (NERY; MILAGRES,



2008) e Diversus (2011), pode-se reconhecer que algumas famílias atingidas viviam já com algum nível de precariedade – sendo a inexistência de banheiros sanitários e fossas sépticas uma comprovação disso. Entretanto, é preciso ver o outro lado da construção social própria àquelas famílias – a moradia que lhes era adequada nas circunstâncias pré-mineração incluía um meio ambiente saudável, com ciclos de vida e dinâmica produtiva que compunham a circunstância e a adequação da moradia que, como tal, foi completamente aviltada. A moradia inclui hortas, pomares, cursos d'água que servem às comunidades e suas criações, bem como incorpora relações de proximidades e vizinhança com parentes, parceiros etc. Trazer melhorias para a moradia é algo positivo e desejável, mas romper com o contexto ambiental e de modo de vida com os quais as moradias estão associadas, sobretudo por apropriação sem a devida compensação é uma grave violação de direitos.

No que se refere à população atingida pelo empreendimento, destacam-se duas situações principais:

a) a dos que estão obrigados a aceitarem a condição do que se denominou de “atingidos diretos”, a serem indenizados, deslocados e/ou reassentados: além do não cumprimento dos prazos por parte do empreendedor, como atestado pelos documentos protocolados e as Atas das reuniões da URC-Jequitinhonha, há depoimentos de moradores que indicam a precariedade das instalações domésticas para as quais foram removidos. Pode-se destacar que as novas moradias já construídas pelo empreendedor, não atenderam às especificidades dos atingidos, tampouco demonstram que foram observados o *modus vivendi* local e regional. Como exemplo citamos o caso da senhora Josefina e do senhor Pedro Simões que solicitaram modificação da moradia porque a cozinha - parte da casa essencial para convivência social, tendo em vista uma família numerosa e o hábito de receber as visitas na cozinha - apresentou-se diminuta.

b) a dos que permanecem em suas terras, mas estão submetidos à inviabilização de suas condições produtivas, especialmente devido à degradação dos cursos d'água e a desvirtualização dos ciclos produtivos. Os exemplos já apontados das comunidades da Água Quente e do Sapo são notórios.

A violação deste direito está diretamente relacionada ao descumprimento das condicionantes relacionadas ao programa de reassentamento, especialmente a **Condicionante 91** que prevê a adoção do TAC de Irapé como base para o processo.

Desde o início das obras para instalação do empreendimento em 2008, a população que deveria ser reassentada sofre com as circunstâncias que tornaram sua moradia inadequada. Dentre as circunstâncias destaca-se que houve comprometimento da estrutura física das casas devido ao desmonte de rochas realizado pelo empreendedor, além dos incômodos causados pela convivência diária com as obras, como, excesso de trânsito de veículos e pessoas, poeira, poluição das águas, aumento da violência, visitas de trabalhadores da empresa etc. Atualmente várias famílias já receberam suas casas, entretanto há diversas outras que continuam convivendo com os transtornos causados pela instalação do empreendimento.

Por outro lado, as famílias em comunidades que não estão enquadradas no programa de reassentamento, sofrem com outros problemas como, instalação inadequada ou com funcionamento comprometido de fossas sépticas. Como mostra o depoimento abaixo, as fossas não apresentam bom funcionamento, o que levou à piora das condições de moradia.

“Em cumprimento à determinação feita por meio de condicionante, colocaram banheiros e fossas nas casas dos moradores da comunidade da Água Quente. Porém, estas fossas não estão funcionando. Os moradores reclamam que houve extravasamento do conteúdo da fossa, aumento significativo de mosquitos, e um intenso mau cheiro, que em algumas casas, chega a ser insuportável. Em virtude deste mau funcionamento, outros moradores que seriam “beneficiados” com a colocação do banheiro e da fossa, desistiram da instalação em suas residências.” (Atingido da Comunidade Água Quente, declaração via e-mail).

Outros atingidos sofrem a ausência de água potável, uma vez que, tiveram seus cursos d’água contaminados ou assoreados pelo empreendedor, o que fez com que alguns abandonassem suas moradias, perdessem plantações e criações. O órgão ambiental responsável pelo empreendimento determinou que fossem tomadas medidas para solucionar os problemas da ausência de água.

“Quantificar o total de moradores rurais residentes ao longo dos rios Santo Antônio e Peixe que terão seus sistemas de abastecimento de água comprometidos pela atividade minerária, apresentando alternativas mitigadoras para garantir o fornecimento de água em qualidade e quantidade suficientes.” (SISEMA, 2010, p. 73).

A medida apresentada pelo empreendedor foi a distribuição de água por meio de caminhão pipa, ao invés da realização de programas para tratamento das águas poluídas e/ou contaminadas, o que deixou os atingidos ainda mais indignados, como pode ser observado nos depoimentos abaixo.

"A gente tá trocando uma liberdade que agente tinha lá, do rio, de tudo que a gente usava, por uma troca do poço artesianos e caminhão pipa, aí a gente fica esperando deles não agir

de má fé com nós né? Por que se agir a gente tem que correr atrás e é isso aí, nós lá precisa da água pra continuar pra nós enquanto a gente estiver vivendo lá né? E vê se eles vai dá essa assistência pro resto da vida porque a gente vai, mas fica os filhos, fica os neto, fica os meninos que cresce e, também, porque se pode comprar o terreno do pessoal que estão aí perto e deixa a gente lá, como beneficiou a gente com a água as vezes acha que é só isso, mas isso é obrigação, a gente espera que eles ajuda a gente realmente lá e que não tenta passar a perna." (Atingido do comunidade Água Quente, entrevista, dez. 2010).

“A moça aí falou sobre o estudo das águas, mas acontece que eu moro lá [Água Quente] há 42 anos e eu sei o que é água limpa e o que é água suja! [...] a água tá sem condições de usar. Foram na minha casa me oferecer banheiro, [...] mas eu aguento fazer o banheiro, aguento fazer colocar mangueira, fazer um poço pra eu ter água pra beber, mas não posso fazer uma água para minhas criações beber. Mas eles exigem uma assinatura, mas não pediu pra nós uma assinatura pra colocar a empresa lá em cima não, e não somos nós que estamos pra baixo que estamos sujando a água não, quem tá sujando é quem tá lá pra cima. [...], não vão tampar nossa boca com uma mangueira d'água não. [...] Se a lei existir nós vamos ter voz, porque nossa vida lá não é bonito igual aqui não, nossa vida lá é dura, todo mundo que tá lá conseguiu as coisas lá com muita dificuldade. [...] meu terreno é todo cercado por essa água, não tenho água para beber, minhas criações estão bebendo lama, é lama, então eu sei bem o que é a limpa e o que é água suja!” (Atingida da Comunidade Água Quente, exposição realizada na reunião da URC que concedeu a LI fase II, 2010).

Os atingidos que foram reassentados enfrentam ou enfrentaram problemas com a nova moradia, as reclamações vão desde aquelas de que a casa não atende às necessidades da família, até as que afirmam a má qualidade da construção civil. Há registros de atingidos que se sentiram forçados a se mudarem antes que as obras terminassem ou que não tiveram opção de escolha por terrenos em lugares mais adequados às necessidades das famílias. Esta é a situação informada no relatório da Diversus (2010, p. 246):

“O casal Robson Rodrigues Marques e Cíntia Maria Coelho Marques, junto com seus filhos, mudaram-se para a casa da mãe do primeiro, Dona Maria da Silva Pimenta Vasconcelos, também moradora de Ferrugem em dezembro de 2009. Segundo informaram, o motivo da mudança estaria relacionado à atual situação de insalubridade da moradia deles em virtude principalmente da forte poeira causada pelo grande fluxo de veículos da mineração em sua porta. Eles acreditavam que uma das consequências desta situação de insalubridade seria o agravamento da deficiência visual adquirida pelo filho de três (03) anos.”

Uma síntese da situação que permanecia em 2011, conforme relato de atingido registrado por correspondência eletrônica entre atingidos e a superintendência da URC-Jequitinhonha (bem como enviada aos Promotores do Ministério Público do Meio Ambiente, revela:

“Em visita a propriedade do Sr. José Rosa, conversamos com ele e Dona Maria, sua esposa, ambos afirmaram estar se sentindo extremamente incomodados com as explosões, na residência já houve queda de telhas. Querem sair logo, mas para um lugar definitivo, afirma ser complicado mudar provisoriamente. Informaram que foram levados pelo empreendedor

para conhecer 01 propriedade. O empreendedor alega que levou o Sr. José Rosa e Dona Maria em oito propriedades. Dona Maria informou que se preocupa muito com os filhos, ambos portadores de necessidades especiais, precisa escolher uma propriedade com facilidade de acesso para deslocamento diário dos filhos para a APAE e teme morar com os filhos numa propriedade com muita água por exemplo, pois tem um filho deficiente visual e já perdeu um filho com a mesma deficiência vítima de afogamento. Na residência foi observada deformação excessiva de terça de madeira do telhado formando flambagem excessiva, ocasionada por deslocamento dos apoios laterais, provavelmente devido aos abalos oriundos das detonações. A família alega que assinou o documento afirmando que não queria sair da casa para local temporário e sim para área definitiva. A empresa se comprometeu no dia seguinte a executar cintamento com barras de aço para tentar manter a casa estável, bem como agilizar a retirada da família para o local definitivo. O órgão ambiental participou de um momento de detonação na casa do senhor José Rosa, a detonação, segundo informado, ocorreu a cerca de 600 metros das casas, onde ocorreu um estrondo, vibração no solo e lançamento de rochas da própria atividade. Técnico da empresa de medição de vibrações detectaram neste evento o registro de vibração. (relato de atingido em email de 19/07/2011).”

O rebaixamento do lençol freático e as obras de construção de barragem de rejeitos provoca alterações com múltiplas consequências na quantidade e qualidade da água utilizada pela população. As situações drásticas vividas pelos atingidos que permanecem em suas moradias são descritas em vários Boletins de Ocorrência Policial, como no B.O. nº. 220.168 e na troca de emails entre o responsável pelo policiamento ambiental de Conceição do Mato Dentro e a Superintendente Regional de Regularização Ambiental da SUPRAM, URC-Jequitinhonha, que anunciou a impossibilidade da vistoria solicitada em razão de insuficiência de recursos financeiros, tendo sido alertada da seguinte forma pelo Policial ambiental:

<p>Bom dia,</p> <p>Sabemos das dificuldades do estado, mas a situação que encontra os córregos e a população ribeirinha que necessita de usar a água dos córregos está muito mais difícil e complicada. Estamos preocupados também se ocorrer mais chuvas que poderá trazer mais transtornos e prejuízos para a população ribeirinha.</p> <p>Att,</p> <p>Sgt Nonato</p>
---

Para garantir diversos direitos, dentre eles o acesso à terra e à moradia adequada, no processo de licenciamento o estado de Minas Gerais indicou a Comissão Pastoral da Terra - CPT para prestar auxílio jurídico aos atingidos por meio de um advogado para acompanhar o processo de negociação da Condicionante 91, em setembro de 2010. Esse auxílio foi suspenso efetivamente e por meio de nota publicada em 27 de Março de 2012, a CPT esclarece que

“Na recente visita de representantes da CPT ao local, através de contato com as populações atingidas, considerando os relatos delas e documentos encaminhados a diversos órgãos públicos, avaliamos que a Anglo American vem causando uma série de transtornos, como o desrespeito aos direitos dos atingidos e não cumprimento de acordos assinados.

Além disso, a empresa tem utilizado o nome da CPT, segundo relatos, em boletins de propaganda da empresa e em reuniões públicas sobre processos de licenciamento ambiental, como forma de passar a ideia de parceria social, aliviando sua responsabilidade pelo descumprimento de condicionantes estabelecidas no Copam Jequitinhonha (URC Jequitinhonha). (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2012).”

No que se refere ao suporte jurídico para as negociações com a empresa mineradora os atingidos não têm mais qualquer apoio público institucional.

#### **4.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados**

- Garantia do direito de recomposição patrimonial do atingido com identificação de todas as despesas comprovadas e necessárias para cumprimento dos direitos e garantias violadas, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios. A medida tem como justificativa a necessidade de conhecimento técnico específico para se exigir o cumprimento de responsabilidade atribuída ao empreendedor, não podendo o atingido sofrer diminuição do seu patrimônio com as despesas com advogado contratado já que quem deu origem à ação / medida judicial ou extrajudicial foi a empresa.

- Recomenda-se ainda que a lista dos atingidos, enquadrados no programa de reassentamento seja revisada, possibilitando a inclusão dos atingidos pela ausência de água que desejam ser reassentados. E que todos os contratos sejam revisados, para que estejam de acordo com o parâmetro mínimo definido no TAC de Irapé, previsto em condicionante.

E por fim, recomenda-se que as obras para instalação do empreendimento sejam suspensas até que todos os conflitos do reassentamento sejam solucionados.

## 5. Direito à educação;

As promessas de capacitação de mão de obra local e de fomento de programas de educação ambiental realizada pela empreendedora, de forma expressa, por ocasião da assinatura da anuência da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, em idos de junho de 2008 foram relegados em segundo plano. Além do atraso na implantação dos cursos de capacitação de mão de obra que só recentemente foram iniciados (de forma precária), os referidos cursos contemplam apenas as demandas da mineração. Esta situação denota o descumprimento do acordo realizado e da proposta inicial de capacitação de mão de obra para outras atividades, sobretudo para o turismo.

Não foram implementados políticas de diversificação econômica nas atividades locais, o que, caso não seja corrigido, levará a uma dependência cada vez maior da atividade minerária.

**Deve-se considerar ainda a possibilidade de COLAPSO dos serviços sociais, principalmente, saúde e educação, uma vez** que o empreendimento da Anglo absorve uma massa significativa de trabalhadores o que aumenta a demanda por um atendimento à saúde dos próprios trabalhadores e seus familiares. Não se pode perder de vista que a atividade minerária causa inúmeros problemas sociais, inclusive à saúde, o que resulta em impacto à qualidade de vida e saúde de toda a população dos municípios direta e indiretamente afetados.

Considerando, ainda, que não foram apresentados os resultados com o programa de ocupação da mão de obra local e tampouco foram feitas avaliações para se identificar se a qualificação profissional está atendendo à população local, torna-se indispensável a implantação de medidas que resultem na identificação de tais dados. Cabe aqui uma pergunta: Quem está fazendo os cursos de capacitação? Estas pessoas estão sendo absorvidas nas atividades para as quais foram/estão sendo qualificadas ou para atividades marginais a esta tais como estágios?

### 5.1. Indicação de ações e medidas para solucionar os problemas gerados

Considerando a possibilidade de colapso das estruturas e condições de educação e saúde, torna-se indispensável que o Ministério Público proceda à vistoria e determine um levantamento técnico (realizado pela equipe técnica do MP) para verificação do hospital e estabelecimentos de saúde e ensino do município de Conceição do Mato Dentro. A medida tem como objetivo identificar a necessidade de se incrementar programas relativos à saúde e à educação, bem como para justificar políticas públicas que atendam às demandas locais.

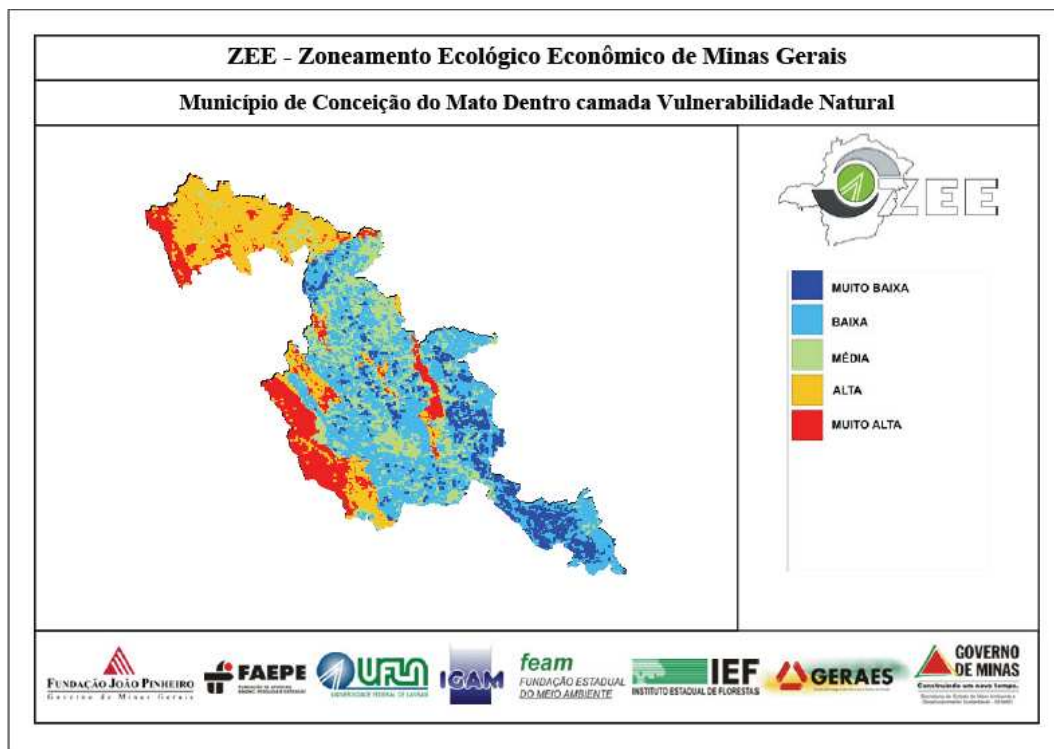
## **6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;**

Os conflitos e as contradições surgiram ainda na concepção do empreendimento. A região a ser explorada pela Anglo American, em Conceição do Mato Dentro é indicada como de vulnerabilidade natural muito alta pelo Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais, o que significa que, para essa região, não são indicadas atividades industriais territorialmente impactantes.

O território é caracterizado como área de encontro dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, e pela presença dos campos ferruginosos e dos campos rupestres sobre cangas ferruginosas e sobre cangas quartzíticas, vegetações e formações geológicas da Serra do Espinhaço. As cangas ferruginosas, além de raras, são apontadas como os ambientes naturais possivelmente mais ameaçados do Brasil e do mundo, devido ao modelo de exploração mineral a céu aberto.

A mesma área demarcada como de lavra na Figura 5 [Figura 1 neste documento] é apresentada pelo Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais (ZEE-MG) como de alta vulnerabilidade natural, não sendo, portanto indicada para atividades industriais. A região é marcada por sua ecologia de baixa resiliência, isto é, não tem capacidade de recuperar-se ou resistir a intervenções impactantes. É o que salienta o adendo do Parecer Único do SISEMA (2008), ao afirmar que a região a ser explorada é “Um local com vulnerabilidade natural muito alta, o que significa que o ambiente possui uma baixa resiliência, ou seja, a incapacidade de recuperar a forma original, exigindo medidas mitigadoras com relação à sua recuperação e conservação.” (SISEMA, 2008, p. 4). Sobre essa região, o próprio EIA do empreendimento ressalta: “Onde as atividades de mineração ora propostas serão desenvolvidas, foi considerada pelo ZEE-MG, como Zona Ecológica-Econômica 6. Esta classificação indica tratar-se de terras com alta vulnerabilidade e baixo potencial social” (MMX, BRANDT, 2007, p. 19). (ROSA, 2011, p. 39).

A figura abaixo demonstra elementos do ZEE-MG sobre o município de Conceição do Mato Dentro:



Figura

**1: Vulnerabilidade natural de CMD**

**Fonte:** ZEE-MG, 2011

Quando avaliados os direitos minerários concedidos até 2010, pode-se perceber a possibilidade de expansão das atividades no município e as ameaças ambientais delas decorrentes apresentam-se sem quaisquer perspectivas de avaliação estratégica e integrada dos impactos no âmbito territorial.



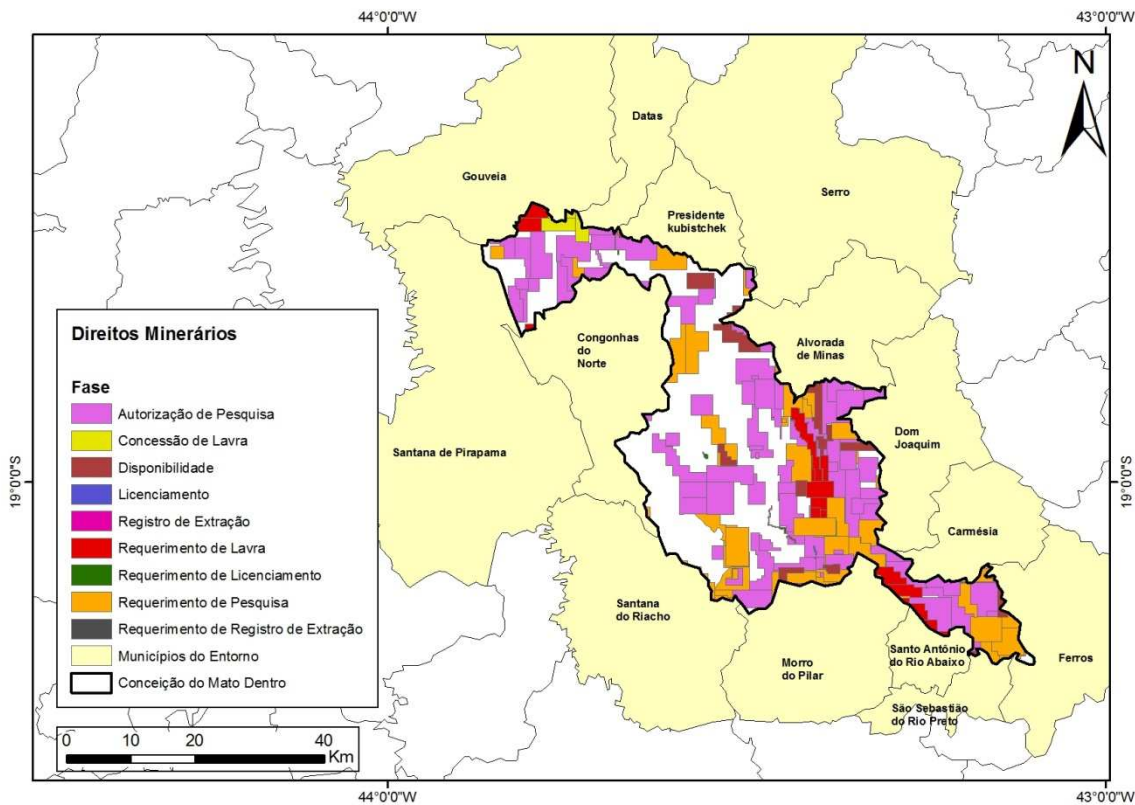


Figura 2: Distribuição dos direitos minerários do território de CMD

Fonte: DNPM – SIGMINE, 2010.

O EIA do empreendimento (MMX/BRANDT, 2006) apresenta um conjunto de impactos potenciais sobre a região, 07 aspectos dos quais são aqui sintetizados:

- Alterações na qualidade da água, pela indução de processos erosivos devido à supressão da vegetação, abertura de vias de acesso à jazida mineral e a futura formação da pilha de estéril e da barragem de rejeitos.

Esses impactos se iniciaram com a instalação da mina e tendem a progredir e causar impactos secundários como assoreamento de cursos d'água e alteração de características físicas da água como a turbidez e a cor. Há outras fontes contaminantes da água, como óleos e graxas, provenientes, especialmente da manutenção de máquinas e equipamentos utilizados durante as obras. Com o início da operação, outros impactos surgirão como, a alteração da recarga hídrica e o rebaixamento do lençol freático. O EIA apresenta medidas mitigadoras para esses impactos, mas, atualmente ao longo da instalação do empreendimento é possível perceber os processos erosivos no solo; os córregos Pereira e Passa Sete, sofreram assoreamento e foram contaminados com óleos,

graxas e esgoto sanitário provenientes do canteiro de obras, como constatado em boletim de ocorrência (n. 220168/2011) da Polícia Civil e Militar de Conceição do Mato Dentro.

Esses impactos interferem nos ecossistemas aquáticos. O assoreamento pode soterrar seres bentônicos, impedir a entrada de luz na água, o que diminui a produtividade primária do ecossistema que se reflete na queda da biodiversidade local. A contaminação por esgoto sanitário induz a eutrofização, ou seja, a proliferação de algas que também contribuem para diminuir a biodiversidade local, além de causar mau cheiro e impossibilitar o uso dos recursos hídricos pelas comunidades tradicionais. A impossibilidade do uso dessas águas é ainda mais grave, uma vez que, as comunidades não apresentam outra fonte de recursos hídricos e não são beneficiadas com saneamento básico e distribuição de água encanada. Os transtornos causados pelas transformações nos recursos hídricos causado pelo empreendimento foram já especificados em depoimento apresentado no tópico 4. Direito à moradia adequada.

- Alteração da qualidade do solo, causadas principalmente pelas atividades de terraplenagem, escavação, supressão da vegetação, descarte inadequado de resíduos, abertura da cava, formação da barragem de rejeitos e pilha de estéril.

Do mesmo modo, os impactos se iniciaram com a instalação do empreendimento e tendem a se agravar com a operação. Como medidas mitigatórias o EIA apresenta o sistema de coleta e destinação adequado de resíduos. Entretanto, como foi constatado no Boletim de Ocorrência supracitado, esse sistema não foi implantado ou não funciona de maneira adequada. As vistorias técnicas comprovaram que os cursos d'água foram contaminados e provavelmente o solo também o foi. As comunidades da área diretamente afetada, especialmente a comunidade do Sapo, necessitam da qualidade do solo para manter as atividades relacionadas à agricultura familiar. Se a produtividade do solo é impactada a base da cadeia alimentar ecológica fica comprometida o que conduz à queda da biodiversidade local.

- Alteração da qualidade do ar que ocorre principalmente durante o processo de instalação da mina, devido ao tráfego de veículos, às atividades de terraplenagem, desmonte de rochas, disposição de estéreis e etc.

Como resultado gera-se grande quantidade de poeiras e de CO<sub>2</sub>, produzido por meio da queima de combustíveis fósseis, pelas máquinas e veículos pesados que transitam nas obras e próximo às comunidades. As poeiras são as que causam mais transtornos para a comunidade local e estão sendo geradas em quantidade extraordinária, porque o trecho da rodovia – MG 10 - de acesso ao empreendimento está em processo de pavimentação. As comunidades do Sapo e Água Quente residem muito próximas a essa rodovia e já têm enfrentado diversos problemas de saúde. Na região urbana de CMD, a qualidade do ar também foi alterada, principalmente pelo aumento do trânsito de veículos da empresa que além da produção de CO<sub>2</sub> são carregadores de poeiras da zona rural. As partículas sólidas se depositam nas folhas das árvores e diminuem a taxa de fotossíntese, uma vez que, impedem a captação de luz.

Esta situação torna-se ainda mais intensa durante o período chuvoso, ocasião em que os veículos estão cobertos por lama. O tráfego de veículos com poeira e lama acarreta a elevação da quantidade de partículas sólidas no ar, uma vez que este material é espalhado por todas as vias urbanas. Outro fator que torna a situação ainda mais impactante é o fato da empresa manter alguns estacionamentos em lotes vagos localizados nos bairros e áreas residenciais. Nesse caso, além do impacto na qualidade do ar, gerado pela movimentação de veículos (sujos de poeira e lama), identifica-se ainda o impacto sonoro, o que reduz a tranquilidade de vida e o sossego da população. Ademais, a redução da qualidade de vida no ambiente social decorrente não só da grande movimentação de veículos e pessoas como também da presença ostensiva de seguranças que reduzem a sensação de privacidade dos moradores do local. Com o fim da instalação da mina e término da pavimentação da rodovia MG-10 esses impactos tendem a se reduzir, sobretudo se o trânsito de veículos com resíduos de lama e poeira ficar restrito ao espaço físico da lavra e das operações, com restrição de entrada nos centros urbanos.

Como proposta de medidas mitigadoras relativas à intensificação do trânsito o EIA, apresenta plano de sinalização viária, programa de re-adequação viária, manutenção da estruturas viárias etc., mas não são identificadas medidas efetivas a este respeito. No período chuvoso de novembro 2011 a janeiro de 2012, várias foram as manifestações sociais, pela recuperação das vias públicas da área urbana de CMD e para o término da pavimentação da MG – 10, pois as vias se encontravam esburacadas e com grande quantidade de lama, como insistentemente revelado pela insatisfação cotidiana

das denúncias e cobranças às autoridades públicas, por meio do grupo virtual Concepcionenses Unidos na WEB e no depoimento de uma atingida, via email:

Não vou para CMD esse final de semana. A estrada não está boa não. Tive notícia que a população fechou a MG010 na altura do Mato Grosso – Itapanhoacanga (o ônibus da Viação Serro parou de rodar pelas péssimas condições da estrada. A população fechou dizendo que se os ônibus não rodam, as caminhonetes e caminhões da empresa também não rodariam). Isso fez com que o tráfego de caminhões e caminhonetes aumentasse muito para o lado de CMD, o que piorou ainda mais a estrada para o nosso lado. Dentro da cidade também, a falam que a situação está caótica. A previsão é de chuva no feriadão. Então todo cuidado é pouco. (Atingida, em email de 07/12/2011).



Figura 3: Trecho de estrada no município de Conceição do Mato Dentro  
Fonte: Labcen, 2011.

- Alteração da paisagem e poluição sonora que são produzidas essencialmente pelas obras de instalação da mina e deverão ser agravados com a abertura da cava a construção da barragem de rejeitos e da pilha de estéril.

A alteração da paisagem é irreversível e influencia profundamente outras atividades econômicas como o ecoturismo, já que promove a descaracterização do território. A poluição sonora, bem como, a iluminação artificial, prejudicam a qualidade de vida da população local e afugentam a fauna, o que reduz a biodiversidade local. O desmonte de rochas além de causar ruídos, interfere nas estruturas das moradias próximas ao empreendimento. Esse impacto é alvo de muitas reclamações por parte da população local, conforme debatidos em audiências públicas na URC-Jequitinhonha, especialmente pelo distrito de Córregos e pela comunidade Mumbuca (FERNANDES, ENRÍQUEZ; ALAMINO, 2011).

- Alteração e perda dos *habitats*.

Esta que é considerado como o primeiro motivo de perda de biodiversidade no mundo. Alterações e perda dos *habitats* são causadas principalmente pela conversão de áreas preservadas e naturalmente vulneráveis, como em CMD/Serra do Espinhaço, em áreas industriais e/ou urbanas. Em relação à diversidade dos ecossistemas aquáticos, a poluição dos cursos hídricos (já citada) e a construção da barragem de rejeitos são os principais motivos pela mortandade de seres aquáticos, especialmente os peixes endêmicos da região. Outras atividades causam impacto sobre a fauna, como a intensificação do trânsito de veículos que atropelam diversos animais. Dentre as medidas mitigadoras propostas encontram-se: estudos para minimizar a supressão de vegetação, evitar a formação de ilhas de vegetação, viabilizar o tratamento de efluentes do processo industrial, promover programa de educação ambiental com os trabalhadores para evitar atropelamentos e implantar o plano de recuperação de áreas degradadas. Os estudos, por si só, não mitigam impactos e riscos ambientais e, do mesmo modo, não se verifica na cidade e no âmbito rural medidas efetivas em prática para viabilizar tais propostas.

Observa-se, no entanto, que frente às polêmicas sobre tecnologias e soluções para a recuperação em áreas mineradas o que está em cheque é a possibilidade de não recuperação de biomas e ecossistemas, tendo em vista a extração e a exaustão de diferentes elementos constitutivos do ambiente. As proposições e medidas de longo prazo, de longo alcance, merecem ser tratadas por meio de medidas compensatórias e de ajustamento de condutas, visando também à prospecção de cenários sociais e ambientais, para a construção do futuro para as próximas gerações.

- Aumento da imigração, ocasionado pela esperança de melhores condições de vida, alavancado pelo desenvolvimento prometido pela empresa.

Os impactos dos fluxos migratórios causam inchaço nos serviços públicos, como educação e saúde, promovem a descaracterização da cultura local, a degradação da infraestrutura urbana, o aumento da violência, o desestímulo às atividades como turismo,, dentre outros. Segundo o EIA, a imigração é impacto que tende a se estabilizar com o início da operação da mina, mas pode crescer novamente com as promessas de expansão das atividades como já divulgado. Como medidas mitigadoras o EIA

menção a capacitação de mão de obra local, programa de desenvolvimento de fornecedores locais e priorização de fornecedores locais.

O Jornal Estado de Minas apresenta a reportagem “Conceição do Mato Dentro convive com dores do crescimento e dúvidas sobre o futuro” (abril, 2012) onde descreve os impactos causados pela migração.

“Conceição do Mato Dentro, na Região Central de Minas, vive momento crucial. Antes tipicamente interiorana, onde moradores se conheciam, as distâncias costumavam ser vencidas a pé ou a cavalo e rareavam aparelhos de telefone e televisão, a cidade tenta se habituar a mudanças desde o anúncio de projeto de mineração, previsto para entrar em funcionamento em 2013. No município, a 175 quilômetros de Belo Horizonte, hábitos e paisagens se transformam rapidamente: o Centro fica mais movimentado, pessoas começam a se desconhecer, a internet se dissemina, o crack preocupa autoridades... Na década de 1960, a extinta revista Realidade escolheu Conceição do Mato Dentro para retratar um município característico do interior do país. Quarenta e seis anos depois, o Estado de Minas mostra como, a exemplo de outras cidades mineiras, Conceição encara as dores do crescimento sem saber ao certo no que se transformará.” (Jornal Estado de Minas, 06/04/2012).

Um exemplo marcante da ineficiência dos programas do PCA da empresa é o caso específico da comunidade do Sapo. Segundo seus moradores, em processo de diagnóstico participativo realizado pela equipe de pesquisa do Labcen-PUC Minas (2011), se apresenta com capacidade de fornecimento de hortaliças provenientes da produção familiar, assim como de refeições (pratos prontos) para os trabalhadores das empresas, entretanto, seus moradores não foram contemplados com iniciativas ou programas desse tipo, apesar de serem uma das comunidades mais próximas ao empreendimento.

- Aumento dos preços de mercadorias, serviços e imóveis, produzido pela chegada de pessoas com maior poder aquisitivo e pelo simples aumento da demanda de mercadorias e serviços causados pelo aumento da população local sem aumentar a oferta.

Esses aspectos causam transtornos à maioria da população residente em CMD que não teve suas rendas aumentadas, como por exemplo, é o caso de parte dos funcionários públicos. O aumento dos aluguéis e imóveis foi causado principalmente, pelo grande impulso na aquisição de terras por parte da empresa e da locação de imóveis para acomodação de trabalhadores externos à cidade. Mesmo afirmando que os programas de minimização de fluxos migratórios, como capacitação de mão de obra local e priorização de fornecedores locais, serão suficientes para que o ambiente

socioeconômico consiga absorver as consequências das transformações impostas, parcela da população das comunidades locais, ainda não se sente beneficiada.

### **6.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados**

Considerando-se que a medida legal mais esperada e ainda não apresentada pelo empreendedor é a criação de uma unidade de conservação na mesma região e sub-bacia hidrográfica, que conserve os ecossistemas equivalentes a aqueles que a empresa estará destruindo, conforme preceituado no *caput* do artigo 17 da Lei da Mata Atlântica (lei 11.482/2006):

"O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana."

- Obrigar a empresa mineradora a criar e constituir unidade de conservação na mesma região e sub-bacia hidrográfica, que conserve os ecossistemas equivalentes a aqueles que a empresa estará destruindo, conforme preceituado no *caput* do artigo 17 da Lei da Mata Atlântica (lei 11.482/2006).
- Obrigar a empresa ao cumprimento de todos os programas do Plano de Controle Ambiental – PCA. Deve-se observar, no entanto, que análises do conteúdo dos documentos demonstram que tais programas, redigidos com vocabulário cuidadoso, são expressivos da competência ou do *ethos* racionalizador da organização e de sua construção normativa. A expressão dos textos técnicos demonstra um discurso empresarial homogêneo sem, no entanto, apontar a efetiva definição de parâmetros para execução dos planos e sem delinear as ações e seu alcance de modo preciso. Tal observação permite recomendar que sejam apresentadas, informadas e controladas as medidas estratégicas e operacionais para viabilização do controle ambiental.

**No que se refere aos impactos ambientais provocadas pela intensificação do trânsito, recomenda-se:**

- Obrigar a empresa a manter estacionamentos fora da cidade indicando **a alternativa de utilização de veículos específicos para área da mina e outros para circulação na**

**zona urbana.** Da mesma forma, nas vias de acesso públicas (rodovias estaduais e municipais bem como as demais vias utilizadas pela comunidade), deverá ser limitada a circulação de **caminhões que só poderão transportar minério com caçambas metálicas totalmente vedadas para evitar derramamento ou dispersão.** Além disso, deve-se impor à Anglo American e às empresas terceirizadas que adotem medidas para diminuir a sujeira no transporte do minério e na circulação de veículos, **exigindo a lavagem dos veículos que deixarem a mina, sob pena de multa diária de R\$200,00 por veículo.** A punição financeira pode atuar como única forma para se proteger o meio ambiente, o conjunto arquitetônico tombado e a segurança dos moradores.

- Obrigar a agilização no planejamento e implantação de medidas efetivas para conter a poluição do ar e sonora no entorno da mina, como por exemplo, por meio de sistemas de contenção de poeira, de detonações e gestão de efluentes (umidificação, barreiras vegetais, redução de vias exclusivas para circulação de veículos de trabalho etc.).

#### **7. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;**

- Descumprimento de condicionantes e modificações de condicionantes já estabelecidas para beneficiar o empreendedor – algumas condicionantes foram novamente colocadas em pauta para modificação, embora já esgotado o prazo para recurso. Conseguimos assegurar algumas medidas por meio de condicionantes, mas várias condicionantes foram modificadas no órgão ambiental por solicitação da empresa (exemplo disso é a condicionante nº 01, da LI fase II) aprovada na reunião da URC Copam Jequitinhonha de fevereiro de 2012.

- Preocupação em identificar as pessoas que negociaram suas terras, antes da organização dos atingidos pelo empreendimento, e das garantias do Estado de cumprimento dos parâmetros mínimos do TERMO IRAPÉ;

- Preocupação com a falta de titulação – reassentados estão recebendo CONTRATO DE COMODATO COM PRAZO DE 2 ANOS com cláusula que obriga a desocupação ao final destes 2 anos, caso solicitado pela ANGLO, sem garantias de transferência de registro definitivo de terras, nos termos pré-acordados.



Durante as reuniões realizadas nos dias 28 de agosto de 2011, e 12 e 13 de setembro/2011 na Mumbuca e nos dias 16 e 17 de setembro/2011 na Água Quente, foram realizados vários depoimentos por membros das famílias atingidas, com média de frequência de 50 pessoas e com a presença de um advogado (antes indicado pela CPT), da Defensoria Pública, e Promotor do Ministério Público Estadual em Conceição do Mato Dentro, do Laboratório de Cenários Socioambientais da PUC Minas, entre outros. As reuniões foram convocadas pelos próprios atingidos e todos os depoimentos foram documentados e assinados, gravados em audiovisual.

Os moradores das comunidades atingidas relataram seus problemas relativos ao não cumprimento das dimensões legais por parte da empresa Anglo American, seus dramas familiares decorrentes das condições de insegurança, fragilização e precarização das condições de vida e trabalho, exposição a riscos ambientais etc. Vários atingidos, em entrevistas, reafirmaram a imposição, por parte de técnicos representantes da empresa, de silêncio dos atingidos. Essa situação havia sido denunciada, pela D. Maria moradora da Mumbuca, após a Audiência Pública em CMD no dia 05 de julho de 2011, fez o seguinte relato sobre um determinado funcionário da empresa: "Aquele ali passa de bonzinho perto de vocês, mas quando está só com a gente você não faz ideia de como ele trata a gente." Três exemplares dos depoimentos são apresentados a seguir.

*Elcio Pacheco*  
OAB/MG 117511

**TERMO DE DECLARAÇÃO.**

Valderes Antônio de Carvalho, brasileiro casado, trabalhador rural, filho Amantino Antônio de Carvalho e Efigênia Moreira de Souza e Celeste Pacifica de Carvalho, MG 13.864.990, ambos atingidos pela Mineração em Conceição do Mato Dentro, compareceram em 12/09/2011, na presença do advogado signatário, bem como das testemunhas, Josianne Cláudia Sales Rosa e Kely Sidnei de Almeida, e declaram que: sua residência esta localizada próxima a área de barragem. Que tem barulho 24 horas por dia, de trafego de caminhões, maquina o que causa transtornos principalmente à noite. Que tem cinco filhos, sendo que um é menor. Que tem muita poeira, que esta prejudicando a família. Que tem medo de morar tão próximo à barragem de rejeitos que esta sendo construída. Que a água que eles utilizavam para uso da família e dessedentação animais esta poluída. Que atualmente usam outra água, entretanto essa não é suficiente para o uso familiar e com os animais. Que não é possível utilizar água que antes utilizavam, devido a poluição e assoreamento. Que as vacas diminuíram a produção de leite. Que a produção agrícola diminuiu bastante pela falta de água. Que não tem vontade de sair do local, mas por causa do perigo da barragem e por causa da falta de água que prejudicou a agricultura de subsistência, desejam ser reparados nos termos de Irapé, respaldado pela condicionante 91. Que sabem que são atingidos pelo empreendimento, uma vez que, mora a cerca de 500 metros da família do Sr. Adão Moreira, que foi indenizado pelos mesmos problemas que atualmente eles estão enfrentando. Que por causa da poluição das águas do rio Passa Sete, não podem mais continuar na terra. Que mora atualmente em uma casa grande, de 10 cômodos, com varias benfeitorias, como, paiol, chiqueiro, curral, cocheiro, horta grande, galinheiro, fossa seca, duas pequenas casas e uma dispensa. Desejam uma nova terra, porque temem viver próxima a barragem, e sentem obrigados a sair por falta de água. Que desejam o mesmo tratamento dos outros atingidos. Que perderam o sossego, devido aos transtornos narrados acima. Que os filhos não podem mais sair de casa por medo, por muita gente estranhas, pelo grande transito de veiculos pesados e imigrantes.

Conceição do Mato Dentro, 12 de setembro de 2011.

<i>Valderes Antônio de Carvalho</i> Valderes Antônio de Carvalho	<i>Celeste Pacifica de Carvalho</i> Celeste Pacifica de Carvalho
<i>Elcio Pacheco</i> Elcio Pacheco OAB/MG 117511.	

Testemunhas:

<i>Josianne Cláudia Sales Rosa</i> Josianne Cláudia Sales Rosa CII. MG.10.313.920 Rua José Clemente, 666 – B. Floramar – BH/MG.	<i>Flávia M. T. Ferreira de Moraes</i> Flávia M. T. Ferreira de Moraes DEFENSORA PÚBLICA MADEP 0695
<i>Kely Sidnei de Almeida</i> Kely Sidnei de Almeida C.I. M. 5.750.036. Rua Tancredo Neves, 55 – B. Águia Dourada – Ibité/MG. <small>Rua Rj o Grande do Sul, 756 – Sala 503 – B. Barro Preto – BH/MG, CEP: 30.170.110 - TEL/FAX: (31) 3568 0380 cel: (31) 9767 3596 – (31) 8510 5504 - e-mail: elcio13pacheco@hotmail.com elciopacheco2004@ig.com.br</small>	

Figura 4: Documento sobre situação familiar (1)  
Fonte: Atingidos pela Anglo American


*Elcio Pacheco*  
OAB/MG 117511


# TERMO DE DECLARAÇÃO.

Pedro da Silva Rodrigues, brasileiro (a), trabalhador (a) rural, casado (a), portador (a) da Cl. M.1.747.497 SSP/MG, nascido (a) em 01 de novembro de 1961, residente na Comunidade do Mumbuca, Zona Rural do município de CMD/MG, atingido (a) pela Mineração em Conceição do Mato Dentro, compareceu em 13/09/2011, na presença do advogado signatário Elcio Pacheco e da Dr<sup>a</sup>. Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes, Defensora Pública estadual, bem como das testemunhas, Josianne Cláudia Sales Rosa e Kely Sidnei de Almeida, autoriza a divulgação de suas declarações em áudio/vídeo e documental perante as autoridades públicas e a quem possa interessar, declarando: Que assinou contrato de compra e venda com a Anglo em 15 de março de 2011. Que conforme o contrato assinado a empresa deveria reassentá-lo em seis meses. Que a empresa ao não cumprir o contrato deve-lhe pagar multa de 10%. Que não foi ainda reassentado. Que não recebe cesta básica. Que paralisou suas atividades na sua terra, uma vez que a empresa havia se comprometido há mais de um ano a reassentar todo mundo. Que não plantou a terra esperando mudar e até hoje não foi reassentado. Que até hoje não recebeu os 70% de indenização, somente recebeu 30%. Que a casa não está pronta. Que não visitou a obra da casa. Que foi informado que a obra da casa não começou. Que está cansado. Que quer ser reassentado o mais rápido possível. Que as autoridades não estão dando assistência. Que deseja que os prazos sejam cumpridos. Que quer receber os documentos da terra e receber os 70% falta. Que não quer mais ser incomodado. Que quer que seu resolver o problema seja resolvido.

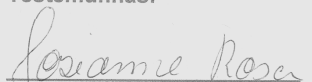
Conceição do Mato Dentro, 13 de setembro de 2011.


  
Pedro da Silva Rodrigues

  
Elcio Pacheco  
OAB/MG 117511.

  
Flávia M. T. Ferreira de Moraes  
DEFENSORA PÚBLICA  
MADEP 0695

## Testemunhas:

  
Josianne Cláudia Sales Rosa  
Cl. MG. 10.313.920  
Rua José Clemente, 666 –  
B. Floramar – BH/MG.

  
Kely Sidnei de Almeida  
Cl. M. 5.750.036.  
Rua Tancredo Neves, 55 – B. Águia  
Dourada – Ibirité/MG.

Rua Rj o Grande do Sul, 756 – Sala 503 – B. Barro Preto – BH/MG, CEP: 30.170.110 – TEL./FAX: (31) 3568 0380 cel: (31) 9767 3596 – (31) 8510 5504 – e-mail: elcio13pacheco@hotmail.com  
elciopacheco2004@ig.com.br

Figura 5: Documento sobre situação familiar (2)  
Fonte: Atingidos pela Anglo American

- A ausência de tratamento isonômico e a necessidade de complementação das negociações realizadas é justificada pelas informações contidas o Diagnóstico da Diversus (2011, p. 265 a 300):

“As 03 famílias que receberam terras em troca de suas posses e propriedades foram para a região de Gondó (José Mário, Jesus e Andreza<sup>26</sup>). No caso dos irmãos: Jesus e Maria Andreza, eles fizeram uma permuta recebendo uma área em troca da que ocupavam há aproximadamente 02 anos.

José Mário Pimenta Simões, que saiu no início de 2010, também fez uma permuta de terras, situação bem diferente do seu genro, Edinei Aparecido Pimenta de Castro que por ter sua casa próxima a área de “*propriedade*” do sogro e por trabalhar nas “*terras do sogro*”, teria recebido apenas um valor monetário cerca de R\$130.000,00 (cento e trinta mil) e seis meses de “*cesta básica*”.

“Jesus trabalhava em uma fazenda que fora comprada pela Borba Gato, passou a trabalhar, por aproximadamente 02 anos com esta empresa. Segundo ele, seu avô, Sr. Pedro Rodrigues, previa que viria a mineração, pois desde o seu tempo de moço havia pesquisa sendo feita e uma conversa nesta direção. Ele trocou seu terreno, cerca de 38 ha, por uma boa área na região de Gondó, com uma casa e um pequeno curral<sup>29</sup>. Já Maria Andreza recebeu uma área de 20 ha, segundo ela, sem nenhuma casa ou benfeitorias, apesar de ter uma casa construída em sua antiga propriedade na Mumbuca.” (p. 265).

*Nota pé de página: 29* Apesar de Jesus se demonstrar satisfeito com sua negociação, seus filhos não teriam sido levados em consideração neste processo.

“Darcília Pires de Sena, mora próxima de Mongenininho, na própria região do Passa Sete. Casada com Sebastião Cesário de Sena, eles eram uma das famílias que plantavam a meia no terreno da fazenda de Alessandro Lodi, adquirida pela Borba Gato. Darcília mora próxima da família de João Moreira de Souza que foi considerado como uma das quatro famílias mais urgentes em serem realocadas, na reunião da Supram Diamantina de Dezembro de 2010. Falaremos sobre as famílias do Passa Sete um pouco mais à frente.

Os demais irmãos herdeiros que não moravam nas terras, teriam recebido há 03 anos, uma proposta de R\$1.000,00 pelos seus direitos de herança da terra, proposta não aceita pelos atingidos. Segundo relataram, os negociadores, na época, diziam que “*só tinha direito quem morava na área*”. Recentemente, eles teriam recebido outra proposta financeira pela parte deles na herança da terra, mas ainda não teriam aceitado. Quanto aos irmãos que saíram em uma situação mais desvantajosa como Alice, Onira e Delcio com seu filho Nelson, ainda não havia nenhuma proposta concreta em relação a uma possível revisão de suas negociações. Inicialmente a intenção de Mongenininho é de ter uma casa na cidade de Conceição do Mato Dentro, além de uma terra agricultável com os filhos na zona rural, mas ainda não tinha escolhido estas áreas, pois como trabalha não possui tempo para pesquisar a casa e a terra com estas características. A esposa de Mongenininho, Márcia Simões Pimenta Santos é filha de Pedro Simões Pimenta e Josefina Soares Pimenta, também moradores da Comunidade.” (p. 265).

“(…) há o caso de Antônio Ibrain dos Santos. Durante 15 anos, Antônio foi caseiro fichado, com carteira assinada, na Fazenda Jardim, hoje sede da empresa Anglo Ferrous. Após a aquisição da área pela empresa MMX, ele permaneceu no local com a família ainda três meses prestando serviço para empresa Borba Gato (serviços gerais). Depois, o segurança patrimonial da empresa MMX, Heraldo, pediu para o entrevistado desocupar a área dando 30 dias para o mesmo arranjar outro local. Então, com o dinheiro do fundo de garantia,

Antônio Ibrain adquiriu um pequeno terreno de 200 m<sup>2</sup> próximo da estrada que liga os municípios de Conceição do Mato Dentro e Serro, logo após o trevo da entrada de São Sebastião do Bom Sucesso. Segundo ele, comprou a área por R\$7.000,00 (sete mil reais). Conforme declarou à nossa equipe, Antônio não recebeu nenhuma indenização. Hoje, ele mora com a esposa e seis filhos no local. Possui uma pequena horta e, depois de um longo período desempregado, foi contratado pela empresa Ecovil de Belo Horizonte responsável pela restauração da escola de Bom Sucesso. Além disso, para garantir o sustento da família, depois de um dia trabalhoso como servente de pedreiro, presta serviço à noite, como diria “faz um bico”, num bar na mesma comunidade para completar a renda familiar. Seu desejo é retornar para a área rural.” (p. 300)

“(…) assim como Delcio Simões Pimenta. As duas irmãs de Delcio saíram na mesma época que o irmão, uma foi para a área urbana de Itaponhacanga (Onira) e a outra foi para a área urbana de Alvorada de Minas (Alice). Esta remoção das famílias em função, **principalmente, da necessidade espacial do empreendimento tem gerado uma fragmentação dos grupos familiares, pois alguns são removidos/reassentados de forma separada e em períodos diferentes.**

A família Simões dos Santos, os 03 irmãos, filhos de Benjamin: Delcio Simões dos Santos, Onira Simões dos Santos e Alice teriam recebido, há aproximadamente 03 anos, cerca de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) cada um a título de indenização dos direitos de cada um em relação a suas terras e suas respectivas residências. No caso de Delcio, seu filho Nelson, que já teria uma residência própria, independente dos pais, recebeu apenas R\$1.000,00 (mil reais). A justificativa dada, segundo nos foi relatado, foi que ele “*moraria com o pai*”<sup>27</sup>.

Delcio Simões Pimenta: recebeu R\$65.000,00 na negociação dos quais R\$43.000 teria sido revertidos para a aquisição de uma casa na região urbana de Conceição do Mato Dentro, na região do Alto do Baú. **Não possui ainda o título de propriedade deste imóvel, pois pelo acordo com o empreendedor este se responsabilizou pela regularização da transferência, os emolumentos cartoriais e a emissão de títulos e documentos da nova residência. Ele afirma ter recebido apenas o documento de compra e venda. A residência adquirida no Alto do Baú onde reside com a esposa e filhos está em situação precária com rachaduras bem significativas.** Ele teria começado a construir uma nova casa, mas o dinheiro não foi suficiente e a obra está paralisada, tendo apenas concluído a fundação e levantado parte das paredes. Nem a mudança teria sido custeada pelo empreendedor, já que Delcio gastou a quantia R\$500,00 (quinhentos reais) para realizá-la, metade do valor em que foi avaliada a casa de seu filho. O filho Nelson, recebeu pela sua residência de 04 cômodos, conforme nos relatou Delcio, apenas R\$1.000 reais. **Com a mudança, seu filho passou habitar um pequeno cômodo de menos de 3 metros quadrados sem ventilação e iluminação natural, construída de forma precária por ele mesmo na entrada do lote do pai. O filho tem um problema na coluna que limita sua capacidade para realizar trabalhos mais pesados e quando residia na Mumbuca trabalhava em um pequeno bar da família.** Amadoramente, Nelson faz artesanato, mas não tem muito mercado para os seus produtos.

**A situação da família de Delcio merece uma atenção especial e urgente devido a um possível quadro de precariedade das relações familiares, que pode gerar riscos a integridade física dos mesmos, conforme informado por carta assinada entre outras por sua irmã Darcília, encaminhada em fevereiro de 2010 ao Ministério Público Estadual e ao Promotor de Justiça da Comarca de Conceição do Mato Dentro.”** (p. 256).

### RECIBO

Recebi de **Arlete Miranda de Souza dos Santos**, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 083.309.516-18, documento de identidade MG – 15320192 SSP/MG e seu marido **Délcio Simões dos Santos**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 029.811.746-06, CTPS n. 19.092, série 0023/MG, residentes e domiciliados no Município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, a quantia de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), por força do contrato particular de aquisição de posse e outras avenças, celebrado entre o pagador e a **BORBAGATO AGROPASTORIL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.628.415/0001-16, com sede na Fazenda Passa Sete, Distrito de Córregos, Município de Conceição do Mato Dentro – MG, em 28/02/2008, referente no imóvel constituído por uma área com 6.642m², no lugar denominado “Fazenda Passa Sete”, contendo duas casas medindo 10,70 x 9,60 metros e outra 5,60 X 6,40 metros, além de todas as benfeitorias e instalações nela existentes e edificadas na área (“Imóvel”), pelos quais dou neste ato, plena, geral e irrevogável quitação.

Conceição do Mato Dentro, \_\_\_\_ de março de 2.008.

Darcília Pires de Sena

Darcília Pires de Sena

CI nº MG- 16286890

CPF nº 072624886-00

Sebastião Pires de Sena

Cônjuge

CPF:

ID:

Figura 6: Documento sobre situação familiar (3)

Fonte: Atingidos pela Anglo American

- Os filhos ausentes dos atingidos, que não moram na chamada ADA, que optaram pela indenização – segundo se pode observar ao longo das reuniões nas comunidades, muito deles não obtiveram informação anterior sobre o processo de reassentamento ou mesmo, se declararam confusos e abandonados pelos representantes da empresa (como informaram na reunião realizada no Ministério Público Federal, dia 28 de março/2012). Esta preocupação tem maior significado se considerada a tradição local de manter-se a terra no “bolo” – nas mãos da família - com alternância entre permanência e não permanência no meio rural decorrente necessidade de reserva econômica para manter-se no meio rural ou mesmo das expectativas de sucesso em experiências de trabalho e moradia em outras localidades, especialmente nas cidades, caracterizando o êxodo rural.

A necessidade de se adotar uma medida que resulte no conhecimento antecipado dos atingidos encontra justificativa nas informações contidas no Relatório da Diversus (2010).

Esta política de “*realocação*” de famílias realizado em função do empreendimento, seja pela Borba Gato, MMX e agora com a Anglo Ferrous, parece estar gerando um processo de desmembramento familiar e comunitário destas comunidades, conforme identificaram vários entrevistados, gerando uma divisão entre vizinhos e famílias, não só fisicamente por levar familiares para locais distantes como também gerando algum tipo de discórdia entre eles. Bem como um desconforto ao realizar negociações de modo individualizado e com critérios diversos ao longo do tempo. (p. 261-262).

### 7.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados

O cadastro de atingidos elaborado pelo empreendedor restringe-se à identificação de indivíduos, sendo restrito à área prevista para a **implantação da usina e barragem de rejeitos**. Diante disso, torna-se indispensável complementar o universo dos cadastrados, para que as informações essenciais constem do processo de revisão de parâmetros, contemplando efetivamente toda a população realmente atingida pelo projeto minerário e o ponto de partida do mineroduto Minas-Rio.

Neste contexto, **devem ser considerados atingidos** os afetados pela perda de emprego ou ocupação, pela perda ou restrição de uso da propriedade, dentre os quais se incluem os chamados “superficiários” das áreas de passagem de linhas de transmissão, minerodutos, estações de bombeamento, alojamentos, estradas, áreas de disposição de rejeitos e estéreis, entre outros. Sejam também consideradas como **atingidas**, as comunidades que sofrem a perda ou restrição de uso das águas, que se tornaram impróprias – em decorrência do assoreamento de córregos e geração de sedimentos por

obras e movimentações de terra do empreendimento Minas-Rio – para o consumo, dessedentação de animais e lazer, bem como os que foram ou serão impedidos de fazer a extração de recursos florestais (especialmente a lenha - todos os moradores da região possuem fogão à lenha) em razão das restrições à coleta, em decorrência das compensações pela supressão da vegetação natural da região pelo referido projeto.

## **8. Direito de ir e vir;**

Na cultura das comunidades tradicionais e rurais do Brasil, valoriza-se e respeita-se o acesso aos bens naturais como rios, plantas medicinais, etc. e também o trânsito das pessoas em propriedades alheias para acessar a casa de um parente vizinho, participar de um evento religioso, promover trabalhos de mutirão, dentre outros. Nesse sentido, uma área geográfica é mais do que a propriedade de alguém, ela é também um meio de interação socioeconômica, cultural e religiosa.

Nesse sentido, segundo o Diagnóstico da Diversus (2011), foi identificado um estado de tensão entre empreendedor e atingidos, expresso principalmente através das recorrentes reclamações de violações do direito à propriedade privada; ao direito de ir e vir, através da utilização de estradas tradicionalmente acessadas pela população local e de problemas relacionados à diminuição da vazão de água associada ou não à diminuição de sua qualidade, dentre outros fatores, como o próprio processo de negociação que se mostra não só complicado como mesmo inviável, em alguns casos, fora das lides da justiça. Um dos atingidos chegou a ser retido, segundo seu ponto de vista, em área pertencente à sua família e negociada por apenas um dos herdeiros, por seguranças a serviço do empreendedor e conduzido à delegacia de polícia de Conceição do Mato Dentro, aumentando ainda mais a tensão entre as partes. A situação está de tal forma acirrada que o principal Jornal do Estado trouxe em manchete: “Disputa entre mineradoras e preservação deixa cidade em pé de guerra. Conceição do Mato Dentro pega literalmente em armas para negociar com mineradora britânica”. (DIVERSUS, 2011, p. 309).

Na Ata da 38ª Reunião da URC-Jequitinhonha ocorrida no dia 17 de dezembro de 2009, destacamos algumas falas que denunciam também a violação do direito de ir e vir da população atingida pelo empreendimento Minas-Rio.



“Pedro da Silva Rodrigues: Relata não ser contra a empresa, mas que a mesma é que tem sido contra os moradores, pois não os respeitam principalmente, depois que adquiriram todas as áreas do entorno das comunidades onde nem passagem dos moradores é permitida. Francisca: Reclama sobre falta de acesso a sua própria casa, poluição das águas, ruídos de detonações durante todo o período do dia e da noite e quantidade imensa de poeira provocada pelas obras da empresa. Solicita ajuda dos conselheiros e órgãos ambientais. Rosana Cambraia: Reforça o que foi explicitado pelos moradores e ressalta a surpresa desagradável e triste ao se deparar com o rio do Peixe que se encontra altamente poluído. Reafirma a preocupação quanto as comunidades tradicionais que estão sendo violentadas quanto ao direito de ir e vir. Delfino: Reclama quanto ao acesso às áreas que atualmente são de posse da empresa e que a mesma impede o tráfego dos moradores. Relata não ser contra o empreendimento, mas solicita resolução das consequências que os moradores vêm sofrendo. (Ata da 38 Reunião URC-Jequitinhonha, p. 10/11)”.

Na carta denúncia encaminhada por Maria Auxiliadora Afonso Alvarenga e por Gustavo Tostes Gazzinelli em 17/12/2009 ao então Secretário Estadual do Meio Ambiente, Ilmo Sr o José Carlos Carvalho, encontramos outros trechos referentes à violação do “direito de ir e vir” no contexto do uso do território:

“Oswaldo lembra que os seguranças da empresa “fazem rondas durante toda a noite”, passando por sua casa. Este mesmo relato também constou do depoimento de Ronilton Rodrigues Marques ao vídeo **Conceição II**, quando afirmou que mal dormia devido aos temores que punham a todos em certo pânico, aos faróis e motores de carros passando nas proximidades de sua residência, depois vendida à empresa.

(...)

A obstrução já relatada dos caminhos, pelos seguranças da Anglo Ferrous, foi também confirmada por Oswaldo de Assis. Ele já foi parado várias vezes pelos seguranças. Há pouco tempo, pediram seus documentos e perguntaram-lhe onde ia.

(...)

José Lúcio Reis dos Santos, residente no Córrego Água Quente, fez também seu depoimento ao MPF. Segundo ele, “a água do Córrego Passa Sete vinha ficando periodicamente suja nos dois últimos anos; há cerca de quinze dias a água ficou suja e grossa como um mingau; a comunidade não pode mais utilizar a água; que, desde então, as famílias vêm se revezando na utilização de uma pequena nascente de água; que o volume de água dessa nascente é pouco, sendo insuficiente para atender a todas as famílias da comunidade; que as famílias da comunidade do declarante têm tido dificuldade para fazer várias atividades cotidianas que dependem da água, como lavar roupas e tomar banho; que não há água para regar horta”.

A violação do direito de ir e vir como forma de pressão e isolamento dos atingidos no território foco do empreendimento também está registrada na Informação Técnica 03/2009 do Ministério Público Federal (MPF) de junho de 2009:

“Segundo os relatos recolhidos em campo, a mineradora, através de prepostos e/ou empresas terceirizadas, aciona uma série de estratégias destinadas a fomentar a venda de direitos por parte de herdeiros, em prejuízo do conjunto de parentes. A abordagem é feita individualmente, afirmando-se a venda como uma necessidade, dada a inexorabilidade da obra: “Cê vai ter que sair, não vai aguentar ficar”..., ou “a firma vai precisar do terreno”; “chega falando o senhor vai ter que sair daí”.

Relata um morador do Beco: “tem menos de um ano que vieram aqui e perguntaram para onde eu quero ir”. É, na avaliação de um morador de Mumbuca/Água Santa, uma forma de abordagem “tipo opressiva”.

“O fechamento de caminhos tradicionalmente utilizados pela população, a exemplo do que ocorre com a estrada de cavaleiros de Água Santa, contribui para o clima de opressão – dando aos moradores uma sensação crescente de isolamento, de prisão. O mesmo ocorre com as interferências feitas pela empresa, ou por prepostos, sobre os terrenos familiares, sem pedir licença ou autorização dos chefes de família. Foram relatados casos de medição de terra, realizada sem o conhecimento dos proprietários dos terrenos; entrada para medir água, feita igualmente sem licença ou autorização; abertura de caminhos e cercas (para passagem de veículos pesados e máquinas), também sem pedidos de licença ou autorização; remoção de mata-burros e porteiras, sem consentimento dos proprietários; colocação de novos mata-burros, sem autorização e sem seguir as orientações dos donos das mangas de pasto, prejudicando o manejo dos rebanhos. Na percepção das pessoas, a empresa age “como se já fosse dona” do lugar. “É”, diz uma moradora da comunidade da Ferrugem, “como uma prensa”. Não por acaso, um dos principais temores manifesto por moradores do Beco – comunidade relativamente mais distante das áreas da mina e barragem – é a de que eles venham a ser futuramente também “invadidos”, como hoje estão sendo as comunidades de Ferrugem e Mumbuca/Água Santa.”

### **8.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados**

- Imediata ação do Ministério Público para que o poder público municipal e estadual crie mecanismos de reparação do direito seja resolvendo de vez a questão do reassentamento, seja estabelecendo regras para que cesse a violação do direito estipulando multa diária (que deve ser aplicada na solução do problema), enquanto houver denúncia das comunidades atingidas pelo empreendimento minerário.
- Identificação das alterações de distância dos moradores do entorno e discussão de medidas alternativas para solucionar o impacto com restrições das estradas.
- Que sejam implementadas medidas para que os municípios executem mudanças necessárias na concessão e operação dos serviços de transporte público nas áreas em que foram promovidos os reassentamentos de modo regular e diário, assegurando ligações adequadas de todas as comunidades atingidas, inclusive as reassentadas, cabendo ao empreendedor os custos decorrentes do alongamento das distâncias, aumento das despesas de transporte de pessoas ou mercadorias, sempre que decorrentes da obra ou da operação da barragem, em prazos e procedimentos a serem negociados com os poderes locais e populações interessadas.

### **9. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;**

Na audiência pública de 05 de março de 2008 para apresentação do Eia/Rima (mina a céu aberto) do Empreendimento Mineração Minas-Rio na região de Conceição do Mato Dentro, a comunidade concepcionense entregou Documento com questionamentos e solicitação de esclarecimentos sobre o empreendimento Minas-Rio aos representantes do órgão licenciador do Estado. Nesse documento, argumentou-se ser indispensável que o empreendedor e/ou o Estado apresentasse programa ou política pública voltada para a transferência dos grupos de população tradicional diretamente atingidas pela mineração para outras terras de mesmas características na região de Conceição do Mato Dentro no sentido de garantir minimamente a integridade física e psicológica das populações residentes, caso fosse concedida licença ambiental do projeto Minas-Rio.

Argumentou-se que apesar do empreendedor indicar as evidências de tais problemas no EIA-Rima (Tendências identificadas, fls. 339 do EIA-Rima, 2007), ele não avança com nenhuma reflexão e, em extensão, soluções para os problemas no entorno da grande área de implantação do empreendimento como os sítios e pequenas roças que já estavam impossibilitados de continuar com o uso tradicional da terra visto que várias nascentes e pequenos rios haviam secado apenas com o processo de sondagem feito pela empresa. Alertou-se que ao desestabilizar os modos de vida de forma irreversível, isto é, as formas de produção/reprodução econômica das populações que retiram sua subsistência da área do entorno da mina, o empreendimento Minas-Rio estaria desestabilizando, concomitantemente, todo um sistema sociocultural construído ao longo do tempo. Entendemos que sistemas religiosos e sistemas econômicos são parte de um mesmo sistema cultural. A cultura é um fato social total: essas dimensões são inseparáveis na vida dos grupos potencialmente afetados e como tal devem ser levadas em conta em qualquer análise séria sobre os impactos socioambientais do projeto (estes fatos não são constatados de imediato, mas com tempo e, principalmente, nas próximas gerações).

Em outubro de 2008, os técnicos do SISEMA transcreveram no seu Parecer Único, alguns comentários extraídos do próprio estudo censitário apresentado pela MMX com o objetivo de melhor compreender a condição socioeconômica da área e de suas perspectivas reais frente ao empreendimento minerário:

“Nas comunidades das estruturas pesquisadas e analisadas (...), particularmente na área em que estará localizada a barragem de rejeitos, e, subsidiariamente, na localidade denominada

Serra da Ferrugem, persiste um cenário de fragilidade econômica e vulnerabilidade social com relação às condições de vida da população, de sua sustentabilidade e do acesso aos serviços públicos essenciais. Todos os núcleos familiares investigados se encontram em um estado de imobilismo, sobrevivendo de maneira marginal ao sistema socioeconômico, com modos de vida muito pouco socializados, em sistemas com interações quase que somente internas. Esses núcleos familiares terão os seus hábitos e sistemas de vida modificados como consequência da implantação do empreendimento previsto, seja pela necessidade de sua realocação, seja pelos impactos diretos e indiretos gerados durante e após o processo de seu reassentamento, seja por ter que reverem seu modo de pensar e agir (...) a atividade agropecuária de subsistência constitui o seu único modo de sobrevivência (...). De um modo geral, a disponibilidade de mão-de-obra habilitada a participar diretamente de um empreendimento como o programado da mineração, entre os moradores de ADA, em qualquer de suas etapas, é extremamente pequena, considerando o baixo grau de escolaridade (...) não têm condições para satisfazer aos pré-requisitos e às demandas por profissionais que o empreendimento precisa. Para convertê-los em força de trabalho (...) faz-se necessário capacitar e qualificar o público mais jovem (...) se se permitir tal condição para os moradores adultos, haverá o esvaziamento e/ou abandono das atividades do campo, o que impede a sua preservação e dificultará seu restabelecimento (...) findos os dois anos da obra (...). Em uma situação de realocação, deve-se priorizar a manutenção dos grupamentos originais e as condições do meio ambiente, valorizadas e reguladas, tanto quanto possível (e o empreendimento permite tal condição sem qualquer esforço adicional), buscando preservar os laços sociais já constituídos e ainda garantir as condições necessárias para que as famílias dêem continuidade às atividades agrícola e pecuária (...) de maneira assistida, superando as barreiras e restrições existentes (...). Soluções indenizatórias devem ser evitadas (...). Para minimizar os impactos dessas mudanças, a estruturação e os movimentos de realocação ou reassentamento (...) devem ser planejados e implementados, analisando-se e construindo em conjunto e com a participação direta desse público alvo (...) respeitando-se as condições culturais e da identidade e valores de cada uma das famílias e comunidades envolvidas.” (SISEMA, 2008, p. 40).

Apesar da argumentação dos defensores dos direitos da comunidade concepcionense em específico dos grupos de população tradicional diretamente atingidos pelo empreendimento (ForumCmd, mar/2008) e da constatação das fragilidades de tais grupos pelo próprio órgão ambiental do Estado (SISEMA, out/2008), em agosto do ano de 2011, o Diagnóstico socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. realizado pela empresa Diversus (2011) a pedido da Comissão dos Atingidos abaixo considerado, evidencia a violação do direito **às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais.**

Os quintais, embora tenham sido identificados como importante fonte de produção agrícola, com reconhecido valor de tradição, não foram considerados pelo empreendedor no cadastro e no cálculo da indenização devida. Tampouco foram tomadas medidas efetivas para a recomposição das perdas advindas com o reassentamento dos atingidos em locais que não possuem pomar. A importância dos quintais na região de CMD foi caracterizada pelo Diagnóstico da Diversus (2011):

“- Nesta região é bastante frequente a existência de quintais, no quais se encontram hortas e pomares, além de cultivos com fins paisagísticos, como flores de tamanhos e tonalidades variadas, orquídeas de diversos tipos, comumente penduradas em árvores com largas copas que proporcionam um ambiente agradável entorno dos domicílios.” (Diversus, 2011, p.79)

“- Importância dos Quintais para a Reprodução Social das Famílias

O processo de territorialização das comunidades diretamente atingidas proporcionou a conformação de uma estrutura organizacional do processo produtivo que engloba, com graus diferenciados de importância para cada família, a existência de roças e quintais, além de pastagens e áreas preservadas ou em descanso. O destaque fica por conta das roças e quintais, fundamentais para a principal atividade econômica de diversas famílias: a agroindústria familiar, parte dela denominada pelas famílias produtoras como “quitandas”.

O tripé produtivo formado por roças, quintais e quitandas garante a reprodução social dos vários núcleos familiares que se mantêm na região por gerações seguidas.

Nas roças se cultiva principalmente mandioca, milho e feijão. A mandioca é utilizada para a produção de farinha e de polvilho, produtos muito apreciados pela população da região e facilmente comercializados nas sedes municipais, principalmente Conceição do Mato Dentro. Algumas famílias vendem estes produtos, principalmente a farinha, e outras preferem utilizar um sistema mais tradicional, que não envolve diretamente dinheiro, pois é feito o escambo por produtos de interesse para as famílias, como arroz, sal, óleo, macarrão ou outros. O milho tem um uso misto, servindo tanto para a produção de quitandas, como bolos e biscoitos, quanto para a manutenção das criações, como galinhas e porcos. Já o feijão é voltado prioritariamente para a alimentação da família, mas havendo algum excedente o mesmo é comercializado em feiras de Conceição do Mato Dentro, também contribuindo para o orçamento familiar seja por não ser necessário comprar feijão ou por ser possível sua venda.

Os quintais estão ao redor das casas. Neles se encontra grande variedade de árvores frutíferas nativas e exóticas, tornando o clima entorno da moradia bem mais ameno e provendo a família de grande diversidade de alimentos nutritivos e saborosos ao longo de todo o ciclo anual. Também se observa a existência de hortas, geralmente cercadas, pois as galinhas e outras criações vivem soltas pelo quintal, se alimentando dos frutos que caem das árvores e da ração de milho lhes oferecida diariamente. As hortas não funcionam, ou funcionam apenas parcialmente, no verão, devido ao forte calor. Elas possuem uma boa variedade de verduras e legumes, contribuindo decisivamente para uma alimentação mais equilibrada por parte das famílias. Na parte da frente da casa é comum observar jardins floridos, cuidados com capricho. Já na parte posterior se encontra, logo após a cozinha, situada no último cômodo dos fundos ou em cômodo à parte, as estruturas produtivas utilizadas para o preparo da farinha e das quitandas. Para a farinha é utilizado uma grande área coberta sob a qual se encontra a torradeira, empregada no processo de secagem e torra do produto. Outra estrutura existente nas proximidades são os fornos de barro, geralmente empregados para assar quitandas como bolos e, principalmente, biscoitos. Os doces, por sua vez, são feitos em tachos de cobre, seja em forno específico ou no próprio fogão à lenha da família. A lenha, inclusive, é utilizada em todos estes utensílios produtivos, mas se observa nenhum processo de desmatamento para provê-la, tendo em vista que as famílias têm o hábito de buscar galhos secos no meio das matas, principalmente nos altos de morros da região.” (DIVERSUS, 2011, p. 314).

As mudanças de práticas e modos de vida tradicionais ocasionados pela implantação do empreendimento foram diagnosticada em relatos colhidos pela Diversus nos Grupos Focais – GF (2011, p. 142):

- “A expectativa era a valorização do que o povo já tinha como identidade e comercializar produtos como o queijo, o polvilho, a farinha e até mesmo o pequeno piscicultor. Era alavancar o desenvolvimento local aperfeiçoando uma tradição histórica.” (GF Lideranças)

- “Era seguir com os nossos pais e eles ensinado para a gente. Era conservar nossa cultura.” (GF lideranças)

- “Como eu nasci aqui, a minha perspectiva com o futuro era constituir uma família, criar os filhos e aqui mesmo ficar. Se tivesse que sair, era só para estudar.” (GF Não Atingidos)”

As alterações impostas pela insegurança na permanência do atingido do local também foi relatada nos depoimentos colhidos pela Diversus (2010, p. 142), sendo esta insegurança, claramente, um fator considerável na alteração do modo tradicional ocasionado pelo empreendimento, conforme expressa a fala de uma liderança local:

“Eu mesmo fui um que já plantei, rocei e pensava que assim seria a minha vida. Mas, hoje, **estou provisório**, eu não sei o dia certo que vou ter que sair.” (GF Lideranças)

Mas é no processo de negociação fundiária que a violação do direito pode ser melhor evidenciada. Para tanto consideramos mais uma vez o Diagnóstico da Diversus (2011). A partir do olhar etnográfico, das entrevistas realizadas bem como da pesquisa documental, a equipe técnica da Diversus analisa o processo de negociação em consonância com o documento “Programa de Negociação Fundiária<sup>14</sup>” da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração SA, revista em função da condicionante 91 da Licença de Instalação concedida em 11/12/2009 (Tópico 6.3. um Panorama das negociações p. 217-222). A Condicionante previa como “diretrizes gerais de reassentamento” o caso da UHE Irapé:

“A prioridade para a reconstituição dos direitos é o reassentamento; A indenização monetária, portanto, é instrumento secundário em relação ao reassentamento, e só poderia ser ativado após a conclusão das negociações do reassentamento; O prazo para conclusão das negociações do reassentamento é março de 2010 e para a implantação do reassentamento o prazo é até julho 2010; **O processo de reassentamento, em termos de área, infraestrutura, viabilidade agrícola e demais direitos sociais e produtivos atenderá no mínimo, às diretrizes aprovadas pelo Copam para o Reassentamento na UHE Irapé**; O empreendedor deverá fornecer o cadastro das famílias atingidas até 10-01-2010; As negociações com as famílias atingidas obrigatoriamente contarão com a participação ativa das famílias; A Supram Jequitinhonha deverá acompanhar as negociações; Todas as questões pertinentes aos direitos socioambientais, produtores e de Reassentamento das famílias atingidas, obrigatoriamente, deverão ser objeto de avaliação e aprovação pela URC JEQ, sob parecer da SUPRAM.” (Parecer Único No. 757545/2010 SUPRAM-JEQUITINHONHA, p.23. Grifos da Diversus)

Como as diretrizes para o Reassentamento na UHE Irapé envolvem o Termo de Acordo, no Diagnóstico denominado por TAC Irapé (2002) assinado entre Ministério Público Federal, o Estado de Minas Gerais, a empreendedora da UHE, Fundação Estadual de Meio Ambiente e a Comissão dos Atingidos pela referida Barragem, a Diversus procura avaliar a proposta do Programa de Negociação Fundiária tendo por modelo o referido TAC Irapé. Conforme citação acima, a deliberação incluía um

<sup>14</sup> Programa de Negociação Fundiária – Revisão a partir da Condicionante 91 da LI. Plano de Controle Ambiental. Belo Horizonte, 31 de Agosto de 2010. Mimeo, 24p. Documento no. P. -004-AF-08/10-v3.

conjunto de atividades e cronogramas que no entendimento da Diversus deveriam estar relacionadas que são:

- o empreendedor deveria fornecer o cadastro das famílias atingidas até 10/01/2010;
- o prazo para conclusão das negociações de reassentamento seria março de 2010;
- o prazo para a implantação do reassentamento seria até julho de 2010

Destacam os técnicos da Diversus (2011) que o

“cadastro das famílias atingidas, assim como os dados socioeconômicos das mesmas foram considerados insuficientes pela Comissão dos Atingidos e pela avaliação técnica da SUPRAM. O Parecer Único de abril de 2010 da SUPRAM solicitava ao empreendedor a elaboração de uma “Proposta Metodológica para complementação de dados socioeconômicos” e de um Cadastro de Atingidos Emergenciais. A elaboração da metodologia destes dois estudos complementares foi objeto de intenso debate entre empreendedor, atingidos, órgãos públicos fiscalizadores e conselheiros do COPAM, que por fim na 45ª reunião da URC-Jequitinhonha em 12/08/2010 aprovaram a contratação de um laudo, custeado pelo empreendedor, confeccionado por empresa independente, de notório saber técnico, a ser indicada pela Comissão de Atingidos, para à caracterização da ADA – área diretamente afetada e AID - Área de influência direta. Simultaneamente a elaboração deste estudo a empresa promoveu um processo de avaliação das benfeitorias (cadastros patrimoniais) daquelas famílias que haviam sido considerados como “emergenciais”, encaminhou em final de agosto de 2010 o seu Programa de Negociação Fundiária e já em 15 de setembro de 2010, realizava um primeiro processo de negociação com a maioria destas famílias com a assinatura de um “Termo de Acordo para Validação do Cadastro Patrimonial e Definição, pelo Atingido, da Modalidade de Negociação”, que como o nome já diz, prevê a validação do Cadastro Patrimonial. Este Termo de Acordo foi assinado no Fórum de Conceição do Mato Dentro, contou a participação de Anglo Ferrous, de um conselheiro da URC-COPAM Jequitinhonha, um representante do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, da SUPRAM/JEQUITINHONHA e da Pastoral da Terra, sendo importante destacar a ausência do Ministério Público Federal um dos maiores questionadores do processo de Licenciamento do empreendimento, inclusive tendo produzido uma série de vistorias e documentos durante o período de cerca de três anos.

Portanto, simultaneamente a autorização da contratação de um estudo que pudesse realizar uma avaliação sobre a área de impacto do empreendimento, o Sistema de Licenciamento aprovava um processo de negociação com algumas famílias, independente de saber com maior clareza sobre a dimensão de tais impactos e as relações familiares e sociais destas famílias “urgentes” com o grupo envolvente e o impacto que a mudança causará nessas famílias separadas de outras que a princípio não teriam sido consideradas “urgentes”<sup>15</sup>. Em relação a

<sup>15</sup> O caso de Dona Eva Expedito Pimenta que não teria sido procurada para renegociação é elucidativo, pois sua filha, vizinha a ela, estava em processo de negociação. Em entrevista à Diversus a família de José Ercio se considerou como sendo da região denominada de Taporôco, mesma região da mãe, mas sua família foi enquadrada como “urgente” e foi qualificada no “Termo de Acordo” como sendo de Mumbuca, uma das 02 comunidades consideradas “urgentes”. No caso de Dona Eva, além desta filha que estaria em processo de mudança, outra já teria se mudado e ela e outro filho que moram próximos não teriam ainda sido procurados. Ela tem outras três filhas que moram em uma comunidade próxima, Serra de São José, e que também não sabiam se teriam que se mudar pois teriam sido informados que o empreendedor pretendia passar uma estrada por suas terras. Como dito anteriormente a criação de tais categorias sem um rigor geram a fragmentação de grupos sociais e familiares (DIVERSUS, 2011).

essas sobreposições de medidas, os técnicos da Diversus apresentam alguns questionamentos que foram apontados pelo próprio parecer técnico da Supram, abaixo reproduzidos (DIVERSUS, 2011, p. 220):

- O Cadastro Socioeconômico e Patrimonial, validado e utilizado neste processo de pré-acordo foi considerado, em consonância com a condicionante 91 do Parecer Único aprovada em 2008, pela SUPRAM- Jequitinhonha, como **insuficiente** e como corolário desta conclusão entendeu este órgão ser **imprescindível** na implantação de um Programa de Negociação Fundiária um estudo que **contemplasse algumas informações técnicas imprescindíveis para determinação da dinâmica social e produtiva das propriedades a serem adquiridas**. Bem como

“(...) um cadastro socioeconômico é resultado de um conhecimento amplo que deve contemplar o diagnóstico e caracterização da área do empreendimento bem como de suas peculiaridades e vulnerabilidades. A construção de um cadastro pressupõe aprofundado conhecimento da área a ser atingida pelo empreendimento, o que é responsabilidade do empreendedor e seus consultores responsáveis pela elaboração dos estudos e programas ambientais propostos.”

- ausência no processo de licenciamento da real dimensão do número de famílias atingidas, bem como de propriedades.

- dimensionamento real da fonte de renda dos atingidos, ausência do quantitativo de produção em algumas propriedades e informação sobre possível comercialização.

- deficiência na análise das benfeitorias como o quantitativo de animais, em alguns casos as atividades desenvolvidas, por exemplo, se é pecuária, suinocultura, avicultura.

- tipo de atividades complementares na exploração da terra, como por exemplo, atividades de lazer, turismo, etc.

- ausência de informações sobre os limites e confrontações das propriedades, entre outras.

- como se pretende demonstrar o “Termo de Acordo para Validação do Cadastro Patrimonial e Definição, pelo Atingido, da Modalidade de Negociação”, proposto pelo empreendedor é insuficiente quando comparado ao TAC Irapé, que serviu de modelo para a elaboração deste Termo de Acordo.

Segundo consta, na documentação ajuntada ao processo de licenciamento, notadamente a partir da constituição da Comissão de Atingidos e da elaboração desta fase de negociação entre atingidos e empreendedor, o documento denominado “Termo de Acordo para Validação do Cadastro Patrimonial e Definição, pelo Atingido, da Modalidade de Negociação” tem como referencia o modelo do TAC Irapé. Houve várias reuniões entre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e a Comissão dos Atingidos para explicar como funcionou o TAC Irapé. O Programa de Negociação Fundiária encaminhado pelo empreendedor propunha 03 linhas de ação:

- 1) negociação com proprietários

- 2) negociação com não-proprietários

- 3) negociação com comunidades rurais, das quais informa:

“(...) faz parte deste grupo o conjunto de moradores das **duas comunidades inseridas na ADA, que apresentam características sócio-culturais peculiares**. Assim, serão adotadas linhas de negociação específicas para este grupo de interesse.” (ANGLO, 2010, p.3, grifos da Diversus)



Importante destacar nesta passagem que o Programa de Negociação Fundiária do empreendedor parece desconsiderar as demais comunidades rurais afetadas, ele parece se concentrar apenas nas duas comunidades que foram consideradas como “emergenciais”. A grande maioria das famílias da região denominada por Buriti, como pretendem demonstrar os técnicos da Diversus, já teria sido realocada. Taporôco e parte da comunidade de Gondó também estão em processo de negociação e relocação, sem que os nomes destas comunidades estejam explicitados no documento do Programa de Negociação. Algumas das famílias destas comunidades, por vezes, são classificadas como sendo de Ferrugem e Mumbuca e algumas delas inclusive participaram da assinatura do Termo de Acordo em setembro de 2010. Já no caso de Serra de São José, como em Buriti, a desinformação e os boatos sobre a necessidade do empreendimento na aquisição da área para uma futura estrada parece também lembrar um pouco a atuação da empresa Borba Gato, no sentido de adquirir áreas de expansão a preços “mais em conta” e sem a necessidade da intermediação e acompanhamento dos órgãos ambientais competentes. O Programa de Negociação identifica como seu “público alvo”:

“(...) toda a comunidade **diretamente afetada pela instalação do empreendimento**, representada pelos proprietários, pelos produtores rurais não proprietários e pela população das comunidades rurais da área diretamente afetada, devidamente identificados e caracterizados através de levantamentos socioeconômicos, empresariais, institucionais, de comunicação social e de percepção ambiental” (ANGLO, 2010, p.3, grifos Diversus).

O Programa parece limitar o que considera como área diretamente afetada a simples sobreposição geográfica entre a planta do empreendimento e as áreas hoje ocupadas, desconsiderando demais relações sociais. A demanda da Comissão dos Atingidos por este estudo tem exatamente como um dos interesses compreender melhor o quadro dos “atingidos” pelo empreendimento e qualificar melhor quem é diretamente ou indiretamente “atingido”, não apenas pela sobreposição dos “espaços” mas pela complexidade de relações sociais que possam ser afetadas pelo empreendimento proposto, algo que o TAC de Irapé (2002) explicita quando inclui como “público alvo” do processo de reassentamento:

“Parágrafo segundo: Será reconhecido o direito ao reassentamento a pessoas físicas ou entidades familiares **que, embora não atingidas diretamente pela implantação do empreendimento, ficarão isoladas, seja devido à remoção das famílias vizinhas – implicando destruturação de relações sociais, afetivas e produtivas – seja em razão da desativação de serviços básicos** hoje existentes (escolas, posto de saúde, acessos, telefonia, dentre outros);” (TAC Irapé, 2002, p.15, item 5.1.7, grifos Diversus).

O público alvo<sup>16</sup> foi caracterizado através de pesquisa realizada por empresa contratada pelo empreendedor entre o período de agosto de 2008 a dezembro de 2009 (ANGLO, 2010, p.3), ou seja, o empreendedor trabalhou com os resultados das pesquisas que tanto o Parecer Técnico como a comissão de atingidos consideravam insuficientes, o que gerou a contratação do relatório da Diversus.

Outro ponto a se destacar é o objetivo do programa proposto, apesar do documento reconhecer as “características sócio-culturais peculiares” da comunidade de Ferrugem e de Mumbuca, ou como dito mais a frente (p.7) “grupo social com características culturais e étnicas peculiares”, ele não se propõe entre

<sup>16</sup> Como dito anteriormente, infelizmente este Programa só nos foi repassado no início de 2011, após a realização das pesquisas de campo o que não permitiu que entrevistássemos, a respeito das negociações, todas as famílias relacionadas no programa como diretamente afetadas, principalmente as famílias consideradas como independente de uma comunidade.

seus objetivos a preservar ou pelo menos criar condições para a preservação de tais características, defende a “reprodução ou melhoria dos atuais níveis de atividade econômica e da qualidade de vida das famílias afetadas” enquanto o TAC Irapé (2002) é mais explícito em propor que o objeto do termo de acordo era propor mitigações e compensações dos impactos socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento “(...) de modo a permitir a reconstituição dos modos de viver, fazer e criar próprios das comunidades (...) atingidas pelo empreendimento.” (TAC Irapé, p.2, cláusula primeira). O que se observa no TAC de Irapé é que as ações propostas têm uma relação direta com o objeto que defende que é o de permitir a reconstituição destes modos de viver fazer e criar dos grupos atingidos, algo que parece faltar no Programa de Negociação Fundiário da empreendedora em tela.” (DIVERSUS, 2011, p. 222).

Apesar de todas as evidências acima consideradas revelarem a violação do direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; a empresa divulga o sucesso do programa em diversos veículos de comunicação como na matéria veiculada na Revista Ecológico “Projeto Responsável e solidário - Anglo American inova e implanta, em Conceição do Mato Dentro e região, programa modelo de reassentamento de famílias e fomento social” do dia 16 de fevereiro de 2011, da qual destacamos dois pontos para posteriormente registrar a contestação da CPT:

**“IRAPÉ INSPIRADORA** - Inaugurada em 2006, a Usina de Irapé, construída pela Cemig no Rio Jequitinhonha, entre os municípios de Berilo e Grão Mogol, é referência em relação ao reassentamento de comunidades. Cerca de 1.100 famílias foram remanejadas em função das obras e, desse total, aproximadamente 650 foram para reassentamentos coletivos. Cumprindo as etapas de licenciamento, a Cemig seguiu os passos recomendados pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), que determinou a participação da Procuradoria da República em Minas Gerais (Ministério Público), a fim de celebrar um termo de acordo, no qual foram estabelecidos os principais compromissos da empresa em relação às populações afetadas. Os reassentamentos foram considerados prioridade pelo Ministério Público, em relação a outras modalidades de negociação, tendo em vista preservar as relações produtivas e os laços de vizinhança entre as famílias. As outras opções de negociação previstas foram a troca por outra terra, relocação na área remanescente ou indenização em dinheiro. Por meio do Programa de Remanejamento da População, a Cemig implantou uma estrutura, em campo, para fazer o trabalho de negociação e relocação das comunidades afetadas. Essa atividade foi iniciada com o cadastramento das famílias e a procura de terras para reassentamento. Foram montados dois escritórios de Relocação e Reassentamento: um na margem direita, em Turmalina, e outro na margem esquerda, em Cristália. No reassentamento foram garantidos ainda os seguintes direitos: divisão e título da terra, verba temporária de manutenção, sistema de distribuição de água, energia elétrica e disposição de esgoto, reconstrução das moradias, indenizações de outras benfeitorias com currais, galinheiros, pomares e pastagens, sementes para a primeira safra, assistência técnica pela Emater e acesso a linhas de crédito oficiais.” (...)

**Transparência pública** - "O processo de remoção das famílias foi feito da forma mais transparente possível. Participaram das negociações o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Comissão da Pastoral da Terra, representantes da Supram Jequitinhonha - onde as bases contratuais foram protocolizadas - e da própria empresa. Nas reuniões ocorridas em setembro passado, no gabinete do Ministério Público de Conceição do Mato Dentro, todas as famílias foram individualmente assistidas e suas particularidades avaliadas caso a caso. É importante frisar que todas as famílias, sem exceção, receberam como

contrapartida, além da indenização, uma quantia mínima de terra, seguindo os moldes do reassentamento empregado pela Cemig, em Irapé. Essa negociação em Conceição do Mato Dentro deve servir de modelo para futuras negociações no Estado, diante das garantias e da transparência do processo." (Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=29&secao=366&mat=376> Acesso em 10 de abril de 2012)

No dia 26 de março de 2012, a Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais vem a público esclarecer e denunciar violações dos direitos humanos cometidas contra atingidos pelo projeto de Mineração em Conceição do Mato dentro (MG) pela empresa Anglo Ferrous Minas - Rio S. A., que tem usado de forma errônea e equivocada o nome da CPT, na tentativa de garantir lisura e credibilidade ao empreendimento. Diz a Nota Pública:

“A Comissão Pastoral da Terra do Estado de Minas Gerais vem a público declarar que a empresa Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Anglo American) que implanta a mineração de Ferro em Conceição do Mato Dentro utiliza o nome da Comissão Pastoral da Terra de forma equivocada e não autorizada, para legitimar sua ação junto aos atingidos, reassentados e órgãos ambientais. A postura da Anglo American é uma estratégia para encobrir o não cumprimento pela empresa dos acordos firmados com as comunidades atingidas.

A CPT sub-região Leste assessorou as comunidades atingidas nos processos que resultaram nos acordos indenizatórios de um grupo de atingidos, em setembro de 2010.

Na recente visita de representantes da CPT ao local, através de contato com as populações atingidas, considerando os relatos delas e documentos encaminhados a diversos órgãos públicos, avaliamos que a Anglo American vem causando uma série de transtornos, como o desrespeito aos direitos dos atingidos e não cumprimento de acordos assinados.

Além disso, a empresa tem utilizado o nome da CPT, segundo relatos, em boletins de propaganda da empresa e em reuniões públicas sobre processos de licenciamento ambiental, como forma de passar a ideia de parceria social, aliviando sua responsabilidade pelo descumprimento de condicionantes estabelecidas no Copam Jequitinhonha (URC Jequitinhonha).

Neste contexto, surge o nome da entidade CAILA, que não tem autorização para atuar em nome da Comissão Pastoral da Terra.

A AngloFerrous ao utilizar o nome da CPT mostra sua verdadeira face. Tenta usar a todos para atingir seus reais objetivos: a realização do lucro. Para isso destrói comunidades e os seus lugares. São varias as denúncias das irregularidades da empresa encaminhada seja ao Ministério Público, legislativo, Supram-Jequitinhonha, Defensoria Pública, IBAMA e a grande mídia.

A recente decisão da justiça, que acatou a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, que suspende as obras da empresa é um anúncio – de um lado acende a esperança de justiça, de outro mostra claros indícios de ilegalidades.

As famílias sofrem com a ação da Anglo American e cobramos dos órgãos responsáveis as providências necessárias para que a empresa seja devidamente punida, corrija suas ilegalidades e passe a atuar de forma respeitosa com os atingidos por seu empreendimento.

Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais

Belo Horizonte, 26 de março de 2012.”

([http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1033:cpt-mg-presta-esclarecimentos-e-denuncia-a-violacao-dos-direitos-humanos-dos-atingidos-pelo-projeto-de-mineracao-da-anglo-ferrosu-minas-rio-sa&catid=16:cpt&Itemid=94](http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1033:cpt-mg-presta-esclarecimentos-e-denuncia-a-violacao-dos-direitos-humanos-dos-atingidos-pelo-projeto-de-mineracao-da-anglo-ferrosu-minas-rio-sa&catid=16:cpt&Itemid=94).

Acesso em 10 de abril de 2012).

## 9.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados

- Imediata ação do Ministério Público para que o poder público municipal e estadual crie mecanismos de reparação do direito seja resolvendo de vez a questão do reassentamento, seja estabelecendo regras para que cesse a violação do direito estipulando multa diária (que deve ser aplicada na solução do problema), enquanto houver denúncia das comunidades atingidas pelo empreendimento minerário.
- Imediata retratação da empresa em relação à publicação da Nota Pública da CTP, nos mesmos meios de comunicação nos quais foram noticiados o acompanhamento da CPT no processo de negociação fundiária. Indispensável ainda a publicação da mesma nota pública no jornal DIÁLOGO a ser distribuído pela empreendedora em toda região, bem como na rádio local de Conceição do Mato Dentro, com todas as despesas pagas pelo empreendedor.

#### **10. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;**

Segundo Diegues (2001), sob o ponto de vista empírico, é possível identificar populações tradicionais como aquelas que se baseiam no trabalho familiar, visando principalmente ao próprio sustento – o que não quer dizer que elas não estejam vinculadas de algum modo ao mercado e aos serviços urbanos. Outro aspecto específico dessas comunidades é a utilização das chamadas tecnologias de baixo impacto, como o extrativismo, a pesca e a lavoura de pequena escala o que as tem vinculado ao movimento ambientalista na atualidade. Os autores descrevem, pelo menos, 14 tipos de populações não-indígenas: os quilombolas, pantaneiros, babaqueiros, campeiros/gaúchos, faxinais, varjeiros não-amazônicos, açorianos, caíçaras, pescadores artesanais, caipiras, jangadeiros, sertanejos, praieiros e caboclos ribeirinhos amazônicos. Dentre estes, destacamos 2 tipos de população tradicional encontradas na região foco do projeto Minas-Rio:

- a) os caipiras que são hoje, em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas em pequenas propriedades onde desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado.
- b) os quilombolas, ou seja, descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, em alguns casos, antigas fazendas deixadas pelos proprietários. Apesar de existirem, há muito tempo, sobretudo após a escravatura, sua visibilidade

social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escritura. A Constituição de 1988 garantiu seu direito sobre a terra da qual vivem, em geral de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, segundo as várias regiões em que se situam. Na região norte de Minas Gerais, as atividades são quase exclusivamente agrícolas ou de pequenos serviços informais.

No caso das comunidades quilombolas e caipiras (definidos também como rurais), ressaltamos no tópico anterior a violação dos direitos bem como indicamos as medidas para reparação e superação dos problemas.

Além destes grupos, segundo Diegues (2001) há também as populações tradicionais indígenas que, apesar de se concentrarem na região do Amazonas, apresentam-se espalhadas por todo o território nacional vivendo especialmente do extrativismo e da economia de subsistência. Na região foco do projeto Minas Rio, o ForumCmd (2008) considerou os impactos socioambientais do empreendimento Minas-Rio para as populações tradicionais não indígenas (caipiras e quilombolas) e para a população tradicional dos índios Pataxós da Reserva de Carmésia.

Destacamos agora um evento relacionado com a população indígena dos Pataxós da Reserva de Carmésia para posteriormente indicar algumas medidas que poderiam vir a promover o desenvolvimento socioambiental e cultural não só dessa comunidade indígena, mas também das outras comunidades tradicionais na área de abrangência do projeto Minas-Rio.

Sem uma aproximação prévia do Estado e da empresa com os grupos de população tradicional da região, o projeto Minas-Rio foi impactando e desrespeitando os direitos desse povos causando conflitos que poderiam ter sido evitados. Sob tal perspectiva, destacamos o relato de Daniel Antunes sobre os índios da reserva Pataxó que bloquearam a MG-232, acesso a Carmésia, no Vale do Rio Doce com o objetivo de reclamar a infração dos seus direitos, buscando para este algum tipo de compensação.

A estrada, que atravessa a reserva indígena, foi fechada, depois que 14 carretas da MMX Mineração e Metálicos, carregadas de tubos para a construção do mineroduto Minas-Rio na região, passaram pela rodovia sem o consentimento dos índios. Eles queriam compensações pelo uso da estrada e pelos impactos que a empresa traria para a reserva. Ao invés de buscar a mediação dos órgãos competentes para o caso, segundo a matéria de Antunes, um representante da transportadora, contratada pela MMX (hoje Anglo American) para levar os tubos, Antônio Valdevino, tentou negociar com os

índios a passagem de outras 32 carretas que estavam em trânsito em rodovias, aguardando a liberação da MG-232. Os caminhões saíram de Pindamonhangaba (SP) e deveriam descarregar em Carmésia, onde fica o canteiro de obras da mineradora. Os pataxós não aceitaram a proposta de R\$ 200, feita pelo representante da transportadora, para que cada uma das 32 carretas passasse pela estrada. Mais do que isso exigiram a presença de diretores da MMX para negociar uma lista de compensações pelo uso da rodovia. Em encontro posterior realizado com os representantes empresa, os índios pediram, pelo uso da estrada, a doação de um trator agrícola. De acordo com os pataxós, os representantes da MMX informaram que iriam passar pela reserva 40 carretas carregadas com tubos. *“Mas ficamos sabendo que são 820. Por isso, vamos fazer nova pauta de reivindicações”*, disse o cacique Mezaque Pataxó. Entre as exigências, os índios pediram a doação de uma ambulância para as quatro aldeias, a cobrança de um pedágio ou um salário mínimo para cada uma das 70 famílias, no período em que a mineradora usar a MG-232. A reserva Pataxó é formada por quatro aldeias, onde vivem cerca de 315 índios. Apesar da matéria indicar que os índios aguardaram a chegada de um representante da Fundação Nacional dos Índios (Funai) para tentar negociar com a MMX não foi relatado como se deu essa negociação. Em nota, a mineradora esclareceu que montou em Carmésia um pátio de estocagem para receber tubos destinados ao projeto Minas-Rio e que, desde março do corrente ano, vinham explicando a decisão à comunidade e, em reunião no dia 7 do mesmo mês com o Comitê das Causas Indígenas (Comind), o cacique Mezaque exigiu pedágio dos caminhões, o que foi negado pela empresa. Em 29 de abril, o cacique apresentou à empresa um projeto social de mecanização agrícola em substituição ao pedágio, o que também não foi aceito. *“Diante da negativa, o representante da tribo Pataxó decidiu impedir a passagem dos caminhões, e duas carretas e duas caminhonetes estão retidas”*, informa a nota (Jornal Estado de Minas (2008).

O caso acima denota que os direitos da população tradicional indígena Pataxós foram violados e que os problemas gerados pelo projeto Minas-Rio para este grupo de população tradicional indígena e também para outros grupos de população tradicional não indígena não tiveram um encaminhamento satisfatório por parte nem da empresa e nem do Estado, que insiste em avançar com o licenciamento ambiental do empreendimento sem propor um programa de desenvolvimento para a região que venha contemplar e solucionar os diversos problemas ou ainda de forma que o

empreendimento minerário ao ser implantado possa, de fato, gerar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental tão propalado pelos governantes e pela empresa em jornais de grande circulação no país.

### **10.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados**

Diante do fato de que o processo de modernização conservadora do país excluiu e confinou territorialmente os índios, negros e outros grupos étnicos, o Estado brasileiro formulou políticas públicas diversificadas<sup>17</sup> com o objetivo de promover o desenvolvimento endógeno de territórios ocupados por populações tradicionais. Dentre elas, o Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil se destaca – seja na promoção do turismo ecológico, rural, quilombola, etnográfico, sertanejo, etc. – tendo em vista o poder de agregar valor às atividades econômicas e socioculturais desses povos.

Considerando os vários grupos de população tradicional indígena e não indígena, a experiência dos índios Pataxós em Porto Seguro revela-se como um caso paradigmático de “resgate de cultura” no contexto de promoção do território turístico Costa do Descobrimento<sup>18</sup> e que pode servir de referência para o caso aqui considerado. Sem o apoio objetivo dos gestores locais e regionais e divulgados no aspecto aculturativo do grupo étnico que, na maioria das vezes, é corroborado pelos visitantes, os índios Pataxós da Aldeia Barra Velha lançaram-se numa direção oposta e procuram se revelar como atração turística, colocando mesmo sua cultura à venda no mercado turístico.<sup>19</sup> Eles elaboraram um trabalho de “resgate da cultura” que os tem feito

---

<sup>17</sup> Dentre elas, destacamos o Programa Nacional de Agricultura Familiar (1995); o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (2003), o Programa Nacional de Regionalização do Turismo (2004) no que se refere ao planejamento do turismo ecológico, rural, quilombola, etnográfico, sertanejo, etc.; a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Populações Tradicionais (2007) e o Programa Territórios da Cidadania (2008).

<sup>18</sup> Esta região faz parte do litoral sul do estado da Bahia e foi priorizada no Prodetur-Ne I abrangendo os municípios de Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Coroa Vermelha, Nossa Senhora da Ajuda, Trancoso e Porto Seguro. Além das regiões litorâneas do Brasil, os índios pataxós se encontram também no interior das matas da Serra do Espinhaço em Minas Gerais, em específico, no município de Carmésia.

<sup>19</sup> A aldeia de Barra Velha, está situada no limite meridional do município de Porto Seguro. Desde a sua criação, ficou sem assistência governamental. Em 1961, o Estado da Bahia repassou o território para a União que criou o Parque Nacional Monte Pascoal, ficando os índios proibidos pelo IBAMA de caçar, coletar e estabelecer roças em suas terras, o que trouxe ainda mais dificuldades para a subsistência. Em maio de 1997 foi demarcada (com o nome Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha) e homologada em duas glebas separadas: Praia e Mata. A Gleba Praia é urbana e, sob o nome de Reserva Coroa Vermelha, fica na beira do mar em Santa Cruz Cabrália. A Gleba Mata é formada de florestas e, sob o nome de Reserva da Jaqueira, fica em cima do tabuleiro em Porto Seguro. Juntas as duas reservas abrigam em torno de 400 famílias, totalizando quase 2000 índios.

sobressair, cada vez mais, nas arenas turísticas. Os elementos de cultura, seletivamente acionados a partir de origens diversas, são exibidos nas arenas turísticas e são acionados pelos índios como suas tradições. Tradição aqui compreendida no sentido de construção de identidade cultural, isto é, construção simbólica que envolve continuidade e descontinuidade. A etnicidade do grupo é acionada com base em elementos de tradição inventada bem como numa narrativa histórica descontínua que visa estabelecer uma continuidade com os (e como) índios do descobrimento, isto é, como representantes dos indígenas que receberam o descobridor português Pedro Álvares Cabral em 1500 (BECKER, 2009).

Segundo Grünewald (2005 apud BECKER, 2009), as representações de cultura — iniciadas ao serem convidados pelo prefeito do município de Monte Pascoal a dançar na inauguração do Monte Pascoal e, posteriormente, como atrativo empresarial e turístico da região no contexto do marketing do Descobrimento do Brasil, em Porto Seguro — foram importantes para os pataxós não só pela criação e implantação da feira de artesanato (valor econômico), mas principalmente pela oportunidade que lhes proporcionaram de se fazerem vistos, de se tornarem visíveis como índios legítimos para o público que os assistia. O artesanato, apesar de todas as variações, se apresenta como expressão autêntica dos objetos inventados e reinventados para consumo externo (turistas), que remetem a etnicidades emergentes e/ou identidades em mudança.

A afirmação cultural em meio à mudança cultural é uma das estratégias das populações tradicionais sobreviverem em uma realidade que até então as mantinha invisíveis culturalmente e excluídas socioeconomicamente. Neste sentido, o turismo étnico (parte do ecoturismo) não surge para destruir o nativo, mas sim para fazê-lo emergir tradicionalmente no âmbito de uma dinâmica cultural respaldada pelo fluxo de interação social. Esse caráter do turismo étnico seria, portanto, mais visível se percebido do ponto de vista do nativo em direção ao turista e não o contrário. Tal segmento turístico seria assim uma arena privilegiada para uma população étnica emergir como grupo étnico (no sentido de grupo de interesse) e o processo de resgate da cultura estaria, portanto, ligado a esse movimento de etnicidade na arena turística, cabendo aos planejadores e promotores territoriais do setor reconhecerem que ao valor de uso tradicional do território pode-se agregar o valor de troca do turismo de maneira positiva e não destrutiva. O turismo étnico e todas as outras experiências de turismo comunitário rural ou urbano com base nos arranjos produtivos locais tornam-se possibilidades e



oportunidades da sociedade brasileira repactuar elementos da tradição com a modernidade num contexto de desenvolvimento que tende a reproduzir a história de exclusão pretérita.

Nessa perspectiva, **recomenda-se para superar parte dos problemas gerados:**

***Empreendedor e Estado (poder público estadual e municipal):***

- criar um programa de desenvolvimento e inclusão social das populações indígenas da área de influência do projeto Minas-Rio em parceria com os projetos já iniciados por seus pares em regiões afins, considerando os objetivos do projeto Estrada Real para a região que poderá inclusive, inserir a parte da Estrada Real pertencente ao estado da Bahia, suplantado no atual projeto da Estrada Real.
- considerar o Projeto Ecoturismo e Turismo quilombola na Estrada Real: um roteiro de inclusão social elaborado pelo Laboratório de Cenários Socioambientais da Puc-Minas em parceria com a Associação Mato Dentro e que pode ser implementado com recursos advindos da mineração.
- considerar e criar outros projetos ligados ao Turismo que possam agregar valor ao modo de vida das populações tradicionais atingidas pelo empreendimento minerário e contempladas pelo Programa de Negociação Fundiária.
- avaliar se o Programa de desenvolvimento do Turismo (Condicionante 61), elaborado pela empresa, apresenta medidas suficientes para que a mineração não inviabilize a atividade turística e assim não desrespeite o que determina o Plano Diretor (Lei Complementar 2003) que toma o Turismo como principal eixo de desenvolvimento local.

***Promotores de Justiça - Ministério Público***

- acompanhar o processo de revisão do Plano Diretor em curso na cidade devido ao histórico de conflito anterior: a primeira proposta de revisão, financiada pela MMX no ano de 2008, além de elaborada sem a participação dos grupos de interesse do município, deu ênfase maior à mineração como eixo de desenvolvimento local descaracterizando a proposta de 2003 elaborada pela Fundação Getúlio Vargas com a

participação da comunidade local. Estes foram os principais motivos pelos quais a proposta foi amplamente contestada pela população e não aprovada pela Câmara de Vereadores.

## **11. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;**

- Uso social da água pelas comunidades a jusante do empreendimento: uso para horta, banho, recreação - comunidades a jusante dos córregos Passa Sete e Vargem Grande.
- Proximidade de algumas comunidades e moradores com alojamentos contendo mais de 3 mil homens (Comunidade do Beco e moradores do Passa Sete, Água Quente e região). Os trabalhadores já estão frequentando todas as comunidades rurais - Água Quente já está ficando lotada de trabalhadores da Anglo nos finais de semana. Cresce significativamente a preocupação das famílias com prostituição de crianças e adolescentes da Zona Rural.

### **11.1. Indicação de ações e medidas para solucionar os problemas gerados**

Estabelecimento e execução, sob coordenação do Estado, de um Plano de Segurança Pública e policiamento preventivo e ostensivo que assegure os direitos humanos dos moradores locais e a repressão e prevenção a crimes contra a pessoa humana e o patrimônio.

A Anglo American deve ser obrigada a custear um estudo sobre a realidade e as necessidades de segurança pública na região. Definidas as regiões atingidas pelo empreendimento Minas-Rio, uma instituição como o CRISP-UFMG e o NESP-FJP devem ser convidados a elaborarem projeto para monitoramento desta realidade, diagnóstico e elaboração de um plano a ser executado para garantir segurança para a população no entorno do empreendimento. Do mesmo modo, o plano deverá ser custeado pela empresa pivô dos problemas.

## **12. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;**

Observa-se, por meio de pesquisa realizada perante a comarca de Conceição do Mato Dentro, um grande volume de ações relativas a servidões minerárias interpostas pela Anglo.

Este fato deve-se, principalmente, à violação do direito à **justa negociação**, e à **ausência de tratamento isonômico dos atingidos, bem como à ausência de informações e critérios transparentes de negociação**.

**Tal situação** justifica que seja debatida a questão em busca de medida que solucione imediatamente o problema, sobretudo em razão da judicialização dos conflitos ter sido imposta pela empresa como argumento e forma de pressão aos atingidos. Este procedimento foi relatado na carta-denúncia já mencionada – entregue em 17/12/2009 ao então Secretário Estadual do Meio Ambiente Sr. José Carlos Carvalho, por Maria Auxiliadora Afonso Alvarenga e Gustavo Tostes Gazzinelli – conforme se lê no seguinte trecho:

“Talvez a pressa em cumprir o protocolo de intenções celebrado, em 2006, pela antecessora da Anglo e o governo estadual terá contribuído para a consolidação dessa atuação de força, pressão e desrespeito com relação à vida de pessoas simples e apegadas à sua terra. Tanto é assim que segundo soubemos, Oswaldo teria sido pressionado e avisado da consequência da não negociação de sua terra com a empresa: **agora ele irá se haver com o governo!**

Parece que os interlocutores desta terça-feira estavam avisando que a violência ou força empresarial, agora mudará para a institucional e governamental, muito pior, ao que parece. O que fica evidenciado é se ter ultrapassado o nível da razoabilidade, e uma autocrítica do Estado, ou do Governo – não sei se dos senhores conselheiros – nos parece necessária, ao se ter ajudado a criar essa situação, e *deixar rolar* os acontecimentos, como se a empresa anterior e a atual tivessem competência e ética para administrar um conflito tão complexo, e com consequências definitivas para as comunidades afetadas pelo projeto em questão.”

Além disso, a informação incompleta quanto aos atingidos pela empresa – inclusive a ausência de cadastros de atingidos contra os quais a mesma empresa propõe ações judiciais – compromete a regularidade do processo. Cabe então aqui uma pergunta: se a empresa já interpôs ação de servidão minerária em face de uma pessoa não deveria tal pessoa ter constado no cadastro dos atingidos?

Citamos, a título exemplificativo, as seguintes ações de servidão minerária que, de acordo com informações contidas no Diário Oficial de Minas Gerais do dia 15/03/2012 (MINAS GERAIS, 2012) foram distribuídas em contra os seguintes atingidos, embora os mesmos não constem do cadastro realizado pela empresa. Esclareça-se, por oportuno, que o valor da causa coincide com o valor da indenização proposta pelo empreendedor:

- Processo: 00013 - 0004403.18.2012.8.13.0175 -Autor: Anglo Ferrous Minas-rio Mineração Sa; Réu: Carlos Soares Chaves e outros => Distribuído por Sorteio em 15/03/2012. Valor da Causa: R\$ 9.559,74.

- Processo : 00015 - 0004429.16.2012.8.13.0175 -Autor: Anglo Ferrous Minas-rio Mineração Sa; Réu: Ramiro Afonso Chaves e outros => Distribuído por Sorteio em 15/03/2012. Valor da Causa: R\$ 11.146,14.

Para o atingido, além do agravante de não poder contar com advogados que possuam expertise em ações desta natureza (pode-se registrar o agravante de que um número significativo de profissionais que militam nesta área foi absorvido para atuar em defesa das empresas e de outras organizações no segmento e na cadeia produtiva da mineração). Identifica-se ainda a demora da prestação jurisdicional que, neste caso, beneficia a empresa, sobretudo porque requerida e deferida, em favor dela, a liminar de emissão na posse das áreas objeto de interesse.

Assim, a identificação dos referidos litigantes como atingidos, se tivesse ocorrido, talvez teria proporcionado à equipe técnica responsável pela elaboração de pareceres, a percepção da urgência e necessidade de proposição de medidas compensatórias ou mitigadoras que solucionassem a questão, inclusive em vista do risco de colapso do poder judiciário em razão das inúmeras ações pertinentes que tramitam na comarca e que sobrecarregam o aparato judicial.

A violação de diversos direitos humanos e a propositura de ações judiciais como forma de ameaçar a população atingida pode ser identificada nos seguintes trechos da Informação Técnica 03, de junho de 2009, elaborado pela antropóloga e perita Ana Flávia Santos, do Ministério Público Federal (MPF):

“Esses passaram a sofrer uma violenta pressão para que abandonassem a área. Seguranças permaneciam no entorno, observando, postados, armados, nos caminhos frequentados pela família.

‘Um dos irmãos, Sebastião, teria, à época, procurado por um advogado, em Serro, Belo Horizonte e Conceição do Mato Dentro, sem obter sucesso. Ao final do processo, a polícia ia frequentemente à casa, “às vezes com helicóptero em cima”; contra Sebastião teriam sido instaurados vários processos - ou investigações policiais -, retirados apenas quando, após meses de resistência, ele aceitou assinar um contrato. Neste, constava o compromisso de que queixas seriam retiradas ou anuladas. Para Sebastião, o violento processo, durante o qual fora submetido a várias formas de pressão e intimidação, valera a pena por ter conseguido que os interesses de sua mãe enquanto herdeira fossem, finalmente, considerados.’ (p. 19).

“Pouco depois, a empresa montou um esquema permanente de segurança à beira da estrada; segundo os relatos, já havia um aparato de segurança desde a época em que Sebastião resistiu a abandonar o terreno, mas ele foi reforçado, impondo, a empresa, a interdição do caminho, ali mantendo seguranças armados 24 horas por dia. Pouco depois, a Anglo Ferrous do Brasil interpôs ação de interdito proibitório contra Lúcio e Antônio Pimenta,

sendo posteriormente citados Ivam de Oliveira, Raimundo de Almeida e Silva, Ronildo Rodrigues Marques e Bento da Silva Pimenta.” (p. 21).

Nesse passo, esclareça-se que a empresa possui mais de 73 ações em curso na Comarca de Conceição do Mato Dentro, a maioria delas como parte autora em ação de servidão minerária, em razão da servidão de mina requerida precipitadamente. Muitas partes não foram procuradas ou não tiveram o processo negocial (extrajudicial) finalizado e são ameaçadas com a ação judicial que os prepostos da empresa apresentam como sendo de DESAPROPRIAÇÃO. **A situação é apresentada como uma ameaça velada, criando o pânico e sentimento de insegurança nos atingidos.**

O número enorme de ações, somado à situação de a comarca frequentemente encontrar-se sem juiz titular, impõe um verdadeiro colapso do judiciário local: inúmeros outros processos ficam sem possibilidade de andamento em razão do volume de serviços, inclusive porque em todas as ações a Anglo solicitou e teve deferida a liminar de imissão na posse da propriedade. Em geral, esta imissão de posse esteve condicionada apenas ao depósito judicial de valores irrisórios (muitas delas não chegam a 20 mil reais), o que demonstra que não foram esgotados os esforços em busca de uma solução extrajudicial, embora este procedimento seja obrigatório, nos termos do art. 60, §1º do Código de Mineração Decreto-Lei nº 1.985 de 29 de janeiro de 1940 e dos termos e condições descritas no “Programa de Negociação Fundiária – Revisão a partir da Condicionante 91 da LI. Plano de Controle Ambiental. Belo Horizonte, 31 de agosto de 2010. (Mimeo, 24p. Documento nº PG-004-AF-08/10). Grande número de ações decorre dos valores díspares que têm sido pagos a título de indenização ao longo do mineroduto e da linha de transmissão, além da omissão da Anglo em apresentar um Programa de Negociação Fundiária que estabeleça um valor mínimo para as indenizações devidas na linha de transmissão.

Abaixo seguem os códigos identificadores de processos encontrados na pesquisa realizada apenas na comarca de Conceição do Mato Dentro, a partir das seguintes palavras-chave: "ANGLO FERROUS MINAS-RIO MINERAÇÃO SA + Natural e Jurídica + Cível + Ativas". O resultado indicou: 73 Processos com 1 nome/documento pesquisado.

**ANGLO FERROUS MINAS-RIO  
MINERAÇÃO SA** Número: 63290

**Tipo:** Jurídica

**Quantidade de Processos:** 73

**Processos:** [017509013968-4 \(0139684-48.2009.8.13.0175\)](#) , [017509015259-6 \(0152596-77.2009.8.13.0175\)](#) , [017509015260-4 \(0152604-54.2009.8.13.0175\)](#) , [017509015261-2 \(0152612-31.2009.8.13.0175\)](#) , [0000736-92.2010.8.13.0175](#) , [0005560-94.2010.8.13.0175](#) , [0153238-16.2010.8.13.0175](#) , [0153246-90.2010.8.13.0175](#) , [0153253-82.2010.8.13.0175](#) , [0001641-63.2011.8.13.0175](#) , [0006871-86.2011.8.13.0175](#) , [0012903-10.2011.8.13.0175](#) , [0012911-84.2011.8.13.0175](#) , [0012929-08.2011.8.13.0175](#) , [0012937-82.2011.8.13.0175](#) , [0017167-70.2011.8.13.0175](#) , [0019221-09.2011.8.13.0175](#) , [0019239-30.2011.8.13.0175](#) , [0019247-07.2011.8.13.0175](#) , [0019254-96.2011.8.13.0175](#) , [0019262-73.2011.8.13.0175](#) , [0019270-50.2011.8.13.0175](#) , [0019288-71.2011.8.13.0175](#) , [0019296-48.2011.8.13.0175](#) , [0019304-25.2011.8.13.0175](#) , [0019312-02.2011.8.13.0175](#) , [0019320-76.2011.8.13.0175](#) , [0019718-23.2011.8.13.0175](#) , [0019726-97.2011.8.13.0175](#) , [0019734-74.2011.8.13.0175](#) , [0019742-51.2011.8.13.0175](#) , [0019759-87.2011.8.13.0175](#) , [0019767-64.2011.8.13.0175](#) , [0020591-23.2011.8.13.0175](#) , [0020609-44.2011.8.13.0175](#) , [0020625-95.2011.8.13.0175](#) , [0020633-72.2011.8.13.0175](#) , [0020724-65.2011.8.13.0175](#) , [0024288-52.2011.8.13.0175](#) , [0026606-08.2011.8.13.0175](#) , [0026614-82.2011.8.13.0175](#) , [0026622-59.2011.8.13.0175](#) , [0027869-75.2011.8.13.0175](#) , [0027877-52.2011.8.13.0175](#) , [0027901-80.2011.8.13.0175](#) , [0027919-04.2011.8.13.0175](#) , [0027927-78.2011.8.13.0175](#) , [0000534-47.2012.8.13.0175](#) , [0001664-72.2012.8.13.0175](#) , [0001672-49.2012.8.13.0175](#) , [0001680-26.2012.8.13.0175](#) , [0001946-13.2012.8.13.0175](#) , [0001953-05.2012.8.13.0175](#) , [0001961-79.2012.8.13.0175](#) , [0001995-54.2012.8.13.0175](#) , [0002001-61.2012.8.13.0175](#) , [0002019-82.2012.8.13.0175](#) , [0002027-59.2012.8.13.0175](#) , [0002035-36.2012.8.13.0175](#) , [0004247-30.2012.8.13.0175](#) , [0004320-02.2012.8.13.0175](#) , [0004338-23.2012.8.13.0175](#) , [0004346-97.2012.8.13.0175](#) , [0004361-66.2012.8.13.0175](#) , [0004379-87.2012.8.13.0175](#) , [0004387-64.2012.8.13.0175](#) , [0004395-41.2012.8.13.0175](#) , [0004403-18.2012.8.13.0175](#) , [0004411-92.2012.8.13.0175](#) , [0004429-16.2012.8.13.0175](#) , [0004437-90.2012.8.13.0175](#) , [0004445-67.2012.8.13.0175](#) , [0004452-59.2012.8.13.0175](#) , [Ver Todos Processos com Paginação](#)

## 12.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados

- Fazer um *check-list* e estabelecer a obrigatoriedade de inclusão de todos os atingidos no programa de negociação fundiária da empresa, seja pelos impactos decorrentes das instalações e operação da usina, barragem, mina, pilhas, estradas, aqueduto, linhas de transmissão, localidades com recursos hídricos comprometidos pela forte geração de sedimentos, devendo impor-se, judicialmente, a obrigatoriedade de adequação das indenizações propostas ao **parâmetro mínimo** já estabelecido no programa de negociação fundiária, sem, contudo, limitar-se o direito de ação judicial, desde que

respeitado este parâmetro mínimo como pressuposto e validade da indenização proposta judicialmente e de admissibilidade da ação.

- Proceder à avaliação e valoração de serviços ambientais

### **13. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.**

**As perdas de relações sociais não podem deixar de ser** consideradas, sobretudo quando implicarem em rupturas de laços de solidariedade indispensáveis para a família atingida. Informações trazidas pelo relatório da Diversus (2011) e relatos encaminhados ao Ministério Público comprovam a existência de rupturas de relações sociais e de laços de solidariedade indispensáveis:

“Também merece destaque o caso de Dona Maria Mercês Pimenta Rosa (73 anos) que tem sérias limitações de mobilidade e problemas de hipertensão. Nos últimos anos ela tem contado com a ajuda da irmã Maria do Carmo Pimenta, citada acima. O caso dela merece atenção especial tanto por essa relação com a irmã, que caso vá morar longe dela irá fazer grande falta, lembrando que o Milton, companheiro da irmã, é quem estaria negociando e segundo Maria, sem seu conhecimento, mas também merece cuidado especial devido ao seu problema mais grave de saúde.” (p. 244).

“Já Edinei Aparecido Pimenta de Castro, que tinha uma área de menos de 01 ha, mais uma casa construída recebeu apenas o valor de R\$130.000,00 reais e 06 meses de Cesta Básica. Segundo tinha sido informado à época de sua entrevista, a Cesta Básica seria prorrogada por mais 06 meses, mas disse que não lhe fora oferecido a possibilidade de permuta ou mesmo indenização em forma de terras. Com o dinheiro ele comprou uma casa no valor de R\$115.000,00 no bairro Vila São Francisco. Onde moram juntos, ele e seu filho de 04 anos de idade. Como é viúvo e tem um filho pequeno, o desemprego é uma opção que lhe permite cuidar do filho, pois não teria com quem deixá-lo. Pelo que informou, seus pais (Ciro e Inês), no processo de negociação com o empreendedor para a saída de Mumbuca, pretendem comprar uma casa próxima à dele, inclusive para ajudar na criação do neto<sup>31</sup>. Enquanto seus pais seguem aguardando o desfecho da negociação, Ednei também espera.” (p. 260).

Nota de rodapé fls. 261- “A ajuda de Giro e Inês na criação dos netos não é nenhuma novidade na família. O neto Daniel, hoje casado e vizinho dos avós, já morou com eles e hoje, outro neto, Rafael, também mora com a família de Giro. A casa maior de Giro e Inês funciona como um complemento da casa dos filhos e neto que moram próximo a eles.”

“Edmilson morava no terreno de sua mãe, Dona Maria, onde possuía uma casa com quintal e uma pequena criação. Não foi contemplado na negociação, pois lhe foi alegado que morava na área pertencente à mãe. Mudou-se na mesma época que sua mãe, em janeiro de 2010, e hoje mora com a esposa, Darcilene Maria de Carvalho, em uma casa de aluguel na zona urbana de Córregos. Também não estariam recebendo outras ajudas como “*cesta básica*”. A família de Darcilene é de Passa Sete onde vivem desde a época de seus bisavós e onde ainda mora sua mãe, Celeste Pacífico Carvalho. Celeste é esposa de Valderes Antônio de Carvalho. Celeste e Valderes moram a poucos metros da família de João Moreira de Souza que teria sido considerado na reunião de Dezembro de 2010 da Supram

Diamantina como uma das quatro famílias mais urgentes de serem realocadas. O caso de Passa Sete será descrito mais à frente.” (p. 288).

“Os vizinhos mais próximos de João Moreira são a família de Valderes Antônio de Carvalho e Celeste Pacífico Carvalho. Com eles moram três filhos, sendo que dois maiores de idade. Eles também têm uma filha, Darcilene, mulher de Edmilson, que já teriam saído da região onde moravam, nas terras do sogro e da sogra, na região do Buritis, como já descrito anteriormente. Darcilene estava morando com o marido, de aluguel, na área urbana de Córregos.” (p. 288).

### **13.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados**

Embora as perdas de natureza afetiva e as perdas de relações sociais sejam intangíveis, e, a princípio, impossível sua quantificação e recuperação; embora se reconheça a dificuldade de monetarização de tal impacto, espera-se sejam consideradas, discutidas, reconhecidas e bem estimadas as compensações monetárias decorrentes, inclusive em razão das dificuldades encontradas com a reestruturação social, cultural e econômica necessária com o reassentamento. E que tais compensações, na forma de recursos pecuniários e terras, sejam finalmente entregues em caráter definitivo aos atingidos, com a superveniência do Ministério Público, de modo a resguardar os direitos dos atingidos.

### **14. Direito à melhoria contínua das condições de vida;**

A geração de emprego e a melhoria das condições de vida foram utilizadas pelo empreendedor para justificar o empreendimento. Frequentemente invoca-se a promoção do desenvolvimento econômico e social como contrapartida do impacto ambiental na região. Contudo, o desenvolvimento econômico e social pressupõe, como resultado, a melhoria contínua das condições materiais e imateriais de vida da população. Este resultado não foi permitido ou alcançado no âmbito da população atingida e tampouco por quaisquer outros grupos. Os relatos descritos nos itens anteriores são suficientes para demonstrar que os atingidos tiveram diversos prejuízos materiais e imateriais, o que é suficiente para comprovar a violação do direito.

Além desses, outros grupos e indivíduos tiveram degradadas as suas condições de vida. A título de exemplo, descreve-se a degradação das condições de vida da população anfitriã e dos atingidos que, além das alterações no modo de vida



ocasionadas pelo fluxo populacional e pela pressão dos serviços, sofrem alterações de diversas naturezas.

Em reuniões públicas realizadas pela Associação de Moradores a população do Distrito de Córregos descreveu a ocorrência de acidentes com motos e atropelamento de animais de estimação, além do aumento de ruído gerado pelos equipamentos de som dos veículos dos visitantes – especialmente, de trabalhadores das empresas que por lá circulam. Estes fatos foram demarcados como consequência do aumento de visitantes ocasionada pelo fluxo populacional gerado pelo empreendimento, bem como pela migração de atingidos que foram reassentados nas imediações do distrito de Córregos. Tal situação aponta para a possibilidade de discriminação dos atingidos pela comunidade anfitriã.

Legítima, também, é a preocupação dos moradores do distrito de Córregos que estruturaram a melhoria das suas condições de vida a partir do turismo regional e têm suas expectativas frustradas e ameaçadas, sobretudo com os rumores atuais de instalação de um alojamento de trabalhadores de empresas terceirizadas naquele local. As negociações e pressões comerciais para viabilização do(s) contrato(s) para o aluguel de casa(s) ocorrem apesar e contrariamente à orientação contida no Parecer Único (PU SISEMA N.º 001/2008 - Processo COPAM N.º 00472/2007/001/2007) da Licença Prévia (LP) do projeto minerário Minas-Rio. Extrai-se do Parecer Único SISEMA N.º 001/2008 Processo COPAM n.º 0472/2007/ 001/2007, - fls. 41:

“**Córregos.** Trata-se de um dos primeiros núcleos de povoamento do município de Conceição do Mato Dentro. Situa-se às margens da Estrada Real, a vinte quilômetros da sede municipal e sua sede conta com 120 moradores.

Segundo o Censo<sup>[20]</sup>:

A aglomeração de Córregos fica a pouco mais de seis quilômetros do eixo da lavra da MMX, no seu lado oeste, oposta em relação à localização da área industrial e barragem de minério, e parte de sua área se estende até a área de lavra (...). A população economicamente ativa é muito pequena e deve ser mantida na localidade, ainda que alguns venham a trabalhar no canteiro.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo e da Cultura, particularmente nos distritos ao longo da Estrada Real, constitui um dos focos importantes para um modo de desenvolvimento alternativo congruente e mais alinhado às atividades desenvolvidas que podem ser estimuladas e incorporadas, e sua cadeia de alimentação, seja em produtos, seja

---

<sup>20</sup> Censo Socioeconômico da ADA, realizado sob a coordenação da empresa Energy Choyce, conforme citado no Parecer Único SISEMA N.º 001/2008 Processo COPAM n.º 0472/2007/ 001/2007, - fls. 39. O documento referenciado é NERY, E.; MILAGRES, R. **Empreendimento MMX Minas-Rio. Perfil socio-econômico-ambiental do conjunto da população da área diretamente afetada.** Belo Horizonte: Energy Choice/MMX. MAIO / 2008.

em serviços. Para isto, revela-se importante que Córregos não venha a ser usado para abrigar mão de obra temporária, preservando a sua identidade físico-cultural, o que pode ser parte de uma estratégia complementar de usá-lo como oferta de lazer, durante o período de construção;”.

A instalação de alojamentos no distrito de Córregos acarretará a degradação do **direito à** melhoria contínua das condições de vida não só daqueles que estruturaram suas vidas em torno do turismo da Estrada Real como também de toda a população do distrito que terá alterado o seu modo de vida, especialmente, pelas ameaças de degradação, não conservação e não preservação do rico patrimônio cultural e natural.

Os impactos advindos da movimentação de veículos e de empregados realçam a necessidade de preservação dos bens tombados. Neste sentido o próprio Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento, destaca o potencial atrativo turístico e reconhece a necessidade de conservação de patrimônios: "Outra via importante é a estrada que liga a cidade ao distrito de Córregos, a oeste da AID, que constitui parte da Estrada Real." (MMX/BRANDT, 2007, p. 337).

Sob a percepção de membros da comunidade local, como demonstrado em reuniões, destacam-se os seguintes aspectos:

- A incompatibilidade do turismo da Estrada Real com a utilização do local como alojamento.
- A deficiência da coleta e tratamento de esgoto e o comprometimento da Bacia do Rio Santo Antônio.
- A deficiência de abastecimento de água para a população local e o colapso que poderá ser criado pelo consumo gerado pelo alojamento de 80 homens.

Revela-se necessário destacar que a população atual do distrito de Córregos é de cerca de 300 habitantes, sendo 80 (oitenta) o número anunciado de empregados alojados. Este número representa um acréscimo de mais de 30% da população local, o que é suficiente para demonstrar que a preocupação com o colapso das estruturas é considerável e, quanto ao modo de vida local, muito arriscado e preocupante. Já foi noticiado o interesse da empresa em utilizar outras pousadas e casas existentes no distrito como alojamento.

Outro depoimento contido na Comunidade virtual Conceicionenses Unidos na Web, aponta para a degradação do direito à melhoria contínua das condições de vida daqueles que estruturaram suas vidas em torno de investimentos destinados a atender o

turismo da Estrada Real ou que projetaram suas vidas futuras na cidade ou nos distritos, em razão do bem estar e do modo de vida tradicional:

“Queridos,

Estive em Conceição este fim de semana para acertar detalhes de um evento que vamos promover em CMD em maio, o que "demandaria" um bom número de locais de "pouso". Infelizmente constatei que quase todas as pousadas e afins da cidade estão "bloqueadas" pela Anglo. ABSURDO! Fui informada de que há uma condicionante ou acordo não sei, feitos com a Anglo de se preservar 10% das vagas existentes para o turismo, o que não está acontecendo. Voltei com a certeza de nunca mais cometer a loucura de se prestigiar uma quase "ex querida cidade", que está feia, cheia de construções horrorosas, puxadinhos e casas em construção espremidos em terrenos mínimos, sem a preocupação dos profissionais da cidade de respeitar algum Plano Diretor, ainda que seja o aprendido nas Escolas nas quais cursaram seus cursos de arquitetura, engenharia civil ou o que quer que seja, suja, sem nenhum lugar bucólico para nos abrigar, sem sombra nas ruas, sem flores nas casas, sem praças bonitas, só poeira, nada mais. O jeito será aprender a lição e passar a vergonha de convidar pessoas para a impossibilidade de recebê-las, poupando-lhes o desprazer de conhecer uma cidade tão sem atrativos e feia como se encontra hoje. Já me preparo emocionalmente para desligar-me do lugar que um dia pensei ser o ideal para desfrutar minha aposentadoria. E agora José? O jeito é ir-me embora para Pássargada... Na verdade fiquei arrasada de ter de constatar tudo isto... Abrir mão de uma história tão boa, de um passado feliz, de um lugar tão amado é muito duro!"

#### **14.1. Recomendações para solucionar os problemas gerados**

- Implementar programas para que as comunidades anfitriãs recebam os reassentados sem discriminação, impondo ainda ao empreendedor a obrigatoriedade de programas de assistência social para que efeitos sociais e ambientais adversos possam ser superados antes que ocorra a discriminação dos atingidos e de trabalhadores de fora, temporários ou migrantes.
- Obrigar a empresa mineradora a viabilizar recursos para a elaboração e implantação de programas de educação patrimonial para moradores e trabalhadores temporários, na sede, nos distritos e povoados.
- Exigir o cumprimento das recomendações restritivas para implantação dos alojamentos tanto na sede do município de Conceição quanto no Distrito de Córregos em razão da necessidade de preservação dos inúmeros bens tombados pelo Patrimônio Histórico, nas comunidades tradicionais, bem como em outros distritos e povoados, que tendem a ser indiretamente afetados pelas operações imediatas do empreendimento, mas podem ser afetados por dinâmicas comerciais especulativas e alojamentos.
- Implementar programas de monitoramento socioeconômico que não sejam restritos aos reassentados, devendo ser estendido a toda população da AID (área de influência

direta) do empreendimento e, ainda, às demais áreas do município, mesmo distantes do empreendimento.

- Promover o estudo permanente dos cenários socioambientais com foco no planejamento municipal e regional de caráter estratégico (com ênfase nas técnicas de prospectiva) com ênfase na valorização da economia criativa - no desenvolvimento científico e de novas tecnologias (produção de conhecimento), da cultura (resgate e vitalidade de tradições), da arte (oportunidades complementares à qualificação da vida), da informação como meio de fortalecimento da cidadania.

#### **4 – Considerações Finais**

Estamos convictos que violações são intoleráveis para uma sociedade que, desde o processo de redemocratização, avançou na direção de um aparato legal-institucional (constitucional e infraconstitucional) e compromissos internacionais incompatíveis com a violação sistemática e, já agora, notória, de Direitos Humanos, individuais e coletivos. Mais que necessária, mais que indispensável, uma ação decidida impõe-se com urgência. Três seriam as direções desta ação, todas elas igualmente relevantes:

- Imediata suspensão de situações, processos e ações, de responsabilidade direta ou indireta de agentes públicos ou privados, que configurem violação de Direitos Humanos;
- Reparação e compensação de violações de Direitos Humanos constatadas pelo Ministério Público, após averiguação não só dos pontos destacados nessa Denúncia, mas também pontos de outras denúncias que forem a ele encaminhadas, de modo a resgatar, ainda que progressivamente, a dívida social e ambiental acumulada ao longo dos últimos seis anos;
- Prevenção de novas violações no futuro, através de políticas, programas e instrumentos legais que assegurem o pleno gozo dos direitos por parte das populações, grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos pelo projeto mineral Minas-Rio na região de Conceição do Mato Dentro, nos municípios por onde passa o mineroduto e ainda na região de São João da Barra.

Temos a convicção – que esperamos venha a ser assumida por autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – de que, sejam quais forem as opções de desenvolvimento econômico e as escolhas que vier a fazer a Nação para o setor minerário, nada pode justificar violações de Direitos Humanos. Suspender, reparar e prevenir violações de direitos na área de planejamento, implementação e operação de grandes minas deve, pois, constituir-se em objetivo inarredável e prioritário dos responsáveis pelas políticas afetas a esta área, mas também de todos os poderes constituídos, assim como do conjunto da sociedade civil.

Destacamos, por último e não menos importante, que, assim como podem vir a ser identificados outros componentes de situações críticas e de violações de direito, as recomendações contidas neste documento não esgotam as ações indispensáveis para solucionar a questão.

Entidades que assinam este documento:

---

Movimento pelas Serras e Águas de Minas – MOVSAM

---

Unidos por Conceição – UNICON

---

Associação Mato Dentro – AMD

---

Associação Comunitária do Bairro do Rosário- ASCOR

---

Laboratório de Cenários Socioambientais em Municípios com Mineração –  
Labcen – PUC Minas

---

Comissão Pastoral da Terra – CPT-MG

---

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – Gesta – UFMG

---

Associação Comunitária São Sebastião do Bom Sucesso e Região

Conceição do Mato Dentro, 17 de abril de 2012.

## 5- Referências Bibliográficas

ANGLO AMERICAN. Plano de Controle Ambiental. Documentos protocolados na

URC-Jequitinhonha. 2009.

ANGLO AMERICAN. Diálogo – mina e beneficiamento. Várias edições: 2010, 2011. Disponível em: <[www.angloamerican.com.br](http://www.angloamerican.com.br)>. Acesso em: 11 mar. 2011.

BARROSO, S. Novos desafios para a mineração: estratégias de Minas Gerais para ampliar a competitividade da indústria mineral. SEDE, Belo Horizonte, 2009.

BECKER, L. C. Tradição e modernidade: o desafio da sustentabilidade do desenvolvimento na Estrada Real. 2009. 446f. Tese (Doutorado). IUPERJ, Rio de Janeiro.

BECKER, L. C.; PEREIRA, D. C. O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentável: a grande mina em Conceição do Mato Dentro in FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ENRÍQUES, Maria Amélia Rodrigues da Silva; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial: grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CPT MG presta esclarecimentos e denuncia a violação dos direitos humanos dos atingidos pelo projeto de Mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio S.A. Disponível em [http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1033:cpt-mg-presta-esclarecimentos-e-denuncia-a-violacao-dos-direitos-humanos-dos-atingidos-pelo-projeto-de-mineracao-da-anglo-ferrosu-minas-rio-sa&catid=16:cpt&Itemid=94](http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1033:cpt-mg-presta-esclarecimentos-e-denuncia-a-violacao-dos-direitos-humanos-dos-atingidos-pelo-projeto-de-mineracao-da-anglo-ferrosu-minas-rio-sa&catid=16:cpt&Itemid=94). Acesso em 27 mar. 2012.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Tributação da mineração no Brasil. Disponível em <http://dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=68>. Acesso 05 janeiro de 2011.

DIEGUES, A. C. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza. As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. intocada. In:Rio de Janeiro/Belém: APED/NAEA/UFPa, 1993. p. 217–238.

DIVERSUS. Diagnóstico socioeconômico da área diretamente afetada e da área de influência direta do empreendimento Anglo Ferrous MinasRio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro -Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM No: 830.359/2004 - PA/No. 00472/2007/004/2009. Classe 06. Agosto de 2011.

FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUES, M. A. R. da S., ALAMINO, R. de C. J. (Eds.). Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

GESTA. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Mapa dos Conflitos Ambientais em Minas Gerais- Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG). Mineração em Conceição do Mato Dentro feita pela empresa Anglo Ferrous Minas-Rio S.A., Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=253> acesso em 15/04/2012

MINAS GERAIS. Parecer Único SISEMA. n. 001/2008, out. 2008.

MINAS GERAIS. Decreto Sem Número de 13/07/2009.

MINAS GERAIS. Diário Oficial de Minas Gerais. 15 de março de 2012. Disponível em:  
(<http://www.tjmg.jus.br/juridico/diario/index.jsp?dia=1503&completa=interior%7C0175>). Acesso em 15 abr. 2012.

OBSERVATÓRIO DE CONFLICTOS MINEROS DE AMÉRICA LATINA (OCMAL). Projeto Minas-Rio, da MMX., inicia em uma Unidade de Conservação e gera conflitos. 2009. Disponível em:  
<[http://www.olca.cl/ocmal/ds\\_conf.php?nota=Conflicto&p\\_busca=134](http://www.olca.cl/ocmal/ds_conf.php?nota=Conflicto&p_busca=134)>. Acesso em: 15/04/2012.

PESQUISA levanta novo mapa da mineração em MG. Estado de Minas. 31/10/2010.

RIO DE JANEIRO. Decreto 41.916, de 19 de junho de 2009.

WCED, World Commission on the Environment and Development. Our common future. New York: Oxford University Press, 1987.

### **Links de matérias sobre o caso**

- Justiça barra nova expansão de mineradora – TJMG vai analisar projeto da Anglo American em Conceição do Mato Dentro e libera apenas as atividades já iniciadas. Ver [http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/03/28/internas\\_economia,285829/justica-barra--expansao-de-mineradora.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/03/28/internas_economia,285829/justica-barra--expansao-de-mineradora.shtml)
- <http://200.195.77.153/engine.php?pag=art&sec=16&cat=59&art=11040>).

### **Links de videos sobre os impactos do projeto Minas-Rio**

- [www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/camara-destaca/mineracao/conceicao-do-mato-dentro-impacto-socioambiental-preocupa-moradores-e-autoridades](http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/camara-destaca/mineracao/conceicao-do-mato-dentro-impacto-socioambiental-preocupa-moradores-e-autoridades)
- [www2.camara.gov.br/tv/materias/PANORAMA/207108-PANORAMA-MOSTRA-IMPACTOS-DA-MINERACAO-NO-INTERIOR-DO-PAIS.html](http://www2.camara.gov.br/tv/materias/PANORAMA/207108-PANORAMA-MOSTRA-IMPACTOS-DA-MINERACAO-NO-INTERIOR-DO-PAIS.html)

- Comunidades quilombolas ameaçadas – Conceição do Mato Dentro / MG

<http://www.youtube.com/watch?v=c8D5wXogj1s>

### **Links de vídeos sobre os índios Pataxós**

- <http://www.youtube.com/watch?v=cIMRIUIWHJw>

- [http://www.youtube.com/watch?v=8m8ootO\\_GAY](http://www.youtube.com/watch?v=8m8ootO_GAY)

- [http://www.youtube.com/watch?v=cJTMtAdx-j0&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=cJTMtAdx-j0&feature=player_embedded)